

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL
MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL

JÚLIO BIZARRIA

**O MORRO DO PASMADO E O NOMADISMO DE MALDIÇÃO:
DA DISTOPIA ATUALIZADA À MEMÓRIA DIÁFANA**

Rio de Janeiro

2014

JULIO BIZARRIA

**O MORRO DO PASMADO E O NOMADISMO DE MALDIÇÃO:
DA DISTOPIA ATUALIZADA À MEMÓRIA DIÁFANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Memória Social.

Linha de pesquisa: Memória e Espaço

Orientadora: Professora Dra. Edlaine de Campos Gomes

Rio de Janeiro

2014

JULIO BIZARRIA

**O MORRO DO PASMADO E O NOMADISMO DE MALDIÇÃO:
DA DISTOPIA ATUALIZADA À MEMÓRIA DIÁFANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Memória Social.

Aprovada em sete de julho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Edlaine de Campos Gomes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Professora Dra. Andréa Lopes da Costa Vieira

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Professor Dr. Antônio Colchete Filho

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

B625 Bizarria, Julio.
O Morro do Pasmado e o nomadismo de maldição: da distopia atualizada à memória diáfana / Julio Bizarria, 2014.
149 f. ; 30 cm

Orientadora: Edlaine de Campos Gomes.
Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

1. Sociologia urbana. 2. Remoção (Habitação). 3. Favelas - Urbanização - Rio de Janeiro. 4. Memória - Aspectos sociais. I. Gomes, Edlaine de Campos. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 307.76

*Ai da cidade sanguinária, toda cheia de mentira,
repleta de despojos, onde não cessa a rapina!*

Nm, 3; 1.

*A três tempos de um mesmo e primordial amor;
Yedda, Rita e Leila.*

AGRADECIMENTOS

À glória da Majestade Santíssima, de quem tudo recebi, e aos benfeitores do “Carnaval das Almas” desejo agradecer e empenhar tudo o que fizer. Com isso, permito-me agradecer também a um conjunto de pessoas cuja extensão, jamais enfadonha, me restaura o ânimo sempre que pareço cansar-me de tudo o que é feito debaixo do sol.

A Yedda Merçon, minha avó, por tudo o que me ensinou e por todos os jornais que não lemos, e a suas irmãs Jurema e Leda, recentemente reunidas as três. A Dada, com votos para que seja o orgulho culinário da família por longos anos, ainda. A meus pais, Rita e o velho Bizarria, que me deram o gosto do conhecimento e a segurança para indignar-me diante das obras dos ímpios. A Brian Luchak, tão curioso a respeito das coisas do Brasil. À minha esposa Leila, pela imensa paciência, carinho e ajuda em todos os momentos da composição desse estudo, pelas noites que passamos revirando notas e fichas de pesquisa. A Ângela e *Johnny*, que me confiaram a tarefa de acompanhar de perto a vida do Gabriel. A Dona Maria, que se animou tão espontaneamente com a ideia de juntar-se à torcida organizada na hora mortal da Defesa. A Angélica, que ainda vai se empolgar e sair atrás do mesmo bloco. A Luiz e Cláudia Merçon, que acreditam cegamente em mim desde a infância. A Lena e Rildo Araújo, que nos ensinam diariamente a piedade diante das coisas santas. A Regina e Mi, almas cativantes e investigadoras, que descobriram aspectos da porção setentrional da Praia de Botafogo que eu jamais conheceria por outro modo. Aos mentores venerandos Maria Célia e Naza, que me indicam caminhos valiosos, emprestam livros raros e torcem diariamente. A Claire Collins, mentora inestimável e incorruptível, centelha de esperança para as novas gerações de educadores e pesquisadores.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por acolher o projeto de pesquisa de que resulta este estudo e, como programa pioneiro e verdadeiramente transdisciplinar, por haver-me proporcionado a mais libertadora experiência acadêmica de meus anos. À professora Dr^a. Edlaine de Campos Gomes, pela orientação imensamente paciente, carinhosa e libertadora; pelas luminosas indicações de pesquisa e pela astúcia com que sugeriu os meios para deslindar a trama que construímos. Trata-se de precioso exemplo de sutileza e elegância para qualquer acadêmico. À professora Dr^a. Andréa Lopes Vieira, pelas indicações de pesquisa (que me trouxeram simpatia por tradições das ciências sociais que jamais visitaria de outro modo) e pelo rigor e seriedade com que encara nossos misteres. A ambas, por haverem, junto com as professoras Dr^a. Andréa Moreira e Dr^a. Patrícia Farias oferecido tão brilhante curso eletivo. Ao professor Dr. Antônio Colchete, pela participação e auxílio durante o Exame de Qualificação. Espero haver integrado suas valiosas sugestões. Às professoras Dr^a. Vera Dodebei e Dr^a. Evelyn Dill Orrico, que me ajudaram de modo decisivo a publicar o trabalho que apresentei com Pedro Vasconcellos no curso Memória Social e Instituição. Ao professor Dr. Amir Geiger, que sempre ofereceu comentários cujo valor ele próprio não estima, e que foi o primeiro a seduzir-se pelas imagens que propus explorar e a acreditar nelas: as cicatrizes, o cartão postal e a poesia das ruínas. Aos professores Dr. Javier Alejandro Lifschitz e Dr. Sérgio da Silva, pela condução de tão instigantes discussões. Aos colegas do Programa, pelas sugestões úteis e pelo inesperado interesse que o tema das remoções de favelas lhes despertava. Ao professor Dr. Marcos Magalhães de Aguiar, um velho exemplo de austeridade e rigor.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Governo Federal pela bolsa de estudos que concedeu para a realização deste estudo e por seu relevante papel na promoção das atividades de pesquisa no Brasil. À Universidade de Brasília, com votos para que se torne o exemplo livre e pioneiro de sua missão fundamental.

Aos funcionários da Fundação Biblioteca Nacional, que há anos ajudam-me a encontrar fontes e referências bibliográficas, e aos funcionários da Biblioteca Nacional Mariano Moreno da República Argentina, por me ajudarem com igual diligência e por concederem-me as credenciais de pesquisador, condição para o acesso a várias e importantes coleções daquela Casa. Aos funcionários da Biblioteca Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pela presteza e agilidade com que produziram a ficha catalográfica deste trabalho. Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, pelo carinho e pela solicitude com que percorreram suas pastas em busca dos documentos relativos à Fundação das Associações de Moradores de Favela do Estado da Guanabara: sua solicitude e boa vontade, ao digitalizar gratuitamente tudo o que encontraram, não refletem apenas um ideal de servidor público, mas de consciência cívica.

A Pedro Vasconcellos, que me reforçou a admiração pela trajetória política de alguns nossos países irmãos. A Gabriel Braga, Matthew Macaluso, David Venezia e Alexandre Skvirsky, o infame “Bonde da Vila”, por torcerem com tanta empolgação, tanto mais quando aparecia em frangalhos para o chá da manhã. Aos professores Dr^a. Sônia Melo, Marcelo Câmera e Sandra Andrade, pela admiração e reconhecimento. Aos amigos Rodrigo Walker e Daniela Freitas: testemunharam meu interesse em estudar a memória do Morro do Pasmado desde 2007 e formaram, comigo e com a Leila, outro bonde de infames. Aos amigos Rafael Silva, Bruno Guaitanelle e Pedro Ferrari. A toda a equipe do grupo Nós do Morro, pelas tardes que passei nas locações de *Cinco vezes favela, agora por nós mesmos*. A Stella Pugliesi, pelas várias noites de café e fumaça: seu estudo, conduzido por uma arquiteta e apresentado a uma escola de engenharia, bailava sobre a história acadêmica, consagrava a memória social e constituía uma preciosa lição de pesquisa transdisciplinar. A todos esses, por perdoarem as demoradas ausências que a redação desta dissertação requereu.

Aos jovens amigos que se interessaram pelo estudo das favelas cariocas ou testemunharam, por outro modo, o processo final de redação desta dissertação: Paolo Amighetti, Isabella Lorangeira, Ana Luiza Ferrer, Jéssica Marrucho, Gabriela Fonseca, Matheus Coelho, Gabriel Westerberg, Raysa Santos, Nicholas Graef, Philip Janin, Kevin Dasilva e Natasha Cabernite. A Hélio Babo Fernandes, pelas palavras tão sinceras, e a Alexandre “Plague Doctor” Pousa, Victor Pérez, Maria Pia, Isabel Wigderowitz, Paula Camara, Mariana Paiva, Mylena Costa, Fernanda Tavares, Maria Haniya, Alexandre Almeida, Gabriel Botelho, Bárbara Herz, Camila Roca, Victor Trindade, Victor Perico, José Laport, Juliana Wylczynski e a todos aqueles que viriam repeti-las sem hesitar. Tenho certeza que seus trabalhos cobrirão de vergonha todos os que já tenham duvidado de vocês. A todos os outros garotos e garotas, bravos biógrafos e espíritos livres daquela Casa, peço o perdão pelas dezenas de omissões, agradeço pela admiração às vezes tão visível e ousado recomendar o que me ensinaram outrora os muros pichados da Universidade de Brasília: não deixem a universidade (ou coisa que o valha) atrapalhar seus estudos.

O MORRO DO PASMADO E O NOMADISMO DE MALDIÇÃO: DA DISTOPIA ATUALIZADA À MEMÓRIA DIÁFANA

RESUMO

Ao longo do regime militar que governou o Brasil de 1964 a 1985, a cidade do Rio de Janeiro foi o palco do maior deslocamento populacional compulsório registrado em sua história: a chamada Era das Remoções, entre 1964 e 1974. Tanto a literatura acadêmica quanto a memória escrita parecem sugerir uma favela cujas modestas proporções alargavam-se por sua (in)feliz localização: a celebrada paisagem, a enseada que se situa entre o Pão de Açúcar e o monumento ao Cristo Redentor. Lá, o discreto Morro do Pasmado, obscuro pela maior parte de sua história, foi o palco de um pequeno conglomerado de barracos que, alçando às estrelas como raízes de bromélia, foi consignado às chamas de um incêndio controlado, operado pelo Corpo de Bombeiros local e oficialmente alardeado como uma operação de saneamento. Este estudo busca revisitar as narrativas sobre a Favela do Pasmado como vista na literatura e no *Correio da Manhã*, explorado tanto como singular veículo de imprensa quanto como um ambíguo ator político, que apoiou o primeiro experimento da política sistemática de remoções compulsórias que sucedeu. À medida em que tal política retrocede e o país começa a reestabelecer as instituições democráticas, todavia, o latente discurso parece retornar à arena política, emprestando novas cores a uma agenda antiga, e desafiando a militância favelada contemporânea a penetrar sua memória coletiva e enfrentar um horizonte tão sinistro quanto o de seus antecessores de há cinquenta anos. No decorrer do estudo, torna-se claro que esses militantes já possuem uma vaga reminiscência, proposta hipoteticamente como *memória diáfana*, que poderá, para aqueles envolvidos em uma batalha por seus lares, sugerir uma primazia da memória sobre a história.

Palavras-chave: Remoções. Estudos urbanos. Memória social. Favela.

THE HILL OF PASMADO AND THE ACCURSED NOMADISM: FROM ACTUALISED DYSTOPIA TO DIAPHANOUS MEMORY

ABSTRACT

In the course of the military rule that governed Brazil from 1964 through 1985, the city of Rio de Janeiro was the stage of the largest compulsory population displacement ever recorded in its history: the so-called Age of Evictions, between 1964 and 1974. Academic literature and written memory alike seem to suggest a favela whose modest proportions are widened by its most (un)fortunate location: the much celebrated landscape, the cove that stands between Sugar Loaf and the monument to Christ the Redeemer. There, the discrete Hill of Pasmado, obscure for most of its history, was the site of a small conglomerate of shacks which, penetrating starward like bromeliad roots, was consigned to the flames of a controlled fire, operated by the local Fire Department and officially boasted as a sanitation operation. This study seeks to re-visit the narratives about the Favela of Pasmado and its eviction as seen among the literature and the *Correio da Manhã*, selected and explored both as a most singular newspaper and as an ambiguous political actor, which supported the first experiment of the systematic policy of forced evictions that followed. As this policy recedes and the country begins to re-establish democratic institutions, however, the latent discourse seems to return to the political arena, lending new colours to an old agenda and challenging present-day favela militants to draw on their collective memory to face as bleak a horizon as did their ancestors fifty years ago. In the course of the study, it becomes clear that these militants already have a vague reminiscence, hypothesised as *diaphanous memory*, which may, for those battling for their homes, suggest a primacy of memory over history.

Keywords: Forced evictions. Urban studies. Social memory. Favela.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O CARTÃO POSTAL E A PRODUÇÃO SOCIAL DO <i>ESTIGMA</i>	26
1.1 ANTECEDENTES DO ESTIGMA ESPACIAL DAS FAVELAS	26
1.2 A METRÓPOLE ENTRE BÁRBAROS E CIVILIZADOS	32
1.3 O FAVELADO, O BÁRBARO, O MARGINAL	47
2. CARACTERIZAÇÃO MÍNIMA DA IMPRENSA FLUMINENSE	54
2.1 O CORREIO DA MANHÃ E A OPOSIÇÃO COMO MISSÃO	55
2.2 AS SINGULARIDADES DO DIÁRIO CARIOCA	65
2.3 DAS OUTRAS VOZES E DE SEU SILÊNCIO	67
3. DAS CONSEQUÊNCIAS DA REMOÇÃO	70
3.1. UM NOMADISMO DE MALDIÇÃO	70
3.2 DOIS OLHARES SOBRE A REMOÇÃO DO PASMADO	79
3.3 A DISSOLUÇÃO DO SOCIAL	84
4. VARIAÇÕES SOBRE A REMOÇÃO	91
4.1 O ESCLIPSE DAS REMOÇÕES: DE LACERDA AOS MILITARES	91
4.2 ARCONTES DO TRÁFICO E DO ESTADO	97
4.3 DOS VAZIOS FLUMINENSES AO URBANISMO DE EXCEÇÃO	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A MEMÓRIA DIÁFANA	109
6. REFERÊNCIAS	117
6.1. REFERÊNCIAS ANCILARES	126
6.2. REFERÊNCIAS JORNALÍSTICAS, ARQUIVÍSTICAS E MULTIMEIOS	130
ANEXO	I

INTRODUÇÃO

Na enseada de Botafogo, a discreta elevação do Morro do Pasmado é toldada por tantas outras que lhe superam em altitude e prestígio: a Serra da Carioca e seu Santuário, o Morro de São João, o Pão de Açúcar e o Morro da Urca, com seu teleférico. Cortado, ainda, por um túnel de uns poucos duzentos metros de extensão, encimado pela Bandeira Nacional, o Morro do Pasmado praticamente se oculta na paisagem, seja pela facilidade com que se lhe transpõe, seja pela mais ampla e conhecida vista que se tem de outros pontos do bairro.

O túnel fora concluído em 1952, na breve gestão de João Carlos Vital, doze anos antes de a inauguração da via expressa do Aterro do Flamengo permitir, num quarto de hora, o trânsito do centro histórico da cidade à beira da Avenida Atlântica e confirmar a vocação turística da porção meridional da cidade. A bandeira está lá desde 1976, instalada em cerimônia oficial pelo general Reynaldo de Mello como marco inicial para as obras do mirante que o engenheiro Marcos Tamoyo, no último ano de sua prefeitura, concluiria. O Mirante do Pasmado figuraria, desde então, entre os pontos turísticos da cidade. Rebatizado em 2000, pelo arquiteto e prefeito Luiz Paulo Conde, para homenagear o martírio de Yitzhak Rabin, o mirante é, contudo, relativamente pouco frequentado: ofuscado pela vegetação postiça, amanhece, a cada dia, sob o lúgubre silêncio que este estudo ousa desafiar.

Nem sempre serviu o Pasmado, porém, ao feitiço do esquecimento, à contemplação da paisagem da Enseada, ou à estranha homenagem ao estadista israelense¹. Nos anos que seguiram a inauguração do túnel, o morro foi lar de expressiva cifra de famílias² cujas vidas sofreram viragem incomensurável, epitomada pelo fogo, até serem dispersas como cinza entre o mar e a Serra dos Órgãos, para longe da nobre área que se tornaria uma das representações metonímicas do Rio de Janeiro e do Brasil, o celebrado cartão postal, purgado das habitações que foram, nos anos anteriores à sua remoção, tão visíveis. Da favela

¹ A lembrança de Rabin, em topônimo tão distante de sua pátria, ecoa, com traços fortes, as palavras de Pierre Nora, que percebera na toponímia e no conjunto de *lugares de memória* uma ausência de espontaneidade, “patética e glacial” (NORA, 1993, p. 13).

² As estimativas quanto à quantidade de famílias variam de modo significativo entre as fontes. Os aspectos dessa variação, para além da mera diferença entre os números, serão abordados oportunamente.

em ruínas lembra-se apenas, aparentemente, a alegoria de mármore de Jean Magrou, chamada, ironicamente, *Poésie des ruines*: a bela figura feminina que, da Praia de Botafogo, enfrenta com olhar indecifrável o Morro do Pasmado e a velha Praia da Saudade.



Figura I: *Poésie des ruines*. Fotografia do autor.

O objetivo desta dissertação é analisar o processo de remoção da Favela do Pasmado, considerando o debate público empreendido e visibilizado pela imprensa escrita, particularmente por meio do jornal *Correio da Manhã*. A pesquisa constatou uma ausência de trabalhos acadêmicos que abordassem especificamente essa remoção; desta maneira, pretende-se contribuir com a recuperação dos dados relativos à Favela do Pasmado, especificamente. Por outro lado, visa também somar junto aos estudos sobre remoção de favelas no Rio de Janeiro, temática central e permanente nas políticas relativas à urbanização, abordando esta questão a partir dos aportes da memória social.



Figura II: Aspecto contemporâneo da enseada de botafogo, com destaque para a localização do Morro do Pasmado. Sobre fotografia de Halley Pacheco de Oliveira.

Esforço que não buscará dissimular o próprio engajamento, este estudo vislumbra a possibilidade colaborar para impedir “que os vestígios das ações dos homens se apagassem com o tempo”, nas palavras de um distante arauto da memória (HERÔDOTOS, 1985, p. 19). No mesmo sentido, nas palavras de investigador mais recente, mas não menos pioneiro, empenha-se este estudo na

expectativa de que os favelados³ sejam poupados à “enorme condescendência da posteridade” (THOMPSON, 1966, p. 15)⁴, desde o momento em que os casebres passaram a constituir fato urbanístico de suficiente saturação até que fossem, em começos de 1964, consignados à chama colérica da política de remoções do governo de Carlos Lacerda (1960-1965). A cólera, evidente tanto em sua atividade jornalística quanto naquela de seus colegas, quando já ocupado o político udenista com o negócio do Estado, representava o discurso que, desde os cortiços de fins do Segundo Reinado, servia-se de verdadeira constelação de opróbios, de longuíssima duração, para qualificar as formas de habitação da população urbana pobre da Capital⁵. Posteriormente a Lacerda, o falecido professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, arquiteto, engajado acadêmico e testemunha ocular de importantes episódios envolvendo o Morro do Pasmado, observa, com maior acuidade, a despeito da licença poética, o sentimento que se abateu sobre a favela botafoguense:

Pouco antes da tentativa de remover Brás de Pina, os cariocas haviam assistido ao espetáculo de uma favela em chamas durante uma noite inteira. Era a do Pasmado, a primeira a ser removida e cujos barracos foram em seguida incendiados como símbolo de uma nova era que se pretendia inaugurar. Era prometida a extinção de todas as favelas do Rio, oferecendo-se aos seus moradores casas seguras, ‘modernas’ e... muito distantes dos lugares onde moravam antes, que, presumivelmente, seriam, quando desocupados, purificados pelo fogo. (SANTOS, 1981, p. 32).

³ Optou-se, neste estudo, pela recusa da expressão *comunidade* em substituição a *favela*. Embora José Artur Rios considere *comunidade* uma denominação pedante e paternalista, que “arrepia os pelos de sociólogos e antropólogos” (RIOS, 2012, p. 45), é imperioso reconhecer que é justamente entre as ciências sociais que as discussões fundadoras em torno da expressão assumiram a riqueza e a variedade de matizes que a tornariam merecedora de dúzias de novos empenhos exegéticos. A opção pelo termo *favela*, portanto, consiste na escolha mais modesta de uma categoria com suficientes instrumentalidade e especificidades históricas para deixar-se referir como tal. Termos como *favela* e *favelado*, outrora elementos do estigma que vergava essas populações, são, ainda, frequentemente apropriados com orgulho por uma renovada militância política, ainda que permaneça o tabu quanto ao uso por quem não pertença ao movimento. Dito de outro modo, esses termos possuem alguma legitimidade, os sujeitos é que não possuem todos a legitimidade para empregá-los. Essa legitimidade é um entre os objetos de disputa no interior dessa própria militância.

⁴ Tradução nossa.

⁵ Para o conhecimento da continuidade discursiva entre os cortiços de fins do Império e as favelas do começo do século XX, reporte-se, primeiramente, à análise de Sidney Chalhoub (2001) acerca da atuação de Barata Ribeiro e da medicina sanitária no recém-criado Distrito Federal. Os trabalhos de Licia do Prado Valladares (2005, 2007) a respeito da (trans)formação desses discursos são, igualmente, indispensáveis. Seja dito brevemente aquilo a que se deverá retornar adiante: o juízo *contra* as favelas, inicialmente limitado à saúde pública e à moral religiosa, passa a informar-se, também, na estética, na segurança pública, no direito, no discurso da preservação do meio ambiente e das áreas de risco geoclimatológico e, mais recentemente, no conjunto de práticas de política urbana que se chamará, ao cabo, *urbanismo de exceção*.

Entre o simbolismo altaneiro e a frieza burocrática, a própria administração do Estado da Guanabara, na voz da então titular da Secretaria de Serviços Sociais, Sandra Cavalcanti, se referia ao incêndio como uma “operação de saneamento”, orquestrada pelo próprio corpo de bombeiros⁶, atualizando a distopia de Ray Bradbury (2008) e seus bombeiros incendiários: *Fahrenheit*⁷, em Botafogo. A distopia atualizada, porém, não fora percebida como tal pelo *Correio da Manhã*, que publicava, na edição de 29 de janeiro de 1964, junto a uma das únicas fotografias do incêndio que se pôde obter⁸, quando ainda quente a calva do morro, *A fogueira do Pasmado*, matéria de capa do segundo caderno, não assinada, de redação curiosa, ambígua entre ode e lamento, e cujo trecho se cuida de reproduzir:

Do morro só restam cinzas e a escada íngreme, desconjuntada, apontando para o alto. Não podia ser diferente. Não podia ser diferente⁹. Que em Bangu e redondezas surjam aglomerações decentes. Que venham abaixo, em cinzas, todas as favelas. Nem por isso a saudade é menor. Nem por isso as lágrimas deixarão de correr, numa tentativa infrutífera de apagar a fogueira. Uma fogueira que iluminou a noite de Botafogo no Morro do Pasmado. (CORREIO DA MANHÃ, 29/01/1964).

Do muito que já se registra sobre as favelas, na mente acadêmica, na imprensa, na cultura popular, nas palavras de ordem dos vários atores políticos de igualmente vária posição, a memória de sua remoção, concebida ou atualizada, parece consagrar alguns episódios, que depõem todos por seu impacto na consciência pública do Brasil contemporâneo. Destaca-se, em tal conjunto, a remoção da favela da Praia do Pinto, no Leblon, em 1969, culminada em incêndio súbito, de causa até hoje desconhecida, com espaço para amplas especulações a respeito. Mauro Amoroso (2012) menciona o depoimento de Alberto Jacob, laureado repórter fotográfico e morador da Favela da Catacumba, também removida em 1970, segundo o qual os helicópteros do Corpo de Bombeiros da Guanabara, parecendo

⁶ A *Tribuna da Imprensa*, na edição 25 de janeiro de 1964, observa que a operação mobilizava noventa bombeiros, comandados por dois oficiais maiores.

⁷ Publicado em 1953, o romance *Fahrenheit 451* narra os dilemas íntimos do bombeiro Guy Montag, num futuro distópico no qual, por iniciativa de um governo totalitário, a escrita foi suprimida e os livros proibidos, cabendo à corporação encontrar e incinerar os tomos teimosamente preservados por uma resistência civil, assim como justicar os culpados por sua conduta supostamente subversiva e antissocial. Oskar Werner viveu o agente Montag na adaptação fílmica de François Truffaut, em 1966.

⁸ A sede do Arquivo Nacional na cidade do Rio de Janeiro preserva o acervo iconográfico do *Correio da Manhã*. Das várias fotografias, muitas jamais publicadas, há cerca de cinquenta lâminas que retratam especificamente o Morro do Pasmado. As análises de Mauro Amoroso (2006, 2012) sobre tal acervo serão retomadas oportunamente.

⁹ Outra entre as muitas idiossincrasias do *Correio da Manhã*: a frase é repetida de modo aparentemente propositado, num texto que parece prestar-se mais à espetacular recitação que à leitura silenciosa.

lançar água sobre o incêndio para debelá-lo, lançavam, na verdade, combustível. Esse conjunto de *memórias subterrâneas*, tão diferente do discurso oficial, persiste a despeito da dificuldade em coligi-los. Persiste, diante das narrativas oficiais, o silêncio que, “longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais [...] esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas”. (POLLAK, 1989, p. 5). Já a remoção da Favela do Pasmado, embora preceda a da Praia do Pinto em cinco anos¹⁰, possui a singularidade grotesca de tratar-se de um incêndio programado e operado abertamente pelo próprio Estado, e seja reconhecida amplamente pela literatura acadêmica como um precedente paradigmático do período mais intenso das remoções, não é objeto frequente de estudo. Com efeito, não se pôde encontrar, até o momento, qualquer trabalho monográfico que a considere com maior detença, apesar da existência de menções abundantes na bibliografia sobre remoções, ainda que breves.

Além do professor Carlos Nelson Ferreira dos Santos, mencionado anteriormente, a professora Licia do Prado Valladares, em depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas — CPDOC/FGV, afirma-se também testemunha ocular e cotidiana da remoção da Favela do Pasmado, observando, inclusive, que o episódio foi importante fato a motivá-la na persecução do objetivo de tornar-se estudiosa das favelas. Em seu *Passa-se uma casa* (1978), indica que as favelas do Morro do Pasmado e da Ilha das Dragas (removida em 1969) foram as únicas cujos moradores ofereceram resistência frontal às operações de remoção (p.16), em ambos os casos, com decisivo envolvimento da Federação das Associações de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara — FAFEG¹¹ (p. 29-30). Marcelo Baumann Burgos (2005. p. 34) menciona o “caso traumático da Favela do

¹⁰ Se o incêndio da favela da Praia do Pinto é, sob todos os aspectos, fruto comum de seu tempo, pode parecer surpreendente que o incêndio do Morro do Pasmado preceda, inclusive, o movimento militar de abril de 1964. Poucas coisas vêm sem avisos, um princípio elementar de toda escatologia.

¹¹ A criação, pelos favelados da cidade do Rio de Janeiro, de um ente jurídico independente tanto do Estado quanto da Igreja Católica, que convieram, desde o fim dos anos 1940, “subir o morro antes que os comunistas descessem”, era ensaiada já em 1957, sob o nome de Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal. A remoção da Favela do Pasmado, anunciada e iniciada já em 1963 pelo governo do Estado da Guanabara, ofereceu aos favelados poder de aglutinação e capital moral suficientes para a criação de sua Federação, no mesmo ano. Sugere-se, para o conhecimento do percurso institucional da militância política das favelas cariocas, o cotejo dos textos de Marcelo Baumann Burgos (2005) e Licia do Prado Valladares (2005), além da dissertação de mestrado de Eladir Santos (2009), apresentada a este Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

Pasmado”, pela violência com que se processou e, também, por tratar-se da primeira grande derrota da FAFEG, que, inobstante, soergueria no recém-instalado regime militar para promover seu I Congresso dos Favelados da Guanabara, ao longo de todo o mês de outubro de 1964¹². Os trabalhos dos professores Anthony e Elizabeth Leeds (1978. p. 47;167;168;220.), Janice Perlman (1977. p. 246) e Maria Lais Pereira da Silva (2005, p.145-146) encerram observações similares. Trabalhos mais recentes parecem silenciar completamente tanto a respeito do Pasmado quanto a respeito de trabalhos clássicos já produzidos (VALLADARES, 2012, p. 91). A cultura popular, mormente seu cancionário, tem fartas menções à remoção das favelas, aos incêndios, aos famigerados conjuntos habitacionais; mas, até o momento, pode-se somente encontrar um samba, registrado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em nome de Edith Serra, que aborda especificamente a remoção do Morro do Pasmado (OLIVEIRA; MARCIER, 2005, p. 77). Não parece jamais ter sido gravado. O espetáculo Opinião, gravado por Zé Kéti, João do Vale e Nara Leão, possui referências sutis ao incêndio, registrando-se a execução do samba *Cicatriz*, do primeiro, em coautoria com Hermínio Bello de Carvalho. Descobrem-se, assim, as *ruínas* da esfinge de Magrou, de um lado, e as *cicatrices* de um celebrado cartão postal, de outro.

Inobstante pouco se haver escrito a respeito da favela do Pasmado, a literatura acadêmica acumula vasto conhecimento sobre essa forma de habitação. Tal conhecimento, que sempre implicou tanger as memórias sobre as favelas e, como é próprio do fazer acadêmico, historicizá-las, coube apenas marginalmente à história social — confessam os professores Paulo Knauss e Mário Sérgio Brum (2012), tratando-se, sempre, do concurso das várias disciplinas que a incorporaram. Sociólogos, antropólogos, arquitetos, urbanistas, assistentes sociais, religiosos,

¹² Parcialmente preservado no Fundo de Polícias Políticas do Estado da Guanabara, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, o conjunto de documentos relativos a esse consistório, cuja digitalização foi prontamente solicitada por este autor, resulta do zelo quase acidental de um inspetor de polícia que decidira anexá-los a ofício enviado à chefia do Departamento Geral de Investigações Especiais. Os atos aprovados pelo I Congresso encartam precioso documento, entre suas conclusões, denominado “As favelas e a realidade brasileira”. De sobrevoos, poderia parecer o apogeu da capacidade de organização política e propositiva das populações faveladas, como de sua luta desesperada contra as remoções. Quando da realização do II Congresso dos Favelados, em 1968, e da atuação da FAFEG na resistência à remoção da Ilha das Dragas, em 1969, o breve documento será um dos antecedentes a justificar a deposição da diretoria subversiva e o encerramento das atividades daquela federação até 1972, quando uma diretoria mais dócil se acostumaría a solicitar, com respeitosa linguagem, a presença de um representante do Departamento Geral de Investigações Especiais em suas reuniões. Os documentos relativos ao I Congresso dos Favelados estão reproduzidos no anexo deste estudo.

engenheiros e geógrafos, no silêncio dos historiadores, não apenas supriram sua falta, como deram ao próprio objeto um caráter transdisciplinar. Assim, pelo bem da *inter* (ou *trans*) disciplinaridade, o Programa de Pós-Graduação em Memória social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (universidade que, de resto, acha-se instalada no mesmo bairro onde outrora estivera a favela do Morro do Pasmado) pareceu, desde o princípio, o mais adequado para a condução desta pesquisa, devendo-se aqui transcrever e subscrever integralmente o magistério das professoras Jô Gondar e Vera Dodebei:

A proposta transdisciplinar [...] pretende pôr em xeque a disjunção entre as disciplinas, valorizando pesquisas capazes de atravessar domínios separados. A ideia não é reunir conteúdos, mas produzir efeitos de transversalidade entre os diversos saberes. Transversalidade que, evidentemente, não tem a síntese por horizonte: não se trata de promover o diálogo entre as disciplinas em prol do consenso, de um equilíbrio último no qual a razão domine o caos. Ao contrário, supõe-se que é justamente do dissenso que se faz a invenção e podem ser geradas as novas ideias. O objeto transdisciplinar não é comum a diferentes disciplinas: ele é criado como um novo objeto, de maneira transversal, quando problemas que até então eram próprios de um campo do saber atravessam seus limites e fecundam outros. [...] Nesse caso, a própria ordem disciplinar é posta em questão, surgindo um para além — indicado pelo prefixo *trans* — da divisão do saber entre disciplinas. Os novos objetos produzem deslocamentos nos jogos de saber e poder, desestabilizando as regras sobre as quais havia consenso e propondo novos discursos e práticas de pesquisa. (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 14-15).

Assim, contrariamente às advertências de Paul Veyne (1998, p. 180) contra o tal “improvisar-se historiador”, os diferentes saberes que se empenharam sobre as favelas produziram efetivamente um *além do histórico*, um objeto transdisciplinar erigido sobre território, que não pertenceria *de fato* a ninguém, mesmo que pertencesse *por direito* (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 15). Questiona-se, inclusive, se tal “direito” não seria exterior à matéria, oriundo, sobretudo, do desejo de manutenção de um “campo historiográfico” que pretenderia assenhorear-se do passado e da legitimidade para pronunciar-se sobre ele (BOURDIEU, 2003, p. 31). A adoção de metodologias e tópicos tão consolidadas no âmbito da história social, de pretensões mais radicais ou atenuadas a uma mesma “história científica”, possuiria, ainda, pretensões de positividade e imparcialidade, características dos discursos que “pretendem [...] tudo julgar sem correr o risco de serem também julgados” (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 17).

A pretensão de julgar seria tão inoportuna quanto ingênua: o *direito à memória* das favelas, ao qual este estudo se faz sensível, é reconhecido por sua

atual militância, que, com formas de articulação política bastante diferentes das que lhe socorriam durante a primeira gestão da FAFEG, beneficia-se de um contexto institucional e político favorável à sua capacidade propositiva. O discurso acadêmico sobre as favelas deve contentar-se em explorar alguns significados possíveis de sua memória (ou da falta dela) no tempo presente. Trata-se, sobretudo, de subsidiar um debate sem postular uma *posição* em seu seio, sem pretender *lecionar* aos favelados sobre aquilo que “realmente” seriam, pois:

[...] se é possível falar de um processo de apropriação, pelas favelas, do seu direito à memória, bem como à produção de sua própria representação, de suas identidades, por outro lado, os recursos necessários para tanto não são nelas equanimemente distribuídos. Nem todos nas favelas dispõem dos recursos e das competências necessários à produção de uma palavra pública sobre as favelas. Além disso, nem todas as falas sobre as favelas provenientes das próprias favelas são reconhecidas como legítimas. O monopólio da palavra autorizada sobre e pelas favelas é objeto de disputa nas favelas e fora delas. (GRYNSZPAN; PANDOLFI, 2007. p. 86).

A análise da ampla presença que as favelas tiveram na imprensa fluminense ao longo do período das remoções é crucial para a compreensão do contexto social da época, os principais personagens, acontecimentos e discursos políticos que fundamentaram esse processo. O *Correio da Manhã*, exemplificando esse “monopólio da palavra autorizada”, com a redação curiosa que frequentemente ostentava, mostrou-se particularmente obstinado quanto à remoção da Favela do Pasmado, e será a principal fonte primária à qual recorrerá este estudo. Outros jornais, como *O Dia*, *a Tribuna da Imprensa* e o *Diário Carioca*, a bem de se explorar as curiosas e ambíguas características do *Correio*, serão cotejados oportunamente, como contrapontos à sua perspectiva¹³.

A elaboração da versão final deste estudo, após a integração dos valiosos aportes surgidos durante o processo de Qualificação, testemunhou uma série de transformações na cidade do Rio de Janeiro que tornaram imperiosa a reelaboração do plano original: consagrava-se, outrora, arbitrarias balizas temporais entre 1952 e

¹³ Parte expressiva da imprensa escrita brasileira encontra-se preservada pela Fundação Biblioteca Nacional, que mantém tanto os exemplares físicos de periódicos quanto as cópias produzidas no âmbito do Programa Nacional de Microfilmagem de Periódicos. Os microfilmes, importantes quando os fungos, os ratos, o calor e a umidade ubíquos no depauperado edifício ameaçam as cópias impressas, foram recentemente complementados pela iniciativa de digitalização de periódicos empenhada pela Fundação e consolidada no portal da Hemeroteca Digital Brasileira. As edições digitais dos periódicos, a maioria em domínio público, além de facilitarem a preservação do acervo, permitem aos pesquisadores o uso de facilidades técnicas como o reconhecimento óptico de caracteres (OCR), que é capaz de efetuar a busca e o registro de cada ocorrência de um termo qualquer no interior de um mesmo documento ou em séries decenais.

1964. Essa espécie de seleção, frequente e salutar em estudos propriamente históricos, foi rejeitada diante da necessidade de extrapolá-los após a descoberta do plexo de significados que a *memória* da trajetória da Favela do Pasmado pode sugerir à militância contemporânea das favelas.

O primeiro capítulo apresenta as necessárias referências teóricas e analíticas, concomitantemente à descrição e construção do próprio objeto da pesquisa. Retoma-se o contexto das favelas do Rio de Janeiro e da Favela do Pasmado em particular, desde a conjunção entre os cortiços e as favelas, o “mito de origem” da professora Licia Valladares, até o momento em que passam a ser foco da atenção da imprensa com maior insistência enquanto problema urbano. A exposição é acompanhada por uma revisão factual e teórica do conhecimento jornalístico, acadêmico e comum sobre as favelas, sua constituição enquanto *problema*, uma genealogia das soluções propostas etc. A categoria *favela* é vista diante da própria (im)possibilidade de se empregá-la como substantivo comum, contemplado seu trânsito entre os campos jornalístico, político, acadêmico, médico ou criminalístico. Os favelados, por sua vez, são vistos enquanto sujeitos estigmatizados, designados como tal de modo heteronômico — “de fora” e “de cima”, nas palavras de Loïc Wacquant. Seu trânsito na cidade, também relevante a partir dos anos 1930, conduzirá a um excursão sobre a construção social de um *estigma espacial* específico e sobre a experiência de habitar uma favela e sujeitar-se à remoção, para o que se busca tomar à imprensa e à literatura alguns elementos pertinentes. A condição do favelado é apresentada sob diversas óticas que exploram aspectos relevantes de sua identidade e integração ao tecido urbano, da condição-limite de *removido*, da condição sempre precária e incompleta de morador dos conjuntos habitacionais e da condição de *nômade*, sugerida quase ao acaso por um dos primeiros urbanistas a considerarem, nessa qualidade, as favelas cariocas, e com decisivas implicações de ordem teórica e política.

O segundo capítulo consiste em uma caracterização da imprensa fluminense, elencando os periódicos, as relações que estabelecem entre si e as alianças que animam cada editoria. O *Correio da Manhã*, sua redação idiossincrática, seu rico acervo iconográfico, já objeto de outros estudos, e sua singular posição política, a saber, um conservadorismo político profundo, mas paradoxalmente contrário à situação, qualquer que seja, será contraposto a outros periódicos que circulavam na

Capital, como *O Dia*, o *Diário Carioca*, o *Estado de São Paulo* e a *Tribuna da Imprensa*, que também apresentam posicionamentos importantes para a análise. Seu título, “caracterização mínima”, insiste em que não haja qualquer pretensão de se contribuir para uma historiografia da imprensa fluminense; há, antes, a intenção de servir-se desses aportes em um breve interlúdio, que permita caracterizar brevemente os órgãos de imprensa selecionados enquanto atores políticos.

O terceiro capítulo trata das consequências da remoção sobre a população da Favela do Pasmado e de outras que tiveram semelhante sorte, na imprensa e na literatura acadêmica. Sua abordagem parece sugerir o conceito de *nomadismo de maldição* enquanto conjunção das formas de predicação heteronômica com os conceitos de nomadismo presentes no Plano Agache e nas obras de Arnold Toynbee (1972), Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997): um conjunto de disposições aprendidas pelo sujeito liminar na experiência da remoção e que orientou a cultura política das favelas de modo decisivo. A remoção do Pasmado, visitada entre diários que se opõem tipicamente, *O Dia* e o *Diário Carioca*, é contrastada a elementos de testemunho e fontes acadêmicas. Após as considerações dessa seção, a atualização do debate em torno da sociologia da marginalidade passa a exigir uma apreciação conjuntural e prognóstica da militância favelada contemporânea e de seus desafios no contexto do processo de redemocratização do Brasil.

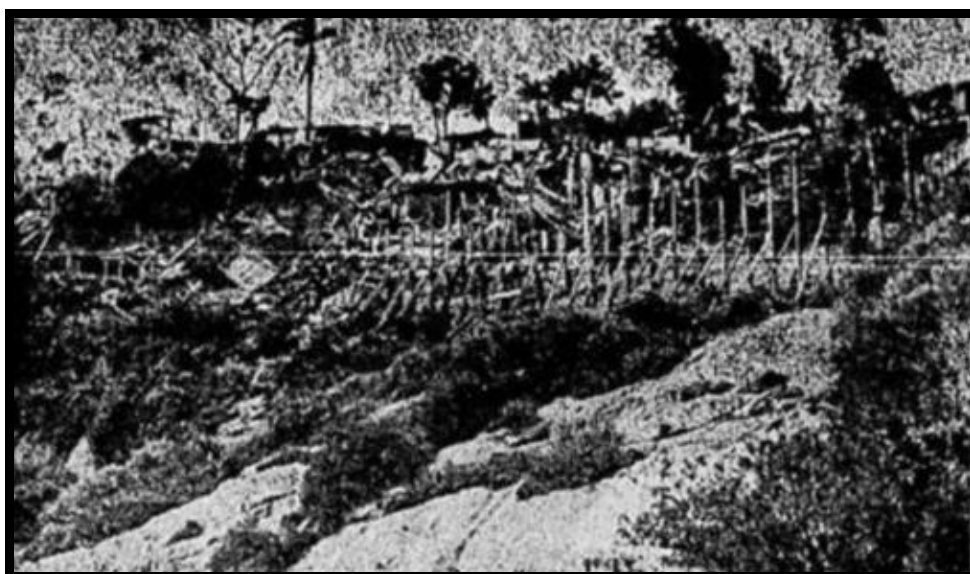


Figura III: Aos quatro dias de janeiro de 1964, o *Correio da Manhã*, em “Ex-favela agora é área turística”, a fotografia, sem indicação de autoria, de restos de casas do morro do pasmado, com a chamada “Estado vai limpar”.

Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara

SÉDE: RUA DOS ANDRADAS, 96 - 16.º ANDAR - TEL. 43-7643

Na Montagem Proquis Edison

★ SALVE OUTUBRO DE 1964 ★
MÊS do CONGRESSO dos FAVELADOS

REALIZAÇÃO DA

Esta
é
nossa
Filosofia
O que
somos

F
A
FAFEG
E
G

O que
seremos
O que
plantar-
mos
colhere-
mos

OFERTA DA ORGANIZAÇÃO

R
U
F

★

REALIZAÇÃO EM:
3 - 10 - 17 - 24 - E - 31/10/1964

Figura IV: Capa do encarte dado aos participantes do I Congresso dos Favelados. Reprodução. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

O quarto capítulo apresenta a conduta da militância favelada durante os anos 1970 como a primeira manifestação visível de uma cultura política informada pelo *nomadismo de maldição*, bem ao contrário da perspectiva dominante, que via na “política da bica d’água” a docilidade de uma trajetória política descendente. A seção busca, ademais, constituir o percurso das expressões portadoras dos estigmas espaciais, *favela* e *favelado*, até tornarem-se elementos aglutinadores de uma renovada militância política, que passa a possuir, *de jure*, ao menos, condições para formular uma nova agenda propositiva. As formas contemporâneas da remoção, a nênese perpétua do favelado, mesmo durante o processo de redemocratização do país, será vista pelo olhar do jornalista, do acadêmico e do favelado: enquanto os favelados ensaiam libertar-se da *predicação heteronômica* que tanto lhes impactou o modo de ser, o discurso *contra* as favelas ganha as cores de novos tempos: torna-se mais audaz e insidioso, pois supostamente posto a serviço dos próprios favelados e de sua dignidade ou, numa abstração que encarna o discurso hegemônico da cidade e do chamado *urbanismo de exceção*, a serviço do “bem comum”, mesmo quando ao arrepio da lei.

As conclusões desse estudo insistirão no fato de que a relevância de se explorar uma *memória* da Favela do Pasmado e de seu destino repousa unicamente no conjunto de efeitos que esta pode ter sobre o destino das favelas de hoje: a memória vaga e translúcida, o saber que houve, *in illo tempore*, grandes incêndios, sugere que a *memória diáfana* enquanto instrumentalização do trauma é o único investimento memorial necessário para a atual militância favelada. Trata-se do instante em que o discurso acadêmico, renunciando à autoridade que talvez pudesse mesmo pleitear, retorna à modesta posição de apenas *escutar* a imponderável surpresa que seu tempo lhe oferece.



Figura V: Fotografia de Manuel Gomes da Costa aparecida na edição de 29 de janeiro de 1964, no Correio da Manhã, junto à matéria “A fogueira do Pasmado.



Figura VI: o lúgubre parque, e sua vegetação postiça. Fotografia do autor (2009).

1 O CARTÃO POSTAL E A PRODUÇÃO SOCIAL DO *ESTIGMA*

Residir na favela do Pasmado implicava, para seus moradores, a convivência com um conjunto de estigmas, determinantes das ações que lhes eram dirigidas, de suas identidades e do encaminhamento da remoção. Antes de retornar ao contexto e a temporalidade específicos deste estudo, empenha-se uma breve seção ao conhecimento da formação dos juízos contra as favelas, que retornarão na ação do Estado e da Igreja Católica, na imprensa, na literatura e nas mentes dos removidos.

1.1 ANTECEDENTES DO ESTIGMA ESPACIAL DAS FAVELAS

A professora Licia do Prado Valladares dedica-se à explicitação do contexto mais remoto da utilização do termo *favela*, de sua afinidade com as formas anteriores de habitação da população urbana pobre no Rio de Janeiro e, sobretudo, da precedência dos discursos médico-sanitarista, urbanístico, policial-criminalístico e moral na delimitação da favela enquanto região material e simbólica da urbe. A favela é herdeira da produção discursiva ligada, desde meados do século XIX, aos cortiços, e, em seguida ao êxodo rural, pelo que foi vista, ao menos até os anos 1940, como um verdadeiro enclave rural na cidade (VALLADARES, 2005, p. 22). Aquilo que a autora de *Passa-se uma casa* (1978) indica como “mito de origem” da favela, trata-se tanto do contexto mais amplo da campanha contra o Arraial de Canudos e do fato de que os praças do exército republicano estabeleceram-se no Morro da Favela, atual Morro da Providência, quanto dos traços morais dos sertanejos conforme descritos por Euclides da Cunha¹⁴. O Arraial de Canudos e o Morro da Favela compartilhavam uma série de características, como a velocidade de expansão dos assentamentos, a topografia das regiões, a ocupação juridicamente atípica, quando não plenamente irregular, da terra, a ameaça de chefaturas

¹⁴ Valladares, analisando a influente e decisiva recepção de *Os sertões*, conclui que a descrição oferecida por Euclides da Cunha consolidou o juízo a respeito dos cortiços na mente dos acadêmicos, religiosos, políticos, médicos e jornalistas. O Morro da Favela torna-se o elo que vincula os cortiços (que, a despeito de residual existência no tecido urbano, desapareceriam da arena pública em começos do século XX) às futuras favelas. Uma outra característica do vínculo estabelecido sob a influência de *Os sertões* entre os cortiços e as favelas é a suposta escolha de se habitar esses espaços, como teria sido por escolha que os sertanejos teriam ingressado nas fileiras do Conselheiro.

carismáticas, a ausência das instituições estatais e, acima de tudo, o perigo moral, político e social que ambos assentamentos representavam na infância da República brasileira (VALLADARES, 2005, p. 33-35).

Em 1926, quando o médico sanitarista Augusto de Mattos Pimenta, em discurso aos membros do *Rotary Club* da cidade do Rio de Janeiro, reproduzido dias depois pela imprensa da Capital, menciona a necessidade de erradicar o “flagelo das favelas” e a “lepra da estética”, o Morro da Favela não é mais o único referente do estigma: *favela* consistia, agora, por efeito de sua divulgação na imprensa escrita, em substantivo comum, atribuído a um conjunto de assentamentos que deveriam submeter-se não apenas às regulações edilícias e à moral, mas também a princípios de estética. Valladares é enfática ao afirmar que a transformação das favelas em *problema* precede a multiplicação dos assentamentos populares na Capital Federal (2005, p. 39). Pimenta não teria trazido somente a novidade da estética: à época de seus discursos e de sua grande influência junto à elite carioca, não mais militava na medicina, mas na corretagem de imóveis, com que enriquecera. O trânsito de Pimenta entre políticos e jornalistas permitiu-lhe ser o primeiro a sugerir a construção de casas populares, acessíveis aos moradores por meio de programas (compulsórios) de financiamento, com preços semelhantes aos de um aluguel.

Para uma elite carioca que necessitava lhe viesse de Londres ou Paris a chancela da civilidade de suas aspirações, a contratação, no ano seguinte, pela Prefeitura do Distrito Federal, do urbanista e sociólogo francês Alfred Donat Agache, embora alardeada por seus colegas brasileiros como uma afronta à corporação, culminou na realização do primeiro plano de desenvolvimento urbano da capital¹⁵. O plano urbanístico de Agache, oferecido à Prefeitura em 1930, consolidando a representação que vinha desde *Os sertões*, percebia a favela como a escolha de uma população “meio nômade” (AGACHE, 1930, p. 20), um adjetivo importante, como se verá, e alheia às regulações sobre higiene. Sem se falar ainda em urbanização, mas aproveitando a experiência de Mattos Pimenta na corretagem

¹⁵ A redação de *Cidade do Rio de Janeiro*, denominação do chamado Plano Agache, subtítulo “extensão, remodelação e embelezamento”, não se obriga à citação de suas referências, embora ofereça um reconhecimento coletivo aos especialistas brasileiros que permitiram sua elaboração. Valladares (2005, p. 47) sustenta a hipótese de que Mattos Pimenta, que participou da organização das vindas de Agache ao Rio de Janeiro, tendo, inclusive, pronunciado o discurso inaugural para sua recepção e conferência nos salões do Hotel Glória, seja a principal fonte de informação, sobre as favelas, particularmente, consultada por Agache.

imobiliária, o plano urbanístico de Agache concebia, pela primeira vez, um *lugar* para os favelados:

A população das favelas compõe-se de pessoas que pertencem, em geral, aos grupos de renda mais baixa, empregadas em vários tipos de atividades dentro da cidade do Rio. [...] Esta população não é, todavia, indesejável, de modo a dever ser forçosamente removida para fora da cidade. É uma população útil, para a qual deverão ser encontrados lugares dentro da cidade ou em pontos de fácil acesso. (AGACHE, 1980, *apud* REZENDE, 1982, p. 87).

Nas palavras de Agache, mais por ser ele um estrangeiro, alheio aos contextos que gestaram o conjunto dos estigmas contra a favela, que, por sua qualidade de especialista, perdem força as generalizações morais que identificavam a favela como covil das classes perigosas e valhacouto de vagabundos, reconhecendo-se, inclusive, o papel do favelado como elemento produtivo da população¹⁶. O lugar do favelado concebido pelo urbanista, além de seu sentido literal, abrange sua efetiva pertinência ao funcionamento cidade, e necessidade de acomodação nela. As favelas e seu *lugar* no plano de Agache, mais uma atribuição externa que uma escolha dos favelados, tornaram-se uma consideração obrigatória para as abordagens desde então, ainda quando optassem pelo desalojamento e remoção das populações.

Mesmo auspiciada pela Prefeitura do Distrito Federal, e contratada com o fim de legitimar o que dela esperavam fazer as elites cariocas, a obra de Agache permaneceu um texto meramente consultivo, cujas disposições e recomendações jamais seriam levadas a termo em sua totalidade, tão grande era o desejo de os revolucionários de 1930 de se distanciar do que fizeram conhecer como “República Velha”¹⁷. O primeiro documento que, encarnando a autoridade pública e assumindo uma posição no ordenamento jurídico brasileiro, passaria a dispor sobre as favelas, teria de aguardar ainda sete anos, testemunhar a ascensão de Getúlio Vargas, seu

¹⁶ O trabalho de conclusão do curso de Serviço Social de Maria Hortência do Nascimento, oferecido à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, encontra não menos de trinta e seis diferentes ocupações entre os residentes favela do Largo da Memória, na vizinhança imediata do *campus*, hoje praça rebatizada em homenagem ao embaixador Sérgio Vieira de Mello, no Leblon, em frente ao 23º Batalhão da Polícia Militar. Valladares (2005, p. 58) observa que a monografia de Nascimento, embora prenhe das ilações racistas e moralizantes de seu tempo, permanece uma das primeiras a realizar um trabalho de campo na própria favela.

¹⁷ A influência de Agache permaneceria, na administração pública, para além do próprio Rio de Janeiro. Sem a simpatia do Governo Federal após a Revolução de 1930, esse urbanista foi chamado a elaborar planos semelhantes para o distrito de Atafona, na cidade fluminense de São João da Barra (RJ) e para Curitiba (PR), nos anos seguintes.

governo constitucional e o afastamento do carismático prefeito Pedro Ernesto, pouco antes do golpe que inaugurou o Estado Novo¹⁸. De substantivo próprio a substantivo comum, depois, uma categoria jurídica: o Código de Obras do Distrito Federal, de 1937, concede uma seção inteira às chamadas “habitações anti-higiênicas”, referindo-se especificamente às favelas no *caput* do artigo 349, embora a conceituando de modo esdrúxulo, como “conglomerados de dois ou mais casebres”. Os parágrafos desse artigo, ainda, dispõem sobre as proibições de se construir novas habitações nas favelas ou de se realizar benfeitorias e ampliações nas unidades já existentes¹⁹. Dispõem, ainda, espelhando o que já preconizavam Pimenta e Agache, pela construção de núcleos de habitação “de tipo mínimo”.



Figura VII: Fotografia do *Correio da Manhã* em 16/12/1956. A matéria de capa apresenta a chamada “enquanto técnicos discutem o problema a atração desaparece”.

¹⁸ O prefeito Pedro Ernesto, hoje lembrado como médico, filantropo e benfeitor das primeiras escolas de samba, ocupou pela primeira vez a prefeitura do Distrito Federal entre 1931 e 1934, na qualidade de Interventor para o Distrito Federal. Seu segundo mandato, iniciado em 1935, foi interrompido por ocasião de sua prisão e afastamento, sob acusação de tramar um golpe de Estado, seja ao lado dos comunistas, seja ao lado dos integralistas. Discute-se a veracidade e a plausibilidade das acusações, permanecendo razoável supor que não convinha a Getúlio Vargas partilhar o epíteto de Pai dos Pobres com mais ninguém. Coube a Olímpio de Mello assumir o restante de seu mandato. Após o golpe militar que inauguraria o Estado Novo, o médico e jurista Henrique Dodsworth assume a prefeitura, na qualidade de Interventor para o Distrito Federal, até a redemocratização, em 1945. A despeito de sua deposição, as ações de Pedro Ernesto na Prefeitura do Distrito Federal constituíram contraponto ao discurso higienista, e tiveram expressiva continuidade, mesmo em sua caricatura, o demagogo, o “político da bica d’água” e o “candidato caô caô”.

¹⁹ Essa proibição, que persistiria, com variações, até que o governador Leonel Brizola permitisse oficialmente, nos anos 1980, a construção em alvenaria, foi amplamente criticada por reprimir a possibilidade de que os próprios favelados urbanizassem as favelas e as transformassem em bairros operários; além de desestimular, de modo geral, a poupança. As implicações do Código de Obras e as limitações dos conceitos de favela adotados pelo Estado são objeto de maior elaboração no capítulo terceiro.

Faltando à prefeitura de Dodsworth no Distrito Federal um estudo que refletisse o regime de Vargas e rivalizasse com o Plano Agache, urbanismo dos oligarcas, encomenda-se ao Dr. Victor Tavares de Moura, médico e parente do Interventor Agamenon Magalhães em Pernambuco, o *Esboço de um plano para o estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro*. Segundo Valladares (2005, p. 57), trata-se do primeiro estudo a preocupar-se em evidenciar a situação fundiária de cada uma das favelas que analisou, para além da suposição de que se trataria, em todos os casos, da invasão de terras públicas e/ou privadas.

A ambiguidade dispositiva do Código de Obras, que deixará em aberto aquilo que os anos seguintes farão conhecer como o debate entre remoção e urbanização²⁰, dá aos favelados uma qualidade que Victor Turner reconhece como *liminar*: a despeito de possuírem, agora, certo reconhecimento no direito positivo, existem em uma “invisibilidade” estrutural (TURNER, 1967), uma condição ontologicamente precária, fundamental para a compreensão da subjetividade do favelado sujeito à remoção. Pairando no vazio a identidade dos favelados, o discurso sobre as favelas passará a considerar, pelos anos seguintes, soluções para seu controle e administração. Essa condição liminar dos favelados será reforçada pela Prefeitura do Distrito Federal já em 1941, quando o projeto experimental dos parques proletários provisórios²¹ inaugura o primeiro núcleo habitacional, na Gávea,

²⁰ Valladares (2005, p. 55) registra um dos primeiros usos da palavra *urbanização* nos atos do I Congresso Brasileiro de Urbanismo, em 1941. Os experimentos em urbanização começarão efetivamente nos anos 1950, quando, no seio da própria Igreja Católica, o cisma de sua doutrina social é evidenciado na existência paralela de dois institutos de vocação oposta: enquanto a Fundação Leão XIII, logo tornada autarquia do Estado da Guanabara, associava-se ao conservadorismo e à contenção do discurso socialista, a Cruzada São Sebastião, de Dom Hélder Câmara, o “cardeal vermelho” de Nelson Rodrigues, cuidaria de construir, por sua própria iniciativa, conjuntos habitacionais como os que ainda se situam no Leblon, junto ao Jardim de Alah, e no Flamengo, no acesso principal do Morro Azul (Rua Paulo VI). O estudo de Bart Slob sobre o projeto de urbanização da Cruzada permanece o mais completo sobre a iniciativa de Dom Hélder, que se repetiria no Flamengo (Morro Azul) e em outros bairros da cidade. O jovem Carlos Nelson Ferreira dos Santos, com outros arquitetos do grupo Quadra, dariam à favela de Brás de Pina, nos anos 1960, a feição atual daquele bairro da Zona Norte, com participação das famílias faveladas e sem removê-las dos terrenos que ocupavam.

²¹ O primeiro Parque Proletário Provisório, da Gávea, situava-se à rua Marquês de São Vicente, sobre o que é hoje um dos estacionamentos do *campus* central da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, assentando a população removida da favela do Largo da Memória. O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro possui uma dissertação de mestrado sobre o tema (OLIVEIRA, 1981). O Parque Proletário do Caju, na margem meridional da Avenida Brasil, próximo à Rua do Bonfim, em São Cristóvão, hoje absorvido pela Barreira do Vasco, recebeu, inicialmente, moradores de terreno hoje ocupado pelos anexos do terminal rododiferroviário da Central do Brasil. A já referida Praia do Pinto, terceiro parque proletário a ser implantado, situava-se junto ao muro do Clube de Regatas do Flamengo, e recebeu moradores de núcleos removidos na área do atual Jardim Pernambuco, no mesmo bairro, da favela do Jóquei Clube, na Gávea, e de um conjunto

seguindo-lhe iniciativas semelhantes no Caju e no Leblon, ainda coerentes com o discurso do Estado Novo; todas, talvez pela vontade política de mantê-los não ter sobrevivido à ditadura de Vargas, fracassaram no longo prazo. Residir nos parques proletários significava submeter-se a uma série de práticas de controle desenvolvidas por seus administradores:

O primeiro administrador do Parque Proletário (da Gávea) foi, em sua atitude e modo de organização, um verdadeiro exemplar da ideologia estadonovista. A autoridade da Administração sobre os moradores era total. Todos os moradores tinham carteiras de identificação, que apresentavam à noite nos portões guardados que eram fechados às 22 horas. Toda noite, às nove, o administrador dava um “chá” (“chá das nove”) quando ele falava num microfone aos moradores sobre os acontecimentos do dia e aproveitava a oportunidade para as lições “morais” que eram necessárias. (LEEDS; LEEDS, 1978, p. 195-196).

Logo após 1945, o manejo das favelas foi identificado ao populismo e ao Estado Novo, ganhando força o discurso, latente desde a Primeira República, que pregava sua remoção. O primeiro recenseamento das favelas do Rio, produzido pela Prefeitura do Distrito Federal entre 1947 e 1949, ainda sem oferecer um conceito específico de favela, identifica mais de cem delas na cidade e conclui pela necessidade de erradicá-las. Surpreende, a despeito de deficiência tão basilar, haver chegado a componentes demográficos muito diferentes da suposição, frequente nos meios que produziram o discurso hegemônico da metrópole: de que se trataria de largo contingente de negros e populações vitimadas pelo êxodo rural, vindas do Nordeste. O recenseamento de 1950, mais frequentemente citado pela literatura, foi realizado pelo próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, além de oferecer, pela primeira vez, um conceito determinável de favela, abrangeu finalmente o conjunto da área metropolitana que crescia na vizinhança do Distrito Federal²². Ecoando o que era sabido desde o tempo de Agache e Pimenta,

de praças da Força Expedicionária Brasileira que retornava da campanha na Itália. Se não foi difícil, desde os tempos de Agache, encontrar as ocupações mais diversas entre a população das favelas, o fato de haver famílias de ex-combatentes entre os removidos da Praia do Pinto é fato francamente contristador. Dito mais fortemente, um país que dispensa esse tratamento a seus veteranos de guerra poderá dispensá-lo a qualquer pessoa. Nos arquivos da Fundação Oswaldo Cruz, o acervo do médico Victor Tavares de Moura parece conter informações acerca de um quarto parque proletário, na região que é hoje conhecida como morro do Amorim, nos fundos daquele *campus*, na margem oriental da rua Leopoldo Bulhões.

²² O conceito do relatório do IBGE é até hoje, com pouca variação, utilizado nos recenseamentos nacionais, e consiste em aplicar-se às áreas que o senso comum denomina favelas ao menos um dos critérios de proporção, pelo que as unidades habitacionais devem contar ao menos cinquenta; de tipo de habitação, construídas as unidades com materiais improvisados em “estilo rústico típico”; de condição fundiária, que conta a carência de licenciamento e a instalação das unidades sobre solo de propriedade não sabida ou simplesmente invadida; de serviços públicos, como ausência rede de

Guimarães conclui que “não se trata [...] de uma população composta de marginais, mas de aglomerados humanos integrados regularmente na vida social”. (GUIMARÃES, 1953, p. 691. *apud* VALLADARES, 2005, p. 70).

1.2 A METRÓPOLE ENTRE BÁRBAROS E CIVILIZADOS

Os anos 1950 transcorreram, no Distrito Federal, sob percebida necessidade de fazer valer sua pretensão de permanecer capital da República, acompanhando o crescente prestígio de São Paulo. Um otimismo editorial com relação aos progressos da técnica urbana e das grandes obras de engenharia caracteriza a imprensa da época, e o Morro do Pasmado, com a decisão de construir afinal seu ambicioso túnel, passa a frequentar os classificados de imóveis, numa euforia que se espalha, também, pelas regiões de Rio Comprido e Laranjeiras, que receberiam, mais tarde, as galerias do Rebouças e do Santa Bárbara.

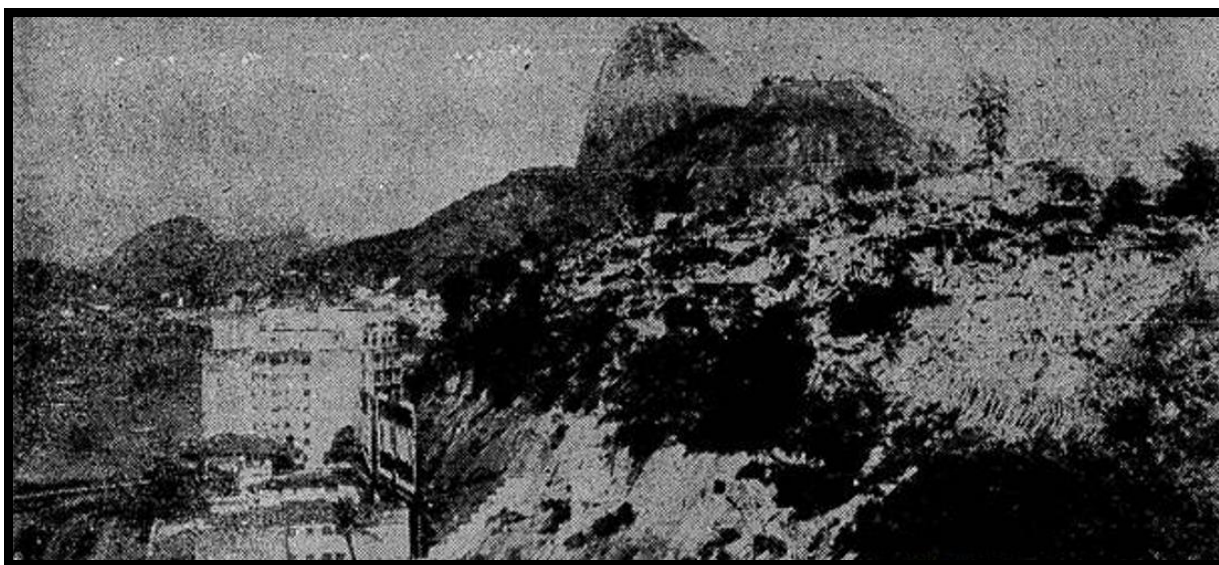


Figura VIII: Aos oito dias de janeiro de 1964, o Diário Carioca estampava uma fotografia da face setentrional do Morro do Pasmado após a remoção dos moradores. O vespertino noticia, sob a chamada “Pasmado será turismo”, que os comerciantes da extinta favela não foram contemplados pelo projeto da Villa Kennedy, inobstante promessa da Secretaria de Serviços Sociais.

águas e esgotos, energia elétrica e cabeamento telefônico; e de urbanização, que inclui a ausência total ou parcial de arruamento, numeração dos lotes etc. Valladares (2005, p. 69) observa que esse rigor fez o recenseamento federal contar 58 favelas onde o recenseamento da prefeitura, do ano anterior, vira mais de cem. O Parque Proletário da Gávea, que recebera a maior atenção entre seus pares durante o Estado Novo, era agora contado entre as favelas da cidade, tanto que foi removido em 1970.



Figura IX: Fotografias do *Correio da Manhã* em 8/3/53. A chamada "Rio, a 'cidade dos túneis'" introduz matéria elogiosa da engenharia carioca, recapitulando os túneis da cidade desde a época imperial até o recém-inaugurado túnel do Pasmado.

Antes do cinzel, da dinamite e do "tatuzão", termo afetoso com que o jargão da engenharia civil se refere à sonda perfuradora, o bloco de gnaiss facoidal chamado, quiçá por sua vista, Morro do Pasmado, era um estorvo cujo "complicado contorno", palavras do prefeito Marcos Tamoyo, alargava as distâncias que "separavam Copacabana de Botafogo e do resto da cidade."²³ É somente após a inauguração do túnel que o Morro do Pasmado se junta num só traçado à galeria de sentido sul do Coelho Cintra, mandado construir por Pereira Passos — outro prefeito engenheiro — em 1904, como também à galharda engenharia carioca: morro e mar, moldura de nababescos empreendimentos. Bem certo que até às obras mais esmeradas se impusessem o borrão e a rasura, capricho de musas que não se deixam possuir à definitiva exaustão, os primeiros casebres de madeira e estuque são relatados já em 1952, outrossim, vociferados pelo *Correio da Manhã*, nessa

²³ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, CP/MT/Cx.1 Mt. 7, p. 4. s/d. Uma caderneta empoeirada, permeada de anotações e recortes de jornal, dá mostras da fixação que o engenheiro Tamoyo mantinha, desde a juventude, com relação a túneis. Estes são, até o presente, junto com as pontes, reconhecidos entre as mais difíceis, ousadas e caras obras de engenharia civil. Entenda-se por "resto", porém, uma abstração do prefeito Tamoyo, consistente com a valorização política, imobiliária e simbólica da chamada Zona Sul da cidade em detrimento de outras regiões de igual importância e maior necessidade da presença estatal.

amarga qualidade, pelo restante da década. É seguro afirmar a existência de habitações alto do Pasmado anteriormente à abertura do túnel, mas seriam esparsas, temporárias, insinuadas qual raiz de bromélia nas frestas da elevação que a cidade e seu discurso hegemônico buscavam, até então, contornar.

Evadir-se de uma solução entre a remoção e o manejo das favelas, contornar o debate sem enfrentá-lo decisivamente, foi esta a opção da prefeitura do Distrito Federal até os anos 1960²⁴. O Morro do Pasmado, especificamente, é listado entre as favelas da cidade por ambos os recenseamentos dos anos 1940, conhecido por uns esparsos conjuntos de habitações desde 1928, quando a Prefeitura do Distrito Federal recebe o primeiro levantamento aerofotogramétrico da Cidade. Seu túnel, cogitado desde fins dos anos 1930, no contexto do plano de obras públicas de Dodsworth, responde por todas as menções ao Morro do Pasmado até os anos 1950, não se falando de sua favela anteriormente na imprensa da Capital. É curioso que, a partir da abertura do túnel, o *Correio da Manhã* se refira à favela do pasmado como uma novidade súbita e incômoda:

Às vezes uma favela surge tão depressa que até assusta. [...] Até poucos dias atrás não se conhecia a existência de barracos no alto do Morro do Pasmado. Agora, sem que ninguém saiba explicar como, exatamente no ponto mais visível da nova e belíssima pista, surgiram dezenas de barracos, ao que tudo indica, da noite para o dia. (CORREIO DA MANHÃ, 27/12/53).

Trata-se da primeira ocorrência da expressão “Favela do Pasmado” naquele periódico: ao menos até 1956, mais de dois terços das referências ao Morro do Pasmado acontecem no caderno de anúncios classificados *Movimento Imobiliário*, particularmente com a venda de unidades em processo de construção. É quando arrefece o furor imobiliário na região do Pasmado que sua favela passa a ocupar as páginas do *Correio* como um problema. O *Diário Carioca*, por outro lado, noticiava a respeito de moradores e de “barracões” no morro do pasmado desde, pelo menos, 1951. Quando da iniciativa frustrada de se remover os moradores do Morro do Pasmado realizada em fins de 1952, o *Diário* deu grande destaque à inexistência de

²⁴ A criação do Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas, SERFHA, em 1956, responde pela tentativa da Prefeitura do Distrito Federal de conhecer e participar com maior ênfase das ações empreendidas pela Igreja, particularmente, da Fundação Leão XIII, com o objetivo de substituí-la, identificados os religiosos com estilo de serviço social paternalista e moralizante. O afastamento de José Arthur Rios, seu diretor, em 1962 e a consequente criação da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara é coerente com a política de Carlos Lacerda, que terminava de preparar o terreno para iniciar as remoções em grande escala. A criação do SERFHA, igualmente, inicia o período no qual se torna mais virulenta a palavra do *Correio da Manhã* contra as favelas.

local que pudesse abrigar os moradores removidos em duas reportagens ricamente ilustradas com fotografias do local a que eram destinadas as famílias²⁵.

Seja por efeito da campanha do *Diário Carioca*, seja por não haver, simplesmente, previsão de um destino para onde se deslocar as populações das favelas, a única remoção cuja consumação parece registrar-se nos anos 1950 é a do Morro de Santo Antônio. Nessa favela, que disputa com o Morro da Providência as narrativas de origem, os moradores, auxiliados por um advogado militante, fundaram a União dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal, UTF, e tiveram uma experiência de solidariedade *entre* favelas que permitiria aos moradores do Santo Antônio a transferência para outras, relativamente próximas ao centro da cidade. A experiência incipiente, igualmente, permitiria sedimentar-se, anos depois, no estabelecimento da FAFEG²⁶.

A mais contundente conclusão de que as representações hegemônicas das favelas cariocas necessitavam ampla revisão foi oferecida na confluência entre o discurso acadêmico e o jornalístico, pelo estudo *Aspectos humanos da favela carioca* (1960). Sua recepção, propiciada por *O Estado de São Paulo* em 1960, não se restringiu à cidade do Rio, naquele mesmo mês de abril tornada Estado da Guanabara²⁷. O estudo foi realizado por iniciativa da Sociedade das Artes Gráficas e

²⁵ Cf. *Diário Carioca*, 05/12/52 e 06/12/52. O plano para remover as famílias do Morro do Pasmado, frustrado pela inexistência de locais que pudessem receber os moradores, é parte das ações da Comissão para a Extinção de Favelas, criada pela prefeitura de Mendes de Moraes em 1947.

²⁶ A favela do Morro de Santo Antônio sofreu várias remoções parciais ao longo do século XX, não sendo claro o destino da população removida em cada ocasião. No processo de sua consumação, a partir de 1952, as favelas da Mangueira e do Borel parecem ter sido o principal destino dos ex-moradores do Santo Antônio, embora se tenha relatado o deslocamento de famílias para Vigário Geral. A dissertação de mestrado de Danielle Bittencourt (2012), apresentada ao Programa Pós Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, apesar de não abordar especificamente o Santo Antônio, encerra uma densidade de informações sobre ele que não se pôde encontrar alhures. Observe-se que a precedência das remoções das favelas do Morro de Santo Antônio e do Largo da Memória não retira à Favela do Pasmado sua centralidade: embora Carlos Nelson Ferreira dos Santos pareça sugerir tratar-se da primeira remoção *simplesmente*, é razoável supor que a favela de Botafogo seja a primeira no contexto das operações sistemáticas que a literatura passaria a denominar “era das remoções”.

²⁷ O empenho de um jornal paulistano em encomendar e publicar um estudo sobre os problemas do Rio de Janeiro pode ser explicado tanto pela oposição daquela editoria à política do presidente Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília quanto pelo contexto mais amplo da competição entre as duas cidades: se esse último elemento é íntimo do senso comum, deve-se acrescentar que, a propósito da construção da nova Capital Federal, expor as mazelas do Rio de Janeiro fortaleceria a tese segundo a qual as metrópoles brasileiras já possuíam suficientes problemas, e a construção de uma cidade postiça não faria mais que subtrair recursos às cidades reais que deles careciam. É pertinente visitar esse curioso aspecto da publicação do relatório nos textos de Licia Valladares (2005, 2012) e no depoimento de Rios ao Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FREIRE; OLIVEIRA, 2002).

Mecanográficas Aplicadas aos Contextos Sociais — SAGMACS, liderada pelo padre dominicano Louis-Joseph Lebret, do movimento *Économie et Humanisme*, que, já influente fora do Brasil, chegava a convite de Dom Hélder. Lebret convidou os sociólogos José Arthur Rios e Carlos Alberto de Medina, além do arquiteto Hélio Modesto, para a redação do relatório final. O estudo da SAGMACS pacifica o conhecimento acerca da heterogeneidade das várias favelas cariocas entre si, da participação dos moradores na economia (formal, inclusive) e de sua causalidade: a favela seria *produzida* pela miséria, e não *produtora* desta (SAGMACS, 1960a, p. 4). Sua influência, portanto, sobre a literatura acadêmica nos anos 1960 e 1970 foi expressiva, mas, em parte por não ter sido publicado em forma de livro, o relatório não exerceu influência significativa a partir dos anos 1980²⁸.



Figura X: Aos cinco dias de janeiro de 1964, sob a chamada “Daqui não saio”, o Diário Carioca estampava a fotografia, sem indicação de autoria, de dois meninos sentados sobre escombros, na face setentrional do Morro do Pasmado, contemplando o prestigioso Morro da Viúva e a Praia de Botafogo. Noticia-se a forma como o verso da chamada, extraído ao samba de Zé Ketí e Hermínio Bello de Carvalho tornava-se um grito de guerra dos favelados da Zona Sul.

²⁸ Esse fato não impediu que Licia Valladares criticasse incisivamente a ausência do estudo da SAGMACS entre as referências de recentes coletâneas de síntese (ZALUAR; ALVITO, 2005) a respeito das favelas (VALLADARES, 2005, p. 101; 2012, p. 91). O estudo foi publicado eletronicamente, em disco óptico compacto (CD-ROM), como apêndice de coletânea recente e dedicada exclusivamente à sua memória (MELLO *et al*, 2012). Pode ser encontrado, igualmente, na já aludida Hemeroteca Digital Brasileira.

Foi contra todas as evidências, portanto, que se deu tão vigorosa sobrevida às representações sociais e predicções *contra* as favelas além dos anos 1930. Essas representações, que pressupõem a possibilidade de se falar das favelas no singular, como um substantivo comum compreensivo de realidades sabidamente específicas, foi possibilitada, pelo exposto, na imprensa escrita da cidade do Rio de Janeiro a partir dos anos 1920, e é parte integrante do processo da produção social do estigma em sentido mais amplo. Os processos intelectuais que ensejam o estabelecimento de tais categorias são descritos de modo decisivo, embora distinto o contexto, por Edward W. Said:

É perfeitamente possível postular que certos objetos são construídos pela mente, e que esses objetos, a despeito de sua aparente objetividade, têm uma realidade meramente ficcional. [...] essa prática universal de designar na própria mente um espaço familiar que seria “nosso” e um espaço não familiar que seria “deles” é um modo de estabelecer distinções geográficas que *podem* ser completamente arbitrárias, [...] pois a geografia imaginária do “nosso território – território dos bárbaros” não requer que os bárbaros reconheçam a distinção. (SAID, 2004, p. 54. Tradução nossa. Grifos do autor).



Figura XI: A embaixatriz Alison Lincoln Gordon, dos Estados Unidos da América, distribui alimentos e presentes para crianças do Morro do Pasmado, em fotografia publicada pelo Diário Carioca aos dois dias de agosto de 1962.

Deixa-se, por hora, de discutir o estatuto ontológico desses processos, chamados *arbitrários* pelo autor de *Orientalism*²⁹: antecipando-se sua precariedade diante daquilo a que aspira o conhecimento científico. As favelas cariocas e a própria possibilidade de tratá-las como *generalidade* têm, deveras, um percurso anterior às ciências sociais, como se viu, exigindo que os órgãos de imprensa sejam considerados mais como atores políticos que como legatários de fontes históricas que se prestem à leitura ingênua. Ainda sobre a construção das identidades sociais heteronômicas, as palavras de Zygmunt Bauman, sobre outros espaços, outros tempos, atualizam a generalização do substantivo *favela* pela imprensa fluminense:

Num dos polos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro polo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que, no final, se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas *por outros* — identidades das quais eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam... (BAUMAN, 2005, p. 44. Grifos do autor.).

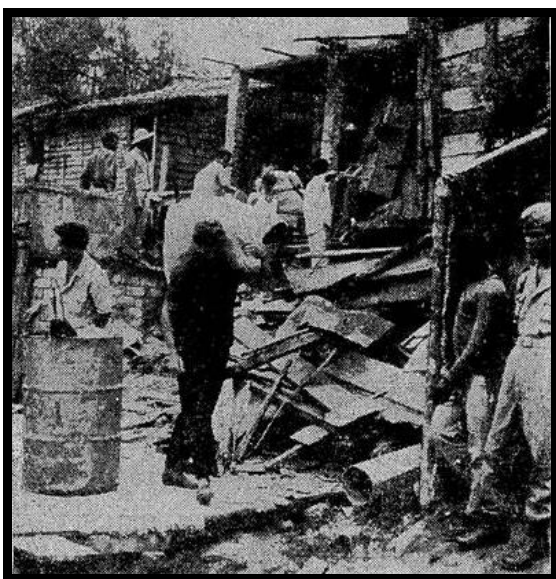


Figura XII: Registro da remoção da Favela do Pasmado publicado pelo Diário Carioca em 19 de dezembro de 1964, que referia-se a ela como “operação despejo”.

²⁹ Marcos Alvito (2006, p. 202) observa que temas orientais são frequentes tanto nas representações sociais do favelado quanto no comportamento que esse pesquisador pôde observar em seu trabalho de campo, na Favela de Acari: os haréns, os fanatismos, o exotismo e as inversões do espaço familiar do “nosso território”. Herôdotos, por ser o precursor mais remoto que se registra no uso das categorias *bárbaros* e *Oriente*, é frequentemente citado por quem se aventura a deslindá-las no presente, como François Hartog (1999), que observa reiteradamente a construção da identidade bárbara a partir de um *princípio de inversão*. Esses temas são observáveis de modo contundente na videoinstalação de Maurício Dias e Walter Riedweg: “Funk Staden” relaciona o arquetípico “churrasco na lage”, ao som do *funk*, ao “churrasco tupinambá” presenciado pelo viajante alemão com notório espanto. A obra vem sugerir, nas representações sociais da favela e do favelado, uma alteridade fundamental, a ser retomada adiante.

Antes de passar à dinâmica da estigmatização propriamente dita, que promete esclarecer como o discurso hegemônico da cidade do Rio de Janeiro produziu seus próprios bárbaros, registre-se que os estigmas, entre as formas de predicação heteronômica, a despeito de realizarem tudo o que observou Bauman, possuem características que o deslocam. Sedimentados coletivamente, permitem, igualmente, a realização de operações que singularizam, dignificam, humanizam, redimem... Em uma escala individual, ainda, Pierre Bourdieu observará que:

[...] a procura de critérios “objetivos” de identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, esses critérios [...] são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objetais*, em coisas [...] ou em atos, estratégias de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter dessas propriedades e dos seus portadores. Por outras palavras, as características que os etnólogos e os sociólogos objetivistas arrolam funcionam como sinais, emblemas ou estigmas, logo que são percebidas e apreciadas como o são na prática. Porque é assim e porque não há sujeito social que possa ignorá-lo praticamente, as propriedades (objetivamente) simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais de seu portador. (BOURDIEU, 1989, p. 112. Grifos do autor).

O sociólogo indica claramente, aqui, a possibilidade não negligenciável de indivíduos que, portadores de “propriedades simbólicas das mais negativas”, afirmam ganhos substantivos em termos de capital social e político, como certos estratos da população favelada capazes de apresentar-se como mediadores entre esta e, por exemplo, o Estado³⁰, uma possibilidade que não exclui a certeza de maiores prejuízos nos mesmos termos. Em uma escala supra-individual, o significante associado ao estigma pode tornar-se elemento aglutinador de um grupo estigmatizado, como o fizeram os favelados quando da criação da FAFEG e da organização de seus congressos, ou como faz a militância favelada contemporânea.

³⁰ Os cabos eleitorais que se instalam nas associações de moradores e na FAFEG a depõem pelo mesmo processo, como os responsáveis pelo comércio de varejo e pelas comissões de luz, que revendiam seus produtos a preços bem superiores ao que se pagava fora das favelas. Outros exemplos aparecem na figura dos indivíduos mais próximos da assistência social católica, como no caso, citado por Ferreira dos Santos (1981) no Morro Azul, no bairro do Flamengo, de pessoas que, sem serem propriamente moradores da favela, eram capazes de manipular suas identidades de forma a serem incluídos na categoria *favelado* e obter, com a conivência do presbítero e por meio de sua amizade, benefícios materiais, entre os quais algumas das unidades do edifício residencial erguido, no local, pela Cruzada São Sebastião. Todos os vários exemplos da competição dos favelados removidos entre si, consequência do esfacelamento das redes de solidariedade e ajuda mútua que possuíam nas favelas, confluem para mais profunda absorção, pelos moradores dos conjuntos, dos modelos e códigos de seus algozes.

As propriedades dos estigmas sociais conforme sugeridas por Bourdieu conduzem a um dos problemas mais permanentes e basilares das ciências sociais, o de situar-se adequadamente a materialidade e a discursividade. Escrevendo em tempos nos quais grande parte da literatura buscava ignorar os elementos simbólicos e discursivos do social, reduzindo-os ao irrelevante, ao cosmético e ao superestrutural, Bourdieu dedica-se sistematicamente a uma conciliação entre as duas ordens de fenômenos. Seu esforço foi paralelo ao de outra tendência, que parece ter sido hegemônica a partir dos anos 1980, postulando mais radicalmente pelo primado da ordem simbólico-discursiva como eixo de análise. Sobre o “esquecimento” da materialidade do social, o professor Manuel De Landa oferece, a propósito de certa leitura da obra de Michel Foucault e de seu conceito de *prática discursiva*, um exemplo pitoresco:

TUNEL DO PASMADO

Empreendimento que beneficia a tôda uma população!

Com 210 metros de comprimento por 22 de largura, possibilitando o escoamento de 7.500 veículos por hora, eis o tunel do Pasmado, recém-inaugurado. Os 375 pontos de luz, dispostos em 53 filas transversais e 7 longitudinais, proporcionam a mais perfeita distribuição luminosa.

A exemplo do que foi feito nos tuneis do Leme, as lâmpadas e todo o material de iluminação empregado no tunel do Pasmado são de fabricação nacional. A General Electric e a Byington, que prestaram sua colaboração no projeto, instalação e fornecimento do material de iluminação dêste tunel, congratulam-se com a população carioca por mais êste notável serviço público.

- Empreendimento da Prefeitura do Distrito Federal
- Instalação elétrica de Byington & Cia.
- Projeto de iluminação do Departamento Nacional de Iluminação e Gas, em colaboração com a General Electric S. A.

 *Símbolo de Excelência em todo o mundo*

V. PODE CONFIAR NA

GENERAL ELECTRIC S.A.

Figura XIII: Anúncio da General Electric, na capa do segundo caderno da edição de 26/03/1952 do *Correio da Manhã* homenageia inauguração do Túnel do Pasmado.

Apesar de sua [Foucault] clara distinção, a maioria dos professores de ciências humanas interessados por seu trabalho considera a tortura, o confinamento físico, o adestramento e a vigilância como *práticas discursivas*. Para eles, com efeito, a maior realização de Foucault foi demonstrar que muito do que parece físico e material é, na verdade, [meramente] linguístico. Essa bastardização de Foucault não pode passar incontestada, e sua distinção original deve ser defendida. Dito brevemente, enquanto a associação de certa categoria de crime, como o furto, com certa categoria de punição, como cortar-se as mãos do ladrão, é uma prática claramente discursiva, o ato da mutilação em si mesmo é, claramente, não discursivo. A redução do não discursivo, o pensar a mutilação como uma “desconstrução do corpo”, como certo acadêmico desavisado me observara certa vez, é sintoma de um conservadorismo político profundo, travestido de *radical chic*. (DE LANDA, 2010, p. 31. Tradução nossa.).

Esquecer da materialidade do estigma associado às favelas, dos efeitos não discursivos que são observados ao lado das categorias e das operações linguísticas, não seria uma opção intelectual ou filiação exegetica: seria moral e politicamente pernicioso. As histórias pessoais de famílias e de pessoas que viveram e vivem na presença de sintagmas denigratórios, repetidos *ad nauseam*, são facilmente associadas ao demagógico, ao piegas e, quando apresentadas por veículos de imprensa, ao jornalismo de sensações, o sensacionalismo visto como *defeito e desvio* do noticioso. A propósito dos favelados do Pasmado, parafraseando De Landa, é muito certo que o chamar-se o incêndio controlado de “operação de saneamento” seja uma prática discursiva, e das mais singulares. Por outro lado, a demolição das habitações e combustão dos escombros é, claramente, um efeito não discursivo. O fato de caminhões de lixo, da Companhia de Limpeza Urbana, realizarem a mudança dos removidos é fato claramente discursivo; o deslocamento para destino não sabido, a dúzias de quilômetros das antigas moradias, sob os olhares de homens uniformizados e armados é, segundo a mais solar evidência, fato material e objetivo.

Estabelecidas as duas dimensões dos estigmas sociais, é pertinente observar que mesmo em sua elaboração mais destacada, delineada por Erving Goffman (1986), seu escopo é demasiadamente específico, um risco inerente à exploração de problemas e categorias particularmente ricos. A despeito de sua relevância para o estudo de identidades sociais comprometidas pela *predicação heteronômica*, da fertilidade e do trânsito fácil que o texto de Goffman possui entre as mais variadas ordens de temas e problemas, sua análise se ressentiria, segundo Loïc Wacquant, de silenciar a respeito da espacialidade, pois:

[...] uma *chaga de espaço* é [...] sobreposta aos estigmas já existentes, tradicionalmente associados à pobreza e origem étnica, ou à condição de imigrante pós-colonial, às quais está intimamente associada, mas não se permite reduzir. É notável que Erving Goffman [...] não mencione o local de residência como uma das “deficiências” que podem “desqualificar o indivíduo” e privá-lo de “plena aceitação pelos outros”. Sem embargo, a infâmia territorial exhibe propriedades análogas àquelas de estigmas físicos, morais e tribais, e impõe dilemas relativos ao manejo da informação, à constituição da identidade e às relações sociais bastante semelhantes, [...], embora também possua características distintivas próprias. (WACQUANT, 2008, p. 238. Tradução nossa.).

O local de residência³¹ é uma forma bem específica da espacialidade, e permite que Fraya Frehse, em defesa de Goffman, observe que tal noção não estaria plenamente ausente no conjunto de sua obra, já que:

[...] a falta de uma definição explícita de espaço físico coexiste com numerosas referências espaciais — embora, muitas delas, a “lugares” tampouco definidos de modo explícito. Essas alusões todas têm na obra um papel não somente descritivo, mas também interpretativo. De fato, as menções espaciais medeiam concepções sobre o ambiente físico da vida social que têm importância teórica significativa no esquema conceitual desenvolvido por Goffman para compreender a estrutura normativa das interações face a face não estritamente conversacionais [...]. (FREHSE, 2008, p. 156.).

Subscrever as críticas de Wacquant exigiria esclarecer a que espacialidade se referem ele e Goffman, que, no mais, privilegiam escalas analíticas muito diferentes em seus trabalhos. Por outro lado, estudos que põem o espaço no centro temático de suas considerações não poderiam de modo algum furtar-se a uma discussão mais cuidadosa acerca da espacialidade, o que se propõe pensar segundo as seguintes referências: a concepção de espacialidade e territorialidade encontrada na obra coletiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari, e a análise oferecida por Norbert Elias e John L. Scotson da dinâmica dos estigmas espaciais. Essa detença no trato da espacialidade e do território é necessária diante da própria *remoção*, que pressupõe o deslocamento forçado da população favelada, e tanto mais imperiosa diante de um contexto acadêmico no qual:

³¹ O local de residência é de tal modo decisivo nas relações interpessoais na cidade do Rio de Janeiro que a resposta a essa pergunta pode interromper subitamente qualquer contato. Por outro lado, pelas características topográficas da cidade e pela ubiquidade dos contrastes entre as formas de habitação, há sempre a oportunidade, aos indivíduos desacreditáveis, de se dissimular a respeito da residência: pode-se dizer “moro no Pasmado” como “moro em Botafogo. O convívio deste autor com habitantes de um bom número de favelas cariocas permite verificar reiterada e diuturnamente o recurso a esse estratagemas. Um expediente particularmente comumente empregado, por exemplo, por amiga que residia na Cidade de Deus, um dos destinos dos moradores do Pasmado, é o de se conseguir “comprovantes de residência” em outro endereço, situado em algum lugar do “asfalto”, da “cidade formal”, para que pudesse conseguir emprego, crédito financeiro e outras conveniências que, de outro modo, seriam muito mais difíceis.

[...] virou moda afirmar que vivemos numa era dominada pela desterritorialização, confundindo-se muitas vezes o *desaparecimento dos territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais* [...]. Ou seja, trata-se da já antiga confusão que resulta principalmente da não explicitação do conceito de território que se está utilizando, considerado muitas vezes sinônimo de espaço ou de espacialidade, ou, numa visão ainda mais problemática, como a simples e genérica dimensão material da realidade. (HAESBAERT, 2006, p. 25. Grifos do autor).

A espacialidade e, por conseguinte, a territorialidade, forma da última quando apropriada subjetivamente, compreende, na obra de Deleuze e Guattari, componentes físicas e simbólico-discursivas. Sensíveis à noção de que a cidade deve ser explicada por uma *ecologia humana* (PARK; BURGESS, 1967), os autores de *Mil platôs* extraem sua noção à etologia, acrescentando que as expressões materiais do território resultam da atuação da subjetividade sobre o meio. Disso obtém-se que a (des)territorialização permeia a dinâmica das identidades sociais, com potencial explicativo diante de unidades composicionais complexas e historicamente manifestas, ou *agenciamentos*³², definidos como

[...] uma multiplicidade que comporta vários termos heterogêneos e que estabelece ligações e relações entre eles, através das eras, dos sexos, dos reinos — de naturezas diferentes. Assim, a única unidade do agenciamento e de co-funcionamento: trata-se de uma simbiose, de uma “simpatia”. (DELEUZE; PARNET, 1996, p. 84. Tradução nossa.).

Rogério Haesbaert, simpático à teoria da territorialidade oferecida por Deleuze e Guattari, opõe-se, na verdade à mistificação em torno de um termo subtraído ao contexto em que foi produzido, donde o título provocador de *Mito da desterritorialização*. Antes de uma profecia sobre o fim dos territórios, como aquelas sobre do fim do sujeito, do Estado, da História e outras tantas, a expressão consiste em um processo contínuo, necessariamente acompanhado de uma *reterritorialização* (DELEUZE, GUATTARI, 1996, v. 3, p. 41) e coerente com a perspectiva da *multiterritorialidade* afirmada pelo geógrafo.

³² Para Manuel De Landa, os agenciamentos, definidos por *relações de exterioridade* consistem na principal alternativa teórica às totalidades orgânicas e generalidades reificadas: o Estado, a Igreja, a família, a sociedade, o mercado *em geral*, são entes de objetável validade ontológica, imprestáveis para as ciências sociais (2006, p. 10). A favela *em geral* é uma realidade que, consolidada na imprensa fluminense, é frequentemente desdobrada em um conjunto de realidades heterogêneas que descobrem diariamente os estudiosos das favelas cariocas. Enquanto é difícil abolir do vernáculo um substantivo comum após quase um século de uso contínuo, a atenção às particularidades de cada favela é sugerida pelo fato de que quase a metade das pesquisas sobre as favelas cariocas consiste em estudos de caso (VALLADARES, 2005, p. 146).



Figura XIV: Na matéria de capa da edição de 05/12/1952, “Caem os barracos, favelados sem teto”, do *Diário Carioca*, a propósito da tentativa frustrada de remoção do Pasmado, em 1952. A fotografia, sem indicação de autoria, apresenta os favelados como *retirantes*, o que o contexto mal permite. Ao fundo, barracos com dois pavimentos.

Enquanto Deleuze e Guattari, recusando à sua obra um caráter sistemático, limitam-se à sugestão de balizas para a utilização dos conceitos de (des)territorialização, coerentemente à sua convicção de que um conceito não pode ser furtado ao problema que lhe dá ensejo (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 13), deve-se buscar na literatura formas mais originais e precisas para sua utilização. O próprio Rogério Haesbaert busca denominar a territorialização como “as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico”. (HAESBAERT, 2006, p. 339.).

A adoção de um conceito amplo de territorialidade exige, porém, um balizamento exegético rigoroso, capaz de afastar o risco de novas mistificações e modismos acadêmicos, tanto mais na apropriação de autores tão convictamente avessos à sistematização e à generalização. Para uma cidade na qual o local de residência tem tanto a dizer sobre as identidades dos indivíduos, as palavras de Manuel De Landa a *aplicação* desse conceito ampliado de territorialidade à matéria deste estudo:

[...] processos de territorialização são os que definem ou acentuam os limites espaciais de territórios físicos. Territorialização, por outro lado, refere-se igualmente a processos não espaciais que acentuam a homogeneidade interna de um agenciamento, tais como os processos seletivos que excluem certas categorias de pessoas da membresia de uma organização, ou os processos de segregação que acentuam a homogeneidade étnica ou racial de uma vizinhança. Qualquer processo que desestabilize limites espaciais ou acentue a heterogeneidade interna de um agenciamento é denominado desterritorializante. (DE LANDA, 2006, p. 13. Tradução nossa.)

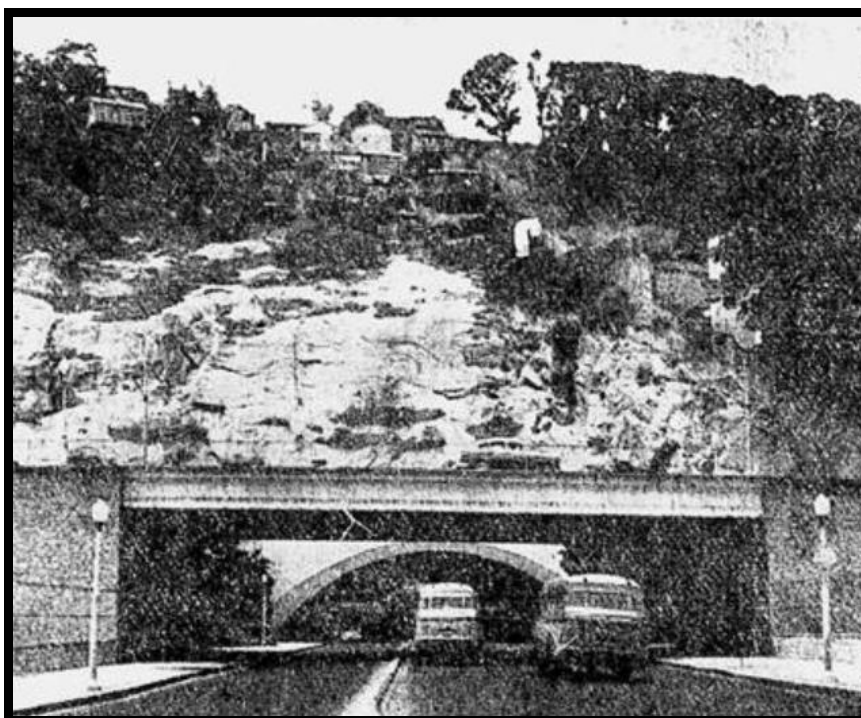


Figura XV. O *Correio da Manhã*, em matéria de capa da edição de 23/03/1959 estampava o seguinte: “Crescem as favelas da cidade não obstante promessas em contrário da municipalidade”, anunciando um libelo que ocuparia quase toda a página. A matéria contígua, “Árvores: pulmões do mundo”, lembrará, tratando mais dos subúrbios que das favelas, dos argumentos contemporâneos da remoção. A fotografia apresenta a legenda “Pasmado: descem os barracos”.

Na forma mais elementar do processo, a título de exemplo, a saturação da Favela do Pasmado como elemento visível da Enseada de Botafogo desterritorializa o cartão postal, que passa a exibir, forçosamente, um elemento não planejado da paisagem. O processo de remoção da favela do pasmado desterritorializa os moradores, tanto por serem eles objetivamente deslocados de sua vizinhança quanto por receberem outras denominações ao longo do processo: ex-favelados, moradores do conjunto, removidos, e outras expressões que lhes caracterizem a condição liminar. Ao mesmo tempo, as pessoas que já podiam residir nas áreas formais do bairro de Botafogo reterritorializam-se sobre ele e sobre o cartão postal *purificado* — vale dizer, homogeneizado, que apresentará maior homogeneidade política, econômica, edilícia, demográfica etc. A análise das formas de reterritorialização dos removidos permitirá explorar o sentido memorial do incêndio do pasmado.



Figura XVI: O *Diário Carioca*, em matéria de capa da edição de 05/12/1952, “Caem os barracos, favelados sem teto”. A defesa da favela, apresentada em um periódico que era, à época, controlado pela União Democrática Nacional, convinha para a desmoralização de Getúlio Vargas e de seu prefeito no DF.

1.3 O FAVELADO, O BÁRBARO, O MARGINAL

As representações sociais sedimentadas ao longo de mais de meio século confluíram para que a categoria *favelado* se tornasse o referente mais expressivo de um estigma espacial associado à *escolha* da miséria, e o bárbaro, com suas feições míticas e imemoriais, encontrou na figura do marginal um exemplo particular do Rio de Janeiro, mas um exemplo cuja realidade permaneceria controversa no discurso acadêmico. Nos anos 1960, uma corrente ainda minoritária no âmbito das ciências sociais, ciente desse conjunto de representações, desafiou-o tanto com o cotejo das informações que, desde o Plano Agache, depunham com crescente veemência contra os estigmas, quanto com renovado ímpeto para a pesquisa de campo. Entre esses pesquisadores, um bom contingente de estrangeiros, condição que, se lhes lograva certa condescendência por parte das autoridades na antevéspera de uma longa ditadura, não impediu que fossem, por mais de uma vez, levados pelo próprio bom senso a sustar sua estada na Guanabara e no Brasil. Janice Perlman, em obra clássica, mas de modo algum incontestado, vem reunir essas representações sob a rubrica provocadora de *mitos da marginalidade*³³:

A crença geral é que, nos anos de rápida urbanização que se seguiram à Guerra, a cidade foi invadida por hordas provenientes das zonas rurais. Imagina-se que esses migrantes chegam do interior solitários e sem raízes, despreparados e incapazes de se adaptar plenamente à vida urbana, e perpetuamente ansiosos por regressar aos seus vilarejos. Em atitude de defesa, isolam-se em grupos fechados de características rurais, ao invés de tirar proveito do contexto mais vasto da cidade. Suas favelas “imundas e insalubres”, imagina-se, exibem todos os sintomas da desorganização social — desde a desintegração da família, a anomia, a desconfiança mútua, até o crime, a violência e a promiscuidade. Os migrantes nascidos no interior são considerados prisioneiros de desajustados valores rurais ou de traços igualmente derrotistas da “cultura da pobreza”. Qualquer destas opções resulta em altos níveis de fatalismo e pessimismo, e em uma incapacidade total para adiar a satisfação dos desejos ou planejar para o futuro. Essa gente é acusada de parasita ou sanguessuga da infraestrutura urbana e seus limitados recursos. O que é ainda mais importante para

³³ As maiores críticas à obra vêm dos que lhe apontam a falta de originalidade e a precedência de outros autores na desmistificação da marginalidade. O conjunto dessas críticas, que inclui, além de historiadores, antropólogos da estatura de um Gilberto Velho, é elencado por Valladares, que também observa a insistência deliberada da autora sobre os “aspectos negativos da cultura da pobreza”, uma corrente acadêmica mais complexa nas obras de seus autores, como Oscar Lewis, que na seleção apresentada pela autora (2005, p. 130). Acredita-se, por outro lado, que a pesquisa de campo engajada legítima o ineditismo que lhe supunham tão carente: Perlman pesquisou ativamente e pessoalmente a Favela da Catacumba às vésperas de sua remoção, e contribuiu para a visibilidade internacional das intervenções urbanas durante o regime militar. Pesquisou outras de modo menos pessoal, com o auxílio de estudantes brasileiros de graduação.

muitos analistas, os favelados e migrantes representam ameaçadoras “massas agitadas e frustradas”, prontas a cair como fáceis presas do apelo da retórica radical. A essas crenças eu denomino os “mitos da marginalidade”. As características dos pobres das cidades derivam-se de inúmeros estudos populares, teorias acadêmicas e preconceitos locais. (PERLMAN, 1978, p.28-29).

Talvez o elemento mais relevante do estigma seja seu potencial para produzir seus próprios referentes. Já se indicou a forma como o universo semântico e conceitual da favela foi constituído exteriormente a seus moradores, cujos locais de residência sequer poderiam ser reunidos sob uma mesma categoria senão por uma série de operações dos discursos médico, urbanístico, policial e moral nas quais as semelhanças e diferenças eram suprimidas ou inscritas com o objetivo da generalização. Decerto, o grupo social mais territorializado é capaz de conceber um *sujeito majoritário* de existência ideal, instrumento cognitivo para o juízo sobre os indivíduos quaisquer:

A noção de *minoría*, com suas remissões musicais, literárias, linguísticas, mas também jurídicas, políticas, é bastante complexa. Minoría e maioria não se opõem apenas de uma maneira quantitativa. Maioría implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada. [...] É evidente que “o homem” tem a maioria, mesmo se é menos numeroso que os mosquitos, as crianças, as mulheres, os negros, os camponeses, os homossexuais... etc. É porque ele aparece duas vezes, uma vez na constante, uma vez na variável de onde se extrai a constante. A maioria supõe um estado de poder e dominação, e não o contrário. Supõe o metro padrão, e não o contrário. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, v. 2, p. 52. Grifo dos autores).

Dito de outro modo, enquanto categoria pertinente ao sujeito desterritorializado pleno, “uma minoría pode ser mais numerosa que uma maioria”. (DELEUZE, 1992, p. 214). Assim, e já que a totalidade dos indivíduos escapa à sua estrita conformidade com o sujeito majoritário, qualquer desses desvios ao metro padrão pode, sob suficiente saturação, tornar-se uma marca de vergonha, donde uma tipologia dos estigmas somente seria possível por seus *efeitos* e pela margem maior ou menor em que permitam uma reterritorialização sob as diferentes formas de manipulação da informação pessoal. Se o estigma somente pode ser compreendido em termos relacionais, sua causa eficiente deve ser buscada no sujeito que estigmatiza, o mais territorializado.

Quando há, entre os grupos, diferenciais de poder particularmente expressivos, ocorre ao grupo mais desterritorializado a interiorização do modelo majoritário constituído no seio do grupo mais territorializado, parte estrutural do que

Goffman chamara de *carreira moral* correspondente ao estigma (1986, p. 45). Nas palavras de Elias e Scotson,

[...] quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição de outsiders avaliam-se pela bitola de seus opressores. Em termos das normas de seus opressores, eles se consideram deficientes, se veem como tendo menos valor. Assim como, costumeiramente, os grupos estabelecidos veem seu poder superior como sinal de valor humano mais elevado, os grupos outsiders, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam afetivamente sua inferioridade *de poder* como um sinal de inferioridade *humana*. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 28. Grifos dos autores).



Figura XVII: Na matéria de capa de 06/12/1952, o *Diário Carioca* estampava “Centenas de pessoas sobre o sol e a chuva, ilustrando-a com fotografias colhidas no Grotão, no bairro da Penha, para onde haviam sido levadas as famílias desalojadas pela remoção parcial do Pasmado (cerca de 150 famílias, segundo o texto).

O par estabelecidos-outsiders e o par (des)territorializado se tocam no fato de que diferenciais expressivos em poder não surgem *necessariamente* de propriedades de classe conforme entendidas no materialismo histórico³⁴, podendo originar-se de elementos puramente discursivos, quais os estigmas espaciais e a predicação heteronômica. A interiorização do estigma territorial pela população removida das favelas é confirmada por Perlman, quando observa que:

[...] os mitos da marginalidade informam a autoimagem dos rotulados de marginais da maneira mais conveniente para o resto da sociedade. Com maior frequência, os favelados absorvem e internalizam a descrição negativa que deles é feita, e culpam a própria ignorância, preguiça e desvalia pela falta de “sucesso”. (PERLMAN, 1977, p. 294).

Além da identidade social dos favelados, a predicação heteronômica, corporificada nos estigmas espaciais em tela, tem força suficiente para sustar e *reverter* o desenvolvimento de laços de sociabilidade. Onde havia a evidente funcionalidade de agrupamentos sociais, os estigmas são capazes de *produzir* a desintegração do social, um diagnóstico contundente, uníssono nas perspectivas teóricas colacionadas até aqui. Segundo Perlman, a estigmatização da população urbana pobre das regiões metropolitanas brasileiras se tornou, com as operações sistemáticas de remoção de favelas, uma profecia que se cumpria por sua própria força, desintegrando as formas de solidariedade outrora existentes entre os moradores das favelas e impondo-lhes as características disfuncionais que lhes eram predicadas (PERLMAN, 1977, p. 235-236).

O apelo do discurso hegemônico contra as favelas defluiu de, pelo menos, dois componentes: sua pretensão sentenciosa à positividade do campo científico e o alento que a capacidade de enunciá-lo é capaz de oferecer à consciência que poderia hesitar diante de contundente documentação em contrário. O narcisismo teórico, novamente atualiza a distopia:

Como a madrasta da Branca de neve, as camadas superiores da sociedade brasileira contemplam-se no espelho da teoria social, que lhe confirma a perfeição e a beleza, e assegura que a população marginal é culpada porque nada faz para superar sua marginalidade. De fato, o espelho da teoria social é capaz até de insinuar que os marginais vivem na imundície e na miséria porque o preferem. [...] Os mitos da marginalidade facilitam a aceitação e justificam a implementação de *qualquer* política oficial que se

³⁴ Outro conceito próximo, o *estrangeiro*, de Simmel (2009, v.2, p. 601), permite atentar ao fato de que o indivíduo que ocupa o *limite* do grupo social é parte integrante e integral do agenciamento em causa. Semelhantemente, é comum que o *outsider* ou o estigmatizado desempenhem indiretamente uma função aglutinadora do grupo mais territorializado, na qualidade de “inimigo comum”.

refira direta ou indiretamente aos setores populares da sociedade urbana. A remoção das favelas foi aceita como parte da reestruturação do sistema urbano precisamente porque os favelados eram considerados marginais e, portanto, dispensáveis. Se fossem vistos como cidadãos trabalhadores *normais*, dotados de direitos, teriam sido tratados de maneira muito diferente. Como *marginais*, porém, não tinham direitos ou exigências a fazer ao sistema, sendo, portanto, mais fáceis de manipular. (PERLMAN, 1977, p.292).

A coesão interna das populações faveladas anteriormente às remoções lhes era assegurada pela participação no assistencialismo eclesiástico — e menos frequentemente, governamental —, pelos laços de parentesco e vizinhança e por uma vida associativa, seja aquela institucionalizada nas associações de moradores, seja outra, mais espontânea e vigorosa, demonstrada pela cultura dos mutirões e das redes de ajuda mútua. A primeira consequência das operações de remoção, manifesta desde o cadastramento das famílias, era o comprometimento desses elementos coesivos e sua substituição por sentimentos de desconfiança e competição correspondentes tanto à pressão sobre as lideranças locais e famílias de maior prestígio quanto à penetração da ideologia oficial da casa própria³⁵.

Uma prática também observada por Elias e Scotson, por Perlman e pela própria Valladares, consiste no fato de os grupos sociais vergados e desterritorializados pela ação de um estigma em particular reterritorializarem-se por meio da *estigmatização lateral* contra membros do grupo inferior, pleiteando uma posição intermediária no jogo de forças. No caso da população recém-chegada aos conjuntos habitacionais para onde era removida, tal modo de reterritorialização incluía a suposta capacidade de honrar os pagamentos ao Fundo Nacional de Habitação — os removidos eram inscritos, obrigatoriamente, como mutuários da Caixa Econômica Federal — o tempo de residência e o (re)conhecimento pelos operadores da remoção e pelas outras famílias removidas: em todos os casos, persiste a interiorização, pelo sujeito estigmatizado, dos códigos, valores e

³⁵ cf. VALLADARES, 1978, p. 52. Essa autora observa, ainda, a frequência com que o programa de remoção era distorcido, com anuência explícita da Companhia de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro, CHISAM, quando, por exemplo, previa a transmissibilidade das fichas cadastrais das famílias anteriormente à remoção, o que se dava, de ordinário, a título oneroso. Essas distorções, afirma, tiveram o resultado de substituir (em vez de remover) contingentes populacionais, sendo um dos vários motivos a explicar o fracasso do programa e o crescimento de novas favelas na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro a partir dos anos 1970. Essas práticas de distorção, explicadas, por Goffman (1974, p. 155), em termos de *ajustamentos secundários*, e, por Anthony e Elizabeth Leeds (1978) em termos de *panelinhas*, perpetuavam-se após a instalação nos conjuntos habitacionais.

expectativas de seus algozes. Valladares recolhe um testemunho anônimo, posto que esclarecedor:

Nós morávamos em Vigário Geral, numa casa alugada por Cr\$80,00 (preço de 1969). Quando soube que a COHAB estava vendendo umas casas, fui lá e procurei um conhecido. Ele me disse que precisava esperar um pouco, mas fez minha inscrição. Durante um ano eu ia lá sempre, porque senão as coisas não andavam. Um dia a casa saiu. Quando a gente mudou para cá, a quadra estava vazia e quase toda a gleba desocupada. Chegamos a passar seis meses sem pagar nada, até a chegada dos outros. Agora (1971) estamos pagando Cr\$53,00 de prestação. *Aqui, as pessoas não são faveladas. Os favelados moram do outro lado. As pessoas que moram aqui são funcionários públicos, tem muito PM e meu vizinho trabalha no Palácio Guanabara. Aqui nós todos temos pistolão. A senhora não viu que as casas aqui são melhores que as do outro lado?* (VALLADARES, 1978, p.65. Grifo nosso).

Nos meses anteriores à consumação da remoção da Favela do Pasmado, o *Correio da Manhã*, em *A mudança*, matéria breve, debochada e racista, capaz de lançar o estigma sobre o próprio destino que o governo da Guanabara lhes assinalava, descreve a insistência dos moradores em permanecer no bairro, deixando, ainda, que uma moradora demonstre sua estratégia diante da própria vergonha:

Homens e mulheres do Morro do Pasmado, reagindo à determinação de dona Sandra de mudá-los para o longínquo subúrbio de Bangu. Dona Sandra descobriu que favela enfeia a Zona Sul, mas confere autenticidade à Zona Norte, daí a mudança. Mas os favelados resolveram defender, até o último argumento, o direito de ver o mar do alto e comprar em liquidação de boutique. A um repórter, Maria Ciara (favelada de Zona Sul também tem nome bonito), cabrocha dengosa, nascida e criada no Pasmado, deusa descalça cor de azeitona, prestou a seguinte declaração: — Olha, escreve no seu jornal que a gente sai, mas contra a vontade. Não existe mendigo de estação da Central e mendigo de porta da Candelária? Não tem chofer de lotação velho e chofer de ônibus elétrico? Você nunca viu caixeiro de armazém da esquina e caixeiro de supermercado? Pois é, parece que é a mesma coisa, mas tem muita diferença. Nós "somos favelados igual aos outros, mas somos da Zona Sul. E isso também dá nome. E tem mais uma coisa: essa dona fala de Bangu com a boca tão cheia, que até parece que em Bangu tem praia!" (CORREIO DA MANHÃ, 01/01/1964, c. 2, p. 2).

O hiato material e simbólico entre o “longínquo subúrbio” e a “liquidação de boutique” corresponde ao hiato que faltará explicar entre as primeiras menções à Favela do Pasmado, na imprensa, e sua remoção. Não se poderá fazê-lo, porém, sem empenhar-se um capítulo à caracterização do *Correio da Manhã* e da imprensa fluminense, com que dialoga.

O URBANISMO PELO SEM FIO

O sr. Alfred Agache esteve no Radio Club, realizando ali uma rápida conferencia



No studio do Radio Club do Brasil, o urbanista francez Alfred Agache proferiu, hontem á noite, ligera palestra dissertando sobre "Minhas primeiras impressões no Rio de Janeiro".

O cliché que estampamos representa um flagrante da ocasião em que o sr. Agache falava, ouvido por todos os amado-

res daquela instituição, através das ondas hertzianas.

O urbanista francez, apresentado aos *scmifilistas* pelo professor Backheuser, da Escola Polytechnica, falou por espaço de quinze minutos, talvez, e sua palestra, embora curta, agradou aos presentes ao studio.

Figura XVIII. *Correio da Manhã* (13/07/1927, p. 5), em matéria sobre a passagem de Alfred Agache no Rio de Janeiro.

2 CARACTERIZAÇÃO MÍNIMA DA IMPRENSA FLUMINENSE

A imprensa escrita do Distrito Federal noticia a respeito o Morro do Pasmado de modo irregular a partir da interventoria de Henrique Dodsworth (1937-1945), quando já aparece o propósito de se construir os grandes túneis que animarão as décadas seguintes: o Santa Bárbara, ligando o bairro das Laranjeiras ao Catumbi, o André Rebouças, ligando a Freguesia da Lagoa ao Rio Cumprido e o Pasmado, ligando a Avenida das Nações Unidas à porção meridional do bairro de Botafogo. Antes de se retomar a centralidade do Morro do Pasmado no contexto das favelas cariocas, faz-se necessária uma caracterização do *Correio da Manhã* e dos diários que, simultaneamente, vêm propor um conjunto variado de interpretações a seu respeito. Não se trata de uma história parcial da imprensa fluminense, mas do servir-se dela para coligir informações mínimas e, destarte, considerar suas páginas com maior propriedade.

Essa caracterização busca, porém, acompanhar os veículos de imprensa não como narrativas autênticas e verdadeiras, um hábito da aurora da historiografia da imprensa, mas como atores políticos cujas posições no espaço público informam o teor de sua redação (MOREL, *In*: BARBOSA, 2010, p. 7). Foi a partir da crítica estrutural de Nelson Werneck Sodré que a historiografia da imprensa nacional passou a assumi-lo:

Jornais e revistas — para só examinar o caso da imprensa — são submetidos a condicionamentos os mais diversos: ao poder público, no que diz respeito aos fornecimentos de papel e outros produtos importados, como as máquinas em particular, sem falar no que diz respeito aos empréstimos, aos financiamentos, às isenções de impostos, aos favores fiscais e cambiais etc., etc. — e sem mencionar o problema da censura; aos próprios proprietários das empresas, particularmente as brasileiras do tipo familiar, de jornais herdados, com as ligações pessoais desses proprietários no mundo dos negócios e no mundo político, além daquilo que caracteriza tais chefes de empresa como situação de classe; às agências de notícias, todas estrangeiras, de quem dependem inteiramente para a informação do exterior; às agências de publicidade, também estrangeiras, que distribuem a propaganda dos grandes monopólios, também estrangeiros, que operam no país. (SODRÉ, 1999, p. 448).

Um desenvolvimento mais recente da historiografia, sem negar o magistério de Sodré, é particularmente sensível à experiência e às narrativas do cotidiano profissional de jornalistas veteranos na constituição de uma *memória da imprensa*, que dirige as representações das novas gerações de jornalistas em torno do que deve tornar-se a profissão no porvir. Marialva Barbosa, nos dois tomos de seu

História cultural da imprensa (2007; 2010), representa esses aportes, em texto que, ainda, passa mais perto de uma memória social da imprensa, com alguma distância das práticas de pesquisa próprias da história cultural.

2.1 O CORREIO DA MANHÃ E A OPOSIÇÃO COMO MISSÃO

O *Correio da Manhã* foi fundado em 1901 pelo advogado Edmundo Bittencourt, antigo colaborador de Rui Barbosa na redação de *A Imprensa*, diário que lhe legava, inclusive, parte de suas oficinas. A característica mais importante de sua redação, desde sua origem, foi o compromisso de ser um jornal de oposição. A constância com que se orientou por essa premissa, aliada à assimilação por Assis Chateaubriand, fez com que o diário já fosse reconhecido como um ideal de imprensa desde a década de 1920 (BARBOSA, 2007, p. 84).

O diário da família Bittencourt não se pautou, porém, no apelo a uma camada mais ampla de leitores: o conteúdo de suas páginas, os valores de suas assinaturas e o passado ligado à figura da “Águia de Haia” davam-lhe um caráter de “jornal das elites”, tendente, dessa forma, a um teor acentuado de conservadorismo político. Qualificar a atividade do *Correio da Manhã* nos termos de “oposição como missão”, iniciativa tomada de empréstimo ao opúsculo *A literatura como missão* (SEVCENKO, 1983), tem a conveniência tanto de caracterizar os aspectos editoriais estruturais daquele veículo de imprensa como, reforçando a confluência entre os campos literário e jornalístico indicada por Nicolau Sevcenko, explicar a frequente presença de homens e mulheres de letras nas páginas do *Correio da Manhã* ao longo de sua existência. No início da década de 1950, sob a direção de Antônio Callado, o *Correio da Manhã* publicava, ao lado dos conteúdos informativos e opinativos típicos, suplementos literários diversos, selecionados — e, quando se tratava de textos estrangeiros, traduzidos — por um conjunto de jornalistas e críticos consolidado; isso se verifica de modo singelo na coluna de Carlos Drummond de Andrade, publicada regularmente ao longo de toda a década. Sua coluna, assinada apenas pelas iniciais C.D.A., indica uma série de textos escrita àqueles que já o conheciam, e que esperavam que ele se pronunciasse sobre a conjuntura política da cidade. Em 1955, período no qual o *Correio* já voltava a atenção mais frequentemente à Favela do Pasmado, o poeta assinava, censurando a Prefeitura do Distrito Federal a seu

respeito: “multa de 50 milhões ao Departamento de Urbanismo, por permitir aquela miséria exposta, e multa simbólica de 50 centavos a cada favelado, que assim se deixa expor” (ANDRADE, 1955, p. 6). Na edição dominical de 24 de maio de 1959, Drummond, comentando as chuvas que se abatiam sobre a Capital, parodiando a Escritura em novas críticas à Prefeitura, narrava, em seu *Capítulo do Gênesis*:

4. E as águas cumpriram seu serviço e se retiraram ao cabo de um dia; e ficou sobre a terra uma dor feita de mil dores. 5. Nisso vieram os sábios da cidade e puseram-se a fazer a exegese da catástrofe; e concluíram que todo o mal provinha de certas povoações altaneiras, desligadas do corpo social e a que se dava o nome de favelas. 6. As quais, dependuradas na crista e no declive dos morros, vertiam sobre a cidade, com algumas notas de música, seus detritos e sua miséria, travando o escoamento das águas. (ANDRADE, 1959, p.6).



Figura XIX: *Correio da Manhã*. Na edição de 14/02/1954, na mesma página em que noticia a construção de cinco mil casas populares no bairro de Deodoro, a matéria “Salvemos as crianças” apresenta fotografia de mulheres e crianças aguardando a vez para encher as latas d’água nas cercanias do Morro do Pasmado.

Imagens do tempo

CAPÍTULO DO GÊNESIS

1. E o Senhor, vendo que os homens não melhoravam, antes se tornavam piores, decidiu mandar-lhes uma chuva de advertência; e com isso lhes manifestava seu enfado, e que outro dilúvio não estaria fora de suas cogitações.

2. E a chuva começou a cair, a princípio alegre com seu destino de chuva; insistente, depois, e zangada, fazendo aluir a morada dos homens.

3. E os caminhos se encheram de lama, e na lama passavam cadáveres de criancinhas com suas bonecas; e também boiavam corpos de velhos e de moços na eflorescência do amor.

4. E as águas cumpriram seu serviço e se retiraram ao cabo de um dia; e ficou sobre a terra uma dor feita de mil dores.

5. Nisso vieram os sábios da cidade e puseram-se a fazer a exegese da catástrofe; e concluíram que todo mal provinha de certas povoações altaneiras, desligadas do corpo social, e a que se dava o nome de favelas.

6. As quais, dependuradas na crista e no declive dos morros, vertiam sobre a cidade, com algumas notas de música, seus detritos e sua miséria, travando o escoamento das águas.

7. E individualmente se chamavam Querosene, Escondidinho, ~~Pasmado~~, Martelo, Pretos Furros, Cabrito, Vintém, Cantagalo, Curral das Águas, Nheco, Borel, Esqueleto, Catacumba e apelativos que tais.

8. E mereciam ser destruídas; pelo quê se escolheu a Favela da Catacumba, de nome exemplar, para ser arrasada primeiro que as outras, e das outras a hora soaria a seu tempo.

9. E milicianos, na calada da noite, subiram até lá e arrasaram-na, atcando fogo aos escombros; e os sábios se persuadiram de que haviam acabado com a causa primeira da enchente.

10. Embora não houvessem acabado com a causa maior das favelas; e os favelados foram recolhidos a uma casa de boa vontade, enquanto seus pertences tomavam o rumo de uma praça de jogos, Maracanã chamada.

11. E havendo entre esses alguns tamboretas e cadeiras, bem podiam ser aproveitados para assento de amadores das grandes justas de atletas, que eram a glória da cidade.

12. E reinou sobre o morro um silêncio catacumbal, que nem a voz de um papagaio bicava.

13. E seus antigos moradores, depois de alguns dias na casa de asilo, subiram a outro morro ainda virgem e lá plantaram seus fogos e entoam sua música.

14. E outra vez choverá o aborrecimento de Deus, e eles serão responsabilizados, expulsos, apartados de seus bens, e descobrirão novos terrenos de cume, de onde voltarão a ser tangidos.

15. E milicianos em número crescente desalojarão ainda mais numerosos catacumbeiros.

16. A menos que o Senhor, em sua ira, se lembre de consumir a ardeção e promova a magna Chuva final.

17. Da qual ninguém escapará; e depois dessa ninguém será acusado e molestado por ninguém.

18. Ou a menos que, a poder de palavras e sutis manobras, os sábios consigam desviar a atenção do Senhor para outros mundos ainda mais errados que este.

C. D. A.

Figura XX: Íntegra da crônica de Carlos Drummond de Andrade, na edição de 24/05/1959.

Se a beleza e o cinismo do estilo são esperados da pena de Drummond, cuja presença nas páginas do *Correio da Manhã* deparará sempre pelos interesses de alta cultura que buscava satisfazer, é nas várias matérias não assinadas que aquele jornal exibia as mais interessantes singularidades estilísticas, deixando aos leitores o desafio de desvendar quem as escrevia. Ainda a respeito do flagelo das águas, *Esgoto do Pasmado* em novembro de 1958, já denunciava o que o poeta viria parodiar no ano seguinte:

Por incrível que pareça ocorre, nesta cidade maravilhosa e num de seus bairros mais aprazíveis, um fato que não recomenda seus créditos. A Prefeitura, como já temos assinalado, não se interessou em impedir que nova favela se construísse no morro do Pasmado, onde todos os dias ela se desenvolve. Na Avenida Pasteur existe uma instituição de assistência médica tradicional: a Policlínica de Botafogo. Pois bem, o esgoto das imundícies e dejetos da favela do Pasmado está-se fazendo ao longo do muro que confina com aquela casa de caridade, bem próximo às instalações de sua clínica de crianças. Eis uma triste realidade que reclama providência urgente saneadora. (CORREIO DA MANHÃ, 14/11/58, p. 6).

Outras matérias sobre a Policlínica de Botafogo aparecem com frequência na série de libelos contra a Favela do Pasmado. O apelo às crianças, igualmente, não era novidade, seja exortando a Prefeitura a salvar as crianças do Pasmado da extensa crônica policial que passava a consagrar-lhe, seja censurando a suposta indiferença quanto às crianças internadas na Policlínica.

A presença de literatos no *Correio da Manhã*, contudo, não pode ser compreendida nos mesmos termos que na imprensa da *Belle Époque* carioca de Sevckenko. Os diários da cidade do Rio de Janeiro nos anos 1950 e 1960 estão empenhados, talvez sem o interesse deliberado ou dirigido de fazê-lo, em uma campanha que especializa o campo jornalístico:

O que se procura construir naquele momento é a autonomização do campo jornalístico em relação ao literário, fundamental para a autoconstrução da legitimidade da própria profissão. Assim, as reformas dos jornais da década de 1950 devem ser lidas como o momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco fundador de um jornalismo que se fazia moderno e permeado por uma neutralidade fundamental para espelhar o mundo. A mítica da objetividade — imposta pelos padrões redacionais e editoriais — é fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor. (BARBOSA, 2007, p. 150).

A aliança entre o *Correio da Manhã* e a literatura, portanto, está ligada a uma lógica de espelhamento do mundo, que fará seus leitores, identificados às letras e à alta cultura, reconhecerem-se nas páginas de um periódico que acolhe esses valores, reforçando-lhes, desta forma, um senso de distinção. As idiossincrasias

redacionais das matérias, principalmente as não assinadas, constituem um produto da transição que especializava os jornais. Para os leitores, não seria diferente do tom dos anúncios, nos quais abundavam bens de consumo superiores³⁶, apresentados por personalidades reconhecidas naquele estrato social: *socialites*, literatos, músicos, arquitetos, atores etc. O que se estabelece, assim, entre os jornalistas do *Correio da Manhã* e seus leitores é uma modulação entre produtores e consumidores dos bens culturais e materiais:

O acordo que se estabelece, assim, objetivamente entre classes de produtos e classes de consumidores só se realiza no consumo por intermédio dessa espécie de *senso da homologia entre bens e grupos*, que define o gosto: ao proceder a uma escolha segundo seus gostos, o indivíduo opera a *identificação* de bens objetivamente adequados à sua posição e ajustados entre si por estarem situados em posições sumariamente equivalentes a seus respectivos espaços — filmes ou peças de teatro, histórias em quadrinhos ou romances, mobiliário ou vestuário — ajudado, neste aspecto, por instituições, butikues, teatros (*de rive droite* ou *de rive gauche*), críticos, jornais e semanários escolhidos, aliás, segundo o mesmo princípio; além disso, por serem definidas por sua posição em um campo, elas próprias devem ser objeto de uma identificação distintiva. (BOURDIEU, 2007, p. 217. Grifos do autor).

Para os jornalistas, cuja agência nesse jogo poderia ser objeto de extensas considerações, as singularidades redacionais eram um elemento do qual buscariam gradualmente livrar-se, mesmo que de modo inconsciente, pois disso dependia a valorização do jornalista enquanto profissional e ator político. No processo de purificação do estilo, especializava-se também a missão do jornalismo com relação à literatura:

As reformas da década de 1950, introduzindo no dizer dos jornalistas — a partir da técnica — a mítica da neutralidade e da objetividade, a rigor, servem para impor uma dada representação dos jornalistas para si mesmos, investindo naquilo que Bourdieu (1980) afirma ser lutas por classificação. Cada vez mais procuram produzir representações em que buscam a construção de uma identidade gratificante e que trazem para eles o reconhecimento social. *O jornalismo passa a ser identificado como um mandato de natureza política e social.* (BARBOSA, 2007, p. 159. Grifo nosso).

Ao lado da tendência à profissionalização e à constituição de uma *outra* missão para o jornalismo, a redação do *Correio da Manhã*, exercendo sua escrita de

³⁶ As páginas do *Correio* são permeadas da mais ampla variedade de bens de consumo que, hoje relativamente acessíveis, eram luxos outrora. Eletrodomésticos, gravatas, vestuário em linho e seda e joias não são, porém, os bens mais frequentemente anunciados. Anúncios de incorporadoras e imobiliárias consistem visivelmente na maior parte de área impressa consagrada à publicidade desde a primeira mirada, justificando o comprometimento do *Correio* com os interesses dessas empresas e a presença tão frequente da arquitetura e do embelezamento urbano entre os bens culturais que propalava.

transição, indicava suas prioridades axiológicas quando contrastava a visão das favelas cariocas ao urbanismo de cartão postal com o qual flertava: as aspirações de embelezamento urbano, ao lado da consagração do padrão de consumo de seus leitores e da formação da vocação turística da Zona Sul da cidade criaram um diário que, junto do imperativo orgulhosamente assumido de *informar*, cuidava também de *representar* a cidade como uma conjunção de dois mundos. Contíguo ao mundo do consumo conspícuo, do bom gosto, da arquitetura altaneira e da engenharia ousada, postos em vitrine para o estrangeiro havia, na outra ponta do banquete, o país subdesenvolvido, a pobreza como imundície, a realidade subsaariana e os bairros de lata cuja eliminação o *Correio da Manhã* tomava como *missão particular*. Em *Pressa*, de janeiro de 1959, ecoando a imagem subsaariana, o apócrifo jornalista comenta a série de reportagens que o francês Alfred Luce-Fabre preparava para o *Le monde*, observando as constatações mais evidentes ao estrangeiro em sua breve passagem:

A pressa com que o jornalista francês percorreu nosso país aumentou, aos seus olhos, a velocidade de nossa evolução. Mesmo assim, não deixou de perceber umas coisas muito verdadeiras, o reverso de nosso desenvolvimento apressado: a especulação imobiliária, devorando capitais que poderiam servir para fins mais urgentes, a decorrente falta de dinheiro no mercado de títulos e, daí, a praga dos altos juros. São mais ligeiras as observações sobre os contrastes sociais: o Túnel do Pasmado na hora noturna do *rush*, em baixo [*sic*] os *Cadillacs*, em cima as cabanas africanas. É coisa que já não nos chama bastante a atenção" (CORREIO DA MANHÃ, 10/01/1959, p. 6).

Em tempos nos quais a menção às cabanas africanas não indignaria a muitos, o *Correio da Manhã* busca reforçar a série dos estereótipos que Perlman associara aos “mitos da marginalidade”. Aos 26 de março de 1964, no centro superior do caderno principal, uma matéria que ocupa a maior parte da página noticia: “Favelados da Zona Sul bebem por mês o que custariam 113 casas edificadas”. O texto é extenso, mas esclarecedor de algumas características: ao indicar uma breve estatística do consumo de bebidas alcoólicas nas favelas da Zona Sul e apresentar a novidade de que os barracos, desprovidos dos mínimos serviços públicos, contavam cada vez mais com receptores de rádio e televisores, o texto, mais uma vez não assinado, estabelecerá tanto a oposição entre a virtude individual da indústria e o vício coletivo do alcoolismo quanto a preferência do bem supérfluo sobre o bem necessário: esbanja-se a escassez. A respeito do custo de

oportunidade associado à construção das casas, o trecho da nota “proliferação” merece ser transcrito:

Os dados enumerados provam que nem 30% dos favelados precisam realmente morar em locais tão sórdidos. A confusão de miséria e conforto, possibilidades e necessidades, mostra-nos a gravidade crescente do problema. Somente a facilidade de burlar a lei pode explicar a proliferação de favelas e favelados. Famílias que poderiam viver em locais urbanizados — *vide* rádios, geladeiras e televisão —, correndo dos impostos e alugueis, misturam-se aos marginais das favelas. É formada uma comunidade só, onde o bem ou o mal sobreviverá, pois não há lugar para as duas faces. Mesmo não parando de usar o álcool, os favelados poderiam urbanizar suas favelas. Bastaria para isso que cara um, mensalmente, empregasse a quantia de Cr\$ 250, importância que não compra três cervejas. (CORREIO DA MANHÃ, 26/3/1963, p. 3).

As riquíssimas relações semânticas oferecidas em um trecho tão curto dão uma ideia da agressividade do *Correio* no ano imediatamente anterior à consumação da remoção do Pasmado, e encerram praticamente todo o repertório de opróbios contra o favelado a que se poderia recorrer. O mais interessante, porém é a implicação de que, se os favelados não são capazes de poupar a mais insignificante das somas, se não são capazes de coexistir com o mal, como fazem pessoas boas em qualquer outra parte, é necessário que sejam *salvos de si próprios* pela ação enérgica do Estado, que é chamado a coibir a burla da lei e urbanizar as favelas.

Deveras, um dos mais interessantes aspectos da abordagem do *Correio da Manhã* foi o modo como sua editoria para a cidade do Rio conseguiu apropriar-se da *urbanização* para defender sua própria agenda. Aos três dias de agosto de 1963, quando o programa da Secretaria de Serviços Sociais do Estado da Guanabara ainda não oficializara a remoção da Favela do Pasmado, a matéria de capa do quinto caderno apresentava o arquiteto Sérgio Bernardes como autor do “projeto de urbanização do Morro do Pasmado”. Bernardes não era, porém, um dos estudantes de arquitetura do ativismo estudantil que subiam aquela favela para auxiliar os mutirões de esgotamento sanitário e arruamento, mas o arquiteto que assinava o projeto do edifício do condomínio Casa Alta de Botafogo, hoje conjugado ao mirante Yitzhak Rabin e lar de uma senhora que cuida das dúzias de gatos que vivem no parque solitário.

Após a remoção da Favela do Pasmado e a instalação do regime militar, o *Correio da Manhã* apresenta uma trajetória descendente que culminou no fechamento de um dos mais interessantes diários da cidade do Rio ao longo do século XX. Os pormenores dessa trajetória, que incluem a intimidação sistemática

dos anunciantes e o arrendamento da franquia da família Bittencourt a uma companhia cooptada para, na verdade, aprofundar-lhe o processo de decadência, dissimulam um empastelamento que poderia ter sido feito com soldados e metralhadoras (BARBOSA, 2007, p. 207).



Figura XXI: Capa do quinto caderno do *Correio da Manhã*, na edição de 03/08/1963. Sérgio Bernardes, o arquiteto que projetou a casa alta de Botafogo, é referido como autor do projeto de “urbanização” do Pasmado. A ver pelos anúncios classificados de imóveis, o mercado imobiliário da região do entorno do Morro do Pasmado esteve particularmente ativo em 1952 e 1963, quando havia a expectativa de remoção de sua favela.

QUEM COMPRA, PENSA NO MELHOR.

...e "CASA ALTA" é o MÁXIMO!

BASTA se tratar de casa própria para que a pessoa leve muito a sério todos os aspectos que possam influir na sua aquisição. Até os últimos instantes antes de adquirir o seu imóvel, ela examina os mínimos detalhes do projeto, das condições de venda, da segurança futura, sempre querendo acertar. E a coisa melhor deste mundo é escolher certa. É por isso que existe tanto entusiasmo entre os compradores de CASA ALTA. Este conjunto arquitetônico, que está sendo construído na Praia de Botafogo n.º 338, está encantando a cidade e será dentro em breve um dos seus mais belos ornamentos. E quando se indaga a um dos compradores o porquê de haver escolhido o seu apartamento em CASA ALTA, ele tem muitas dezenas de motivos para citar.

◉ Quem projetou o conjunto de apartamentos foi Sérgio Bernardes e este seu trabalho fez sucesso no Fórum de Munique, na Alemanha e na VI Bienal de São Paulo, como a que existe de mais humana, mais livre e mais funcional em habitação moderna;

◉ Mais: Na planta de CASA ALTA os únicos elementos fixos serão a teta, o chão e a abertura. Toda a espaço interno é livre, não se condiciona as tradicionais divi-

sões dos apartamentos que felhem a liberdade de morar. EM CASA ALTA a pessoa faz o seu mundo, como quiser.

◉ Uma ou duas salas, três ou quatro quartos e dois ou três dependências, fica a escolha do comprador como divididas; e até mesmo o arquiteto para escolher e planejar estas divisões pode ser escolhido pelo comprador. Isto é o que humaniza e traz real sentido de liberdade a quem queira morar num dos apartamentos de CASA ALTA.

◉ Outro motivo: Este conjunto arquitetônico está sendo construído sobre o Morro do Pasmado, defronte as mais belas paisagens do Rio. Dali se descortina toda a cidade, no qual ela tem de mais bonita. Pão-de-Açúcar, enseada de Botafogo, mar alto, Copacabana, tudo isto numa só janela de CASA ALTA.

◉ Muitas e muitas são as pessoas que já fazem parte da lista dos futuros moradores dali; fomos buscar algumas delas para explicar o porquê de sua escolha. Aqui estão os seus depoimentos. Eles fazem parte da história do mais famoso conjunto arquitetônico que se ergue neste Rio de Janeiro.

Da escritora Elsie Lessa:

"O magnífico projeto de Sérgio Bernardes, o local, as especificações da planta, me fizeram sentir que em CASA ALTA eu terei um apartamento como o que todo mundo sonha ter, e num lugar bonito."

Da Baronesa Biberia Boitot:

"Eu tenho muitos bons motivos para ter adquirido um apartamento em CASA ALTA. Entre eles, o fato de ser Sérgio Bernardes o autor do projeto, que é algo verdadeiramente revolucionário sob o ponto de vista arquitetônico. E em se tratando de segurança no negócio, confio em Annita Gelbert, cujos empreendimentos sempre alcançaram sucesso. A construção de CASA ALTA, entregue a firma Idénea, também é outro dos meus motivos. E conhecendo quase o mundo inteiro, sei que Rio é uma de suas mais belas cidades. E das janelas de CASA ALTA vou abraçar com os olhos o mais bonito panorama do Rio."

Do Prof. Waldemar Queirós Filho:

"Eu considero um privilégio possuir apartamento em CASA ALTA, por tudo que este conjunto arquitetônico oferece. O projeto de Sérgio Bernardes é alguma coisa de revolucionário, com sua planta atípica que nos possibilita escolher como morar. Algo mais valoriza CASA ALTA: o trabalho de Annita Gelbert, que a ele se dedica com empenho. Estou satisfeito em, ser um dos privilegiados que irá residir em CASA ALTA."

Do Dr. Bernardino Borges dos Reis:

"Escolhi um apartamento em CASA ALTA, primeira pela sua localização em Botafogo, que para mim tem a praia mais bonita do Rio. Depois, o projeto de Sérgio Bernardes, que é fantástico, com as suas inovações. E mais outros motivos, sendo também muito importante o de CASA ALTA ter Annita Gelbert como lançadora."



Além da satisfação de ter sido escolhida para lançar CASA ALTA, Annita Gelbert conta ainda com a alegria de ver o seu já famoso conjunto arquitetônico sendo preferido por pessoas que representam a verdadeira elite carioca. E a todos aqueles que interessar mais informações sobre os apartamentos de CASA ALTA, Annita Gelbert os atenderá pelos fones 26-0281 e 46-7603, diariamente, das 9 às 21 horas.

Figura XXII: o resultado da "urbanização do Pasmado" de Sérgio Bernardes, anunciado em um quarto de página, no caderno de classificados dominical do *Correio da Manhã* (24/11/1963, p. 5).

ÊSTES JÁ ACERTARAM. E AGORA FALTA VOCÊ?

NADA mulher neste mundo do que a certeza de quem sabe que acertou; é sentindo esta sensação boa de haver acertado que Anita Gelbert prepara a segunda etapa de venda da CASA ALTA, ela sabe que acertou desde o princípio. Cada se sentiu honrada em vender apartamentos projetados por Sérgio Bernardes; quando estudou para CASA ALTA as melhores condições de venda e pagamento, com base na sua longa experiência de trabalho. E por isso, acertou ainda mais, pois conseguiu reunir uma elite de compradores, hoje proprietários de apartamentos em CASA ALTA. ELES, por sua vez, também acertaram. Hoje acompanham o ritmo acelerado, de dia e de noite, das obras da CASA ALTA, no final da praia de Botafogo. E entre tantos, aqui estão alguns nomes, que podem dizer de quanto é bom escolher o melhor. E a todos os compradores de CASA ALTA, Anita Gelbert dedica a sua alegria em saber que os ajudou a acertar, quando escolheram o mais bonito conjunto arquitetônico que se ergue neste Rio de Janeiro.

Primeira Etapa de Venda: Alguns Compradores



DA CASA ALTA

Berenice Madalide Francine Riberia	Dr. Luis Longruber
Dr. Luis Gesser Villela	Dr. Cass Gomes (2 apt.)
Anna Lúcia de Andrade Tamm	Senador Arlindo Benarosa (2 apt.)
Dr. Bernardine Borges dos Reis	Otto Tineco Fortes
Dr. Camille Michalke	Santa Haffner
José Chermanf	Dr. Aralide Vieira
Allan Jasas	Dr. Gerson Barzal
Dr. Geber Martins	Dra. Lygia Marau de Lora
Dr. José Maria Azeites	Italo Rauli
Dr. Aralide Palm	José de Almeida
Dr. Abeyland Soares Carneiro	Dr. Cláudia Lúcia Coelho Pinheiro
Dr. Dav Kaminski	Mária Villela
Dr. Sérgio Demoura Hamilton	Antônia Costa
Dr. Geraldine Figueira Libbe	Arthur Laurino Coimbra
Carlos Coelho	Carlos Cardoso Coelho de Paz
Dr. Isaac Jalmevich	Jorge Sontan Castro
Eduardo Pimenta	Dr. Thales Fernandes (2 apt.)
Dr. Waldemar Guirás Filho	Isaac Filho
Wilson Bragança	Jorge Castro
Dr. Célia Bellez Barbieri	Benedito Miguel Figueira
Augusta Maria Beaghes	Adelpha Jalmevich
Victor Garcia	Gilda Furtado Mendonça Santos de Sousa
Dr. Boris João Leuz	Dr. Aralide Ferreira Vieira
Vital Passy	Dr. Isaac Gelbert (2 apt.)
Dr. Pedro Jalmevich	Maria de Nazareth Damasceno Torres
Dr. Victor de Assis Costa Garcia	Ivete Malman
Dr. Roberto Magreger	Comandante Francisco Viana
Dr. Manuel Augusto de Almeida	Dr. Aralide Palm Pamplona
Dr. Henrique Sérgio Malman	Odete de Sousa
Elisa Lema	Francisco Florio Delpin
Martha Magda Batista Santos	Humberto Delpin

ANITA GELBERT comunica aos interessados o início da segunda etapa de vendas dos apartamentos de CASA ALTA, projetados por Sérgio Bernardes e que se constróem sobre o morro do Pasmoão, final da Praia de Botafogo. **SOMENTE DOIS APARTAMENTOS POR ANDAR**, vinte e cinco metros de frente, por quinze metros DE CADA LADO, alcançando a vista de toda a baía de Guanabara, a Lagoa e Copacabana. Mais detalhes poderão ser fornecidos por ela, diariamente pelos telefones: 46-7603 e 26-0281.

79146 91

Figura XXIII: Em 26 de março de 1964, no caderno de classificados, um novo anúncio das vendas do condomínio Casa Alta de Botafogo incluía uma lista nominal de alguns compradores. Para o adquirente, ser reconhecido pela propriedade de um *bem de prestígio*, como um apartamento da Casa Alta, era parte das expectativas de afirmação social. Como afirmara Sérgio Bernardes em várias ocasiões, tratava-se mais de *situar* que de *alojar* o homem.

2.2 AS SINGULARIDADES DO DIÁRIO CARIOCA

O *Diário Carioca*, fundado por José Eduardo Macedo Soares em 1928, teve uma existência breve, com a última edição impressa aos 31 dias de dezembro de 1965. Assim como Edmundo Bittencourt, Macedo Soares havia colaborado com Rui Barbosa nas páginas de *O Imparcial*, uma qualidade que aproxima o *Diário Carioca* do *Correio da Manhã*. A oposição sistemática a Getúlio Vargas explica o fato Carlos Lacerda haver realizado as reuniões para a fundação da União Democrática Nacional, em 1945, no escritório do *Diário*, na Rua de São Bento, junto à Praça Mauá, assim como o fato de a orientação do recém-criado partido sempre ter tido presença na redação. A presença, porém, não equivaleu a uma hegemonia, ao menos nos anos 1950: ao lado da influência udenista esteve, por quase toda a existência daquele periódico, o comunista Danton Jobim, que de redator político chegou a ser diretor-proprietário do *Diário Carioca* em 1963. Quando Jobim assume o controle do vespertino, sua orientação será bastante diferente.

Nos anos 1950, quando as simpatias políticas dos jornalistas do *Diário Carioca* eram mais diversas, tal diversidade fez com que convergissem para o espírito de profissionalização indicado anteriormente. As inovações editoriais e redacionais mais frequentemente atribuídas ao *Diário* consistem na adoção do *lead* (ou lide)³⁷ na apresentação das matérias e na elaboração de um primeiro manual de redação, que buscava suprimir adjetivos e elementos léxicos do campo jurídico, ainda presentes nos hábitos profissionais da geração. (LAGE *et al.*, 2004, p. 139; SODRÉ, 1999, p. 394-395). Essas características fizeram com que o *Diário Carioca* tivesse uma circulação ampla na classe política e fosse, a despeito das modestas tiragens, um vespertino de reconhecida importância³⁸.

A respeito da Favela do Pasmado, além de haver noticiado a tentativa de remoção do início dos anos 1950, sobre a qual o *Correio da Manhã* silenciara inteiramente, o *Diário* apresenta frequentemente editoriais e exortações ao governo

³⁷ O termo se refere a um curto parágrafo introdutório que deve sintetizar todo o conteúdo de uma matéria. Em sua formulação didática, adotada por Jobim, deve responder às questões relativas ao *que, quem, quando, onde, por quê e como*.

³⁸ Acrescentava ao capital moral consolidado pelo *Diário Carioca* o fato de Danton Jobim e Pompeu de Souza terem, já em 1948, organizado o curso superior de jornalismo da Universidade do Brasil. Suas páginas também têm bom trânsito de homens e mulheres de letras, apesar de esse fato não consistir no maior chamariz de suas páginas, como foi o caso do *Correio da Manhã*. A maior singularidade do *Diário* parece ter sido o equilíbrio de sua cobertura política.

da Guanabara para o manilhamento das valas de esgoto do morro³⁹. Em matéria do suplemento especial *Revista dos bairros* publicada no Natal de 1960, sob a manchete “ ‘Subúrbio’ de Botafogo foi esquecido”, o *Diário* abordará o vazamento de esgotos sobre a Policlínica com cautela:

A fim de evitar mal maior torna-se necessário e urgentíssimo que o Secretário de Viação mande examinar de perto o que está acontecendo na favela do Pasmado. É preciso não esquecer que a Maternidade de Botafogo é uma instituição que abriga permanentemente dezenas de gestantes e criancinhas recém-nascidas. Antes prevenir do que remediar. Talvez o desmoronamento tenha sido causado pela infiltração de águas poluídas, valas etc. existentes na favela do Pasmado. *Somente uma perícia dirá melhor sobre o assunto.* (DIÁRIO CARIOCA, 25/12/1960. Grifo nosso).

Seria improvável que qualquer outro jornal ousasse referir-se a Botafogo como um “subúrbio”, sobretudo na região da Enseada. A Zona Sul da cidade, cuja vocação turística foi construída pelos periódicos que rivalizavam com o *Diário Carioca*, construiu e naturalizou a favela e os subúrbios cariocas de modo bem distinto:

A compreensão de que o subúrbio, assim como as favelas, constitui um espaço à parte, segregado e fora da cidade, de tão naturalizada parece não ter uma história, um começo e um desenvolvimento. Os subúrbios não são considerados bairros que compõem a cidade, com especificidades e semelhanças com outros bairros populares; foram (e talvez ainda sejam) tratados como acidentes, desvios na expansão urbana planejada, como anormalidades (onde até as normas de como construir, viver, morar eram distintas) que destoam do restante da cidade e, por essa razão, não fazem parte da história do Rio de Janeiro. (PIÑON; FERNANDES, 2010, p. 189).

Isso não significa, nos anos 1950, que o *Diário Carioca* tenha assumido uma posição favorável às favelas em si, mas que as regras de composição e estilo que encarnavam, em sua redação, a mítica da neutralidade, tenham obtido menor frequência de adjetivos e juízos explícitos de valor: as matérias do *Diário Carioca*, que, no início dos anos 1950, vinham defender conjuntamente as favelas, faziam-no como oposição ao prefeito Mendes de Moraes, indicado por um Executivo federal no qual acabava de instalar-se, como presidente eleito, o antigo adversário, Getúlio Vargas.

Particularmente, a Favela do Pasmado apresentada pelo *Diário Carioca* é socialmente mais complexa que aquela do *Correio da Manhã*. Os projetos de urbanização, os mutirões e, inclusive, a realização de um filme argentino-brasileiro que elegera o Pasmado como locação principal recebem ampla cobertura. Nos meses de junho e julho de 1960 abundam referências à chegada da argentina Isabel

³⁹ Cf. *Diário Carioca*, 05/08/1960.

Sarli, atriz principal de *Favela*, filme dirigido por seu compatriota Antônio Bo⁴⁰. Esse é o tom da abordagem da favela botafoguense nas páginas do *Diário* até a iniciativa de sua remoção vir a público, em fins de 1963.

A partir do início dos anos 1960, após o apogeu na década anterior, o *Diário*, que, a despeito de sua influência, jamais conseguiu as tiragens da chamada “grande imprensa”, agonizava a crise que o retiraria do mercado editorial. Vendido a Arnon de Melo em 1961, o *Diário* apoiou os governos de Jânio Quadros e João Goulart, mas não conseguiu manter consistentemente a circulação nacional que obtivera na década anterior. Em 1963, aproveitando o desinteresse de Arnon de Melo pelo periódico, Danton Jobim consegue adquiri-lo e imprimir-lhe sua própria orientação política até a extinção, em 1965⁴¹. Por uma coincidência interessante, a remoção da Favela do Pasmado ocorreu justamente no período em que o *Diário Carioca* esteve mais propenso a expor as falhas do encaminhamento da remoção e, desta forma, desmoralizar o governo de Carlos Lacerda à frente do Estado da Guanabara. A cobertura dessa remoção será considerada oportunamente.

2.3 DAS OUTRAS VOZES E DE SEU SILÊNCIO

A passagem de Carlos Lacerda pelos escritórios do *Diário Carioca* foi, como visto, circunstancial. Seu trânsito entre os órgãos de imprensa do Rio de Janeiro era amplo, e, ao longo dos anos 1940, Lacerda publicava com facilidade em um bom número de jornais, além de desenvolver uma relação especial com o *Correio da Manhã*, no qual publicava regularmente a coluna *Tribuna da Imprensa*. Em 1949, após divergir da linha editorial do *Correio*, Lacerda funda seu próprio jornal, com o nome de sua antiga coluna, direito que lhe foi garantido após vencer contencioso judicial contra o jornal da família Bittencourt.

A atividade da *Tribuna da Imprensa*, surpreendentemente, refere-se parcamente à Favela do Pasmado ao longo de todo o período considerado, embora tenha sido a este periódico que se pôde colher os detalhes mais precisos acerca da

⁴⁰ O *Diário Carioca*, em matéria assinada por Sylvio Reiner na edição de 4 de setembro daquele ano, noticia desavenças entre a equipe de produção. Isso talvez explique a dificuldade de se encontrar dados relativos ao filme, que pode nem mesmo ter sido concluído.

⁴¹ Em fins de 1965, com o objetivo de liquidar o *Diário Carioca* e extinguir a franquia, o político udenista Horácio de Carvalho, que controlava o vespertino até 1961, adquire-o novamente, com a última edição publicada aos 31 dias de dezembro.

“operação de saneamento” do Corpo de Bombeiros da Guanabara que se cuidou de apresentar na introdução deste estudo. Atualmente, acompanhando outros jornais extremamente ativos em meados do século XX, a *Tribuna* extinguiu suas versões impressas, sendo editado apenas na Internet.

Um outro político ligado à União Democrática Nacional, Antônio de Pádua Chagas Freitas, que logo se juntaria ao Partido Social Progressista, de Ademar de Barros, percebeu a conveniência de controlar órgãos de imprensa com o objetivo de projetar-se politicamente. Após assumir o controle do jornal de Barros, *A notícia*, Chagas funda *O Dia* em 1951, e alcança tiragens que correspondem à chamada “segunda fase” do jornalismo popular (BARBOSA, 2007, p. 176). Durante a remoção da Favela do Pasmado, *O Dia* apresenta as narrativas mais favoráveis ao governo da Guanabara, e serão contrastadas com as do *Diário Carioca* no capítulo a seguir. Após a instalação do regime militar, já membro do Movimento Democrático Brasileiro, Freitas dará a *O Dia* as características mais típicas de um jornal popular de governo. Quando deixa a vida política, Freitas transfere o controle do matutino ao empresário e jornalista Ary Carvalho, que aproveitará a sedimentada popularidade de *O Dia* até que este se torne o diário de maior tiragem no Rio de Janeiro.

O Estado de São Paulo, diário tradicional, ligado aos republicanos históricos daquela província imperial, embora não seja um órgão da imprensa carioca, por óbvio, abordou esparsamente as favelas cariocas no contexto da competição (ou rivalidade) entre Rio de Janeiro e São Paulo. O periódico da família Mesquita singulariza-se por haver publicado o relatório da SAGMACS, conforme visto no primeiro capítulo.

Visto de fora da seara do jornalismo profissional, o processo de concentração experimentado pela imprensa brasileira a partir dos anos 1960 aparece como um elemento desafiador para a afirmação e consolidação de instituições democráticas. A redução do número de diários circulando na cidade do Rio de Janeiro é particularmente incômoda: de mais de vinte jornais em atividade nos anos 1950, o conjunto se reduz a apenas sete nos anos 1980 (BARBOSA, 2007). A redução do número e da diversidade dos órgãos de imprensa, observada em outros países que passaram por experiências antidemocráticas — a Argentina é outro exemplo notório, com a hegemonia dos portenhos *El Clarín* e *La Nación* — diminui a possibilidade de a imprensa profissional contribuir para o aprimoramento da democracia. Nas palavras de Barbosa:

No Brasil, os jornais jamais exerceram o papel de *watchdogs*⁴², que tinham, por exemplo, no ideário americano, já que nunca mantiveram distância suficiente dos personagens políticos. A imprensa sempre teve relação simbiótica com a política, ocupando lugar central em muitos episódios decisivos da história do país. (BARBOSA, 2007, p. 176).

É razoável consentir que a migração de vários diários para a Internet possa mitigar os muitos e perversos efeitos do processo de concentração editorial no jornalismo brasileiro. Há bons motivos, inclusive, para ver na rede iniciativas que deslocam as práticas do jornalismo profissional, desafiando-as à reforma e à acomodação a um tempo novo. Não sendo lícito, porém, contemplar essas novidades sem considerar a atividade jornalística durante o período concernente à Favela do Pasmado, empenha-se a seguir um capítulo à análise sobre as consequências do processo de remoção.

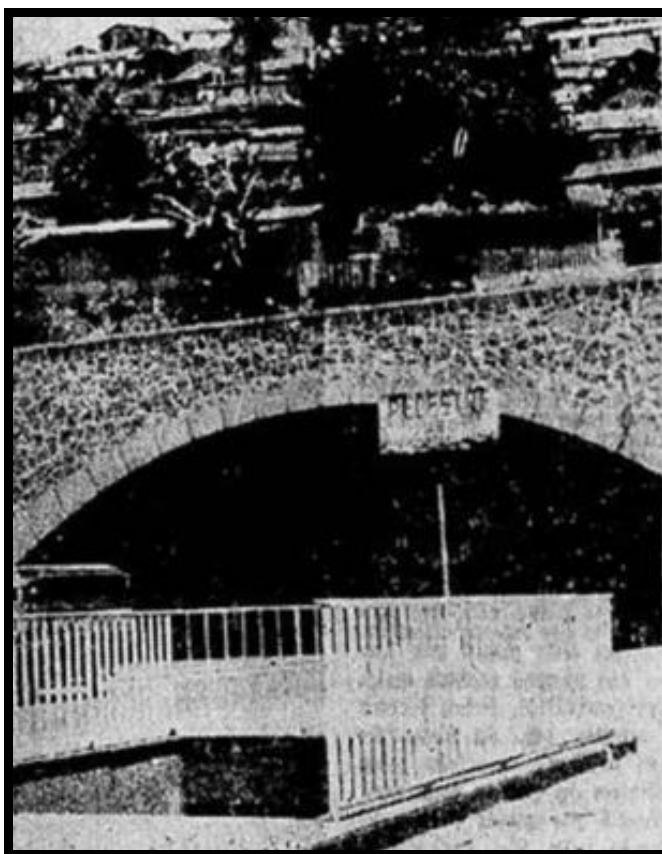


Figura XXIV: Aos vinte dias de dezembro de 1960, a fotografia, estampada no fim do primeiro caderno do *Diário Carioca*, sem indicação de autoria, era apresentada de modo espirituoso pela chamada “amigo da onça”.

⁴² A expressão inglesa significa, literalmente, “cães de guarda”, e se refere a atores políticos que, guardando certa independência com relação ao Estado são capazes de fiscalizar sua ação e, pela influência como formadores de opinião, intimidá-lo.

3 DAS CONSEQUÊNCIAS DA REMOÇÃO

Abordar o tema das consequências da remoção requer a análise de acontecimentos observáveis desde sua concepção, além daqueles que se desenvolveram no curso das operações e após. Requer, igualmente, considerar os discursos, hegemônicos ou não, da cidade e as reações de vários atores políticos às operações em si. Espera-se que esse exercício possa esclarecer aspectos importantes da peculiar cultura política que permite tanto aos removidos de outrora quanto aos favelados de hoje enfrentar a incompletude da democracia brasileira.

3.1 UM NOMADISMO DE MALDIÇÃO

A remoção de núcleos de população urbana pobre no Distrito Federal é observada desde as primeiras operações de remoção de cortiços, uma política pública posta ao alcance de prefeituras como a de Francisco Pereira Passos (1902-1906) e lembrada, hoje, como a Reforma Urbana, com “r” e “u” maiúsculos, ou, ainda, “Regeneração”, efetivamente, o “bota abaixo” da *Belle Époque* carioca. Reforma que conjuga objetivos de saúde pública, política racial e estética, a política habitacional da Prefeitura do Distrito Federal permitiu aos moradores removidos dos antigos cortiços o aproveitamento de materiais com que pudessem construir novas habitações alhures. Fizeram-no os próprios removidos, determinaram o estilo de construção chamado, até hoje, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, “rústico típico”⁴³.

⁴³ O conceito de favela adotado por esse instituto, herdeiro do recenseamento distrital de 1947-1949 e do recenseamento federal de 1950, não é o primeiro, e tampouco o melhor. Quando vem definir os assentamentos como um conjunto de, no mínimo, cinquenta domicílios, caracterizados pela ocupação desordenada de terras públicas ou privadas e desprovida de amenidades e serviços públicos essenciais, esclarece muito pouco a respeito do que são as favelas cariocas atualmente, e mesmo do que eram nos anos 1950 e 1960. O conceito do IBGE, problematizado, por exemplo, por Perlman (2005), esbarra nas dificuldades de se contar os domicílios e de caracterizar a tal “desordem”, além de incorrer no truísmo imbecil de afirmar que quaisquer elementos de construção civil estão sítos em terras públicas ou privadas. A carência dos serviços públicos, igualmente, reproduz preconceitos de longuíssima duração, mas não atenta ao fato de que as favelas cariocas eram, no âmbito da cultura dos mutirões e das associações de moradores, providas por recursos conquistados coletivamente, e que a favela pós-moderna é notoriamente dotada dos mais amplos serviços, essenciais ou não. Na favela da Rocinha, em São Conrado, circula, por exemplo, a piada de que “a Rocinha é a segunda maior cidade do Ceará” (LEITÃO, 2009, p. 77). Se o elemento cearense sugere uma importante componente migratória, analisada com cuidado científico pela primeira vez no já citado relatório da SAGMACS, o fato de ela ser qualificada pelos próprios moradores como uma *cidade* depõe pela

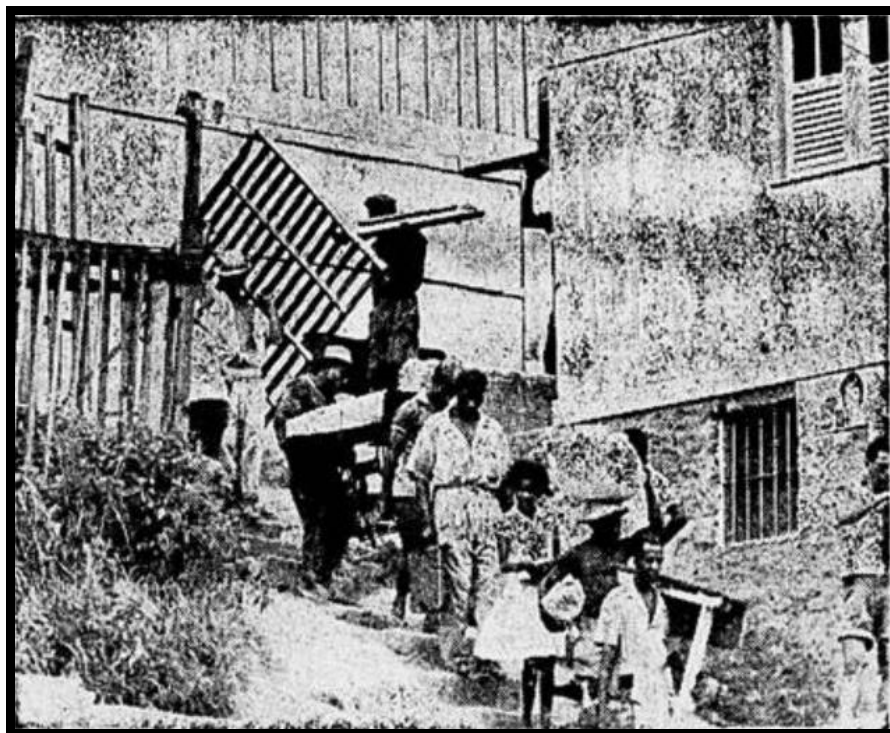


Figura XXV: O *Correio da Manhã*, em 18/01/1964, p. 3, apresenta “Mudança”, em uma fotografia facilmente encontrável na Internet. Note-se a máquina de costurar conduzida por dois homens, ao centro.

A improvisação, o construir-se a própria casa com os restos de materiais estruturais e de acabamento aproveitados de outra, tem duas perversas consequências para o morador. A primeira é a construção de umas tantas outras casas no horizonte, sempre que se concretizarem as ameaças de remoção; a segunda, a maior deterioração do bem construído com insumos de qualidade inferior e a manutenção custosa e permanente que implica (KOWARICK, *apud* LEITÃO, 2009, p. 47.). Em qualquer caso, a improvisação era o primeiro aprendizado, que se impunha ao morador de qualquer área que incomodasse a vista do administrador público.

Quando a favela carioca transforma-se no substantivo comum que, inclusive, é exportado a outras línguas modernas, seu morador já está acostumado à autoconstrução, e terá de expor-se a um segundo aprendizado. Trata-se de uma sensibilidade extraordinária à política local, que lhe permita estimar da melhor forma

amplidão, completude e complexidade de sua economia. A favela (ou cidade) da Gávea voltará a ser abordada quando se passar às considerações sobre a cultura política favelada e a atualidade da remoção.

possível as chances de o terreno que ocupa ser ou não alvo das tais operações de remoção. Valerá a pena a substituição dos materiais improvisados, do “estilo rústico típico”, pelo estilo de habitação permanente das vilas operárias? Valerão a pena as benfeitorias fixas, os materiais permanentes e as ampliações, vedadas pelo Código de Obras de 1937⁴⁴? A aposta, altíssima para o favelado, empenha todos os bens que possui no viço atual de um Morro da Providência ou de uma Rocinha, ou na memória tétrica de uma Praia do Pinto ou de um Morro do Pasmado⁴⁵.

Mesmo antes do aprendizado do improvisado e da autoconstrução serem percebidos como uma solução espontânea da população favelada à dificuldade de conseguir e manter suas habitações, a alternativa posta em prática no Estado da Guanabara entre as décadas de 1960 e 1970, de se construir conjuntos habitacionais populares, já era ensaiada desde os anos 1920. Já se abordou, aqui, o trânsito que o médico sanitarista Mattos Pimenta possuía entre a elite do Distrito Federal, e sua ideia, então pioneira, de se construir as habitações “de tipo mínimo”, acessíveis ao trabalhador pobre por preços semelhantes aos de um aluguel. Médico que, àquela altura, enriquecera com a corretagem imobiliária, Pimenta pode ser considerado o autor moral dos conjuntos que a Companhia de Habitação do Estado da Guanabara construiria nos anos 1960 (VALLADARES, 2005, p. 44). A tentativa governamental de auferir lucros para o Fundo Nacional de Habitação com os pagamentos da população removida, que teve sucesso apenas parcial, em vista da elevadíssima inadimplência, foi desafiada por intelectuais já no tempo em que se produzia, quando a autoconstrução, a suposta espontaneidade da cultura dos mutirões e das redes de ajuda mútua e as associações de moradores foram elogiadas como alternativas quase heroicas da população favelada, oposta odiosa e

⁴⁴ O Código de Obras de 1937, publicado na prefeitura interina de Olympio de Melo, logo após a prisão do prefeito Pedro Ernesto, trazia um estranho conceito de favela. No *caput* de seu artigo 349, definia as favelas como “conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto”. Os dois primeiros parágrafos do mesmo artigo proibiam, respectivamente, a construção de novos casebres, além da ampliação, reparo ou melhoramento dos já existentes. (BRANDÃO, 1964, *apud* VALLADARES, 2005, p. 52).

⁴⁵ As formas e as técnicas da arquitetura residencial da população pobre, no Brasil, não são abordadas de modo pacífico entre os arquitetos e urbanistas. Nem mesmo o opúsculo *Arquitetura popular brasileira*, de Günter Weimer teria conseguido dar alguma positividade à expressão que traz em seu título (MIGUEL, 2011). Todas as categorias da arquitetura popular brasileira, em que se incluem as favelas, permanecem, portanto, expressões demasiado vagas, utilizadas no jargão do urbanismo e no senso comum de um modo que permite a atualização contínua dos estigmas espaciais.

anacronicamente pelas restrições do Código de Obras de 1937, denunciará o relatório da SAGMACS (1960a, p.24)⁴⁶.

Contra essa visão romântica do fenômeno da autoconstrução, a partir da própria esquerda, em linguagem fortemente althusseriana, o professor Lúcio Kowarick, referência dos estudos de pobreza urbana na região metropolitana de São Paulo, dirá que a autoconstrução é um mecanismo tão útil à ordem burguesa quanto o artifício dos conjuntos habitacionais, pois é capaz de reduzir os custos da manutenção e da reprodução da força de trabalho, facilitando o processo de acumulação capitalista no mercado da construção civil. A autoconstrução, dirá o sociólogo, é ainda mais perniciosa por comprometer o tempo do trabalhador pobre urbano fora do serviço, impondo-lhe uma jornada de trabalho extra para a construção da própria moradia e caracterizando aquilo que denomina de “espoliação urbana” (KOWARICK, 1979).

Antes de passar à percepção desses dois programas entre a população favelada, é necessário retomar a sucessão de moradias esperada por essa população no curso de sua vida, e sua habilidade de improvisar moradias de campanha. Informado da resiliência da população favelada quando preparava o plano urbanístico para o embelezamento e reforma do Distrito Federal, Alfred Agache permitiu-se qualificar a população favelada como “meio nômade” (AGACHE, 1930, p. 20). O nomadismo, que, no mais elementar senso comum, descreve trajetórias no espaço, tem também um perfil psicológico e atitudinal específico, que informará a cultura política das favelas até a atualidade.

O historiador britânico Arnold J. Toynbee, em seu clássico *A study of world history* (1972), apresentou o argumento de que não haveria uma “civilização” universal, mas um conjunto indissolúvel de vinte e uma civilizações, e o programa da sua obra passa, em seguida, ao problema dos ciclos de formação, ascensão, declínio e destruição das diferentes civilizações⁴⁷. O bruxo Toynbee, ostracizado

⁴⁶ Anthony e Elizabeth Leeds já observavam que a favela “é complexamente organizada pelo parentesco, pseudoparentesco, ambiência, grupo de trabalho, clique, vizinhança, vínculos associativos e outros tipos de laços”. (1978, p. 43). Para o conhecimento da atualidade das relações de amizade e parentesco na ocupação e funcionamento da periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro, é pertinente referir-se ao artigo de Simoni Guedes (1998). Essas formas de solidariedade, que persistem nos *quintais* de modo quase residual, encontram, na favela pós-moderna, o medo, a desconfiança e o denigrismo mútuos como importantes contrapontos, como se verá.

⁴⁷ Seu livro permanece uma leitura marginal entre historiadores contemporâneos, que lhe ojerizam o teleologismo e arbitrariedade que lhe permitiu divisar suas vinte e uma civilizações como uma reminiscência da filosofia da história, tradição intelectual percebida como metafísica e desnecessária.

(com muita pressa, deve-se dizer) junto com Hegel e o historicismo alemão, não deixou de fazer várias observações a respeito dos nômades, compreendidos como “bárbaros” e “povos sem história”, a alteridade fundamental de uma história *humana* (KERSLAKE, 2008, p. 21). As relações especialíssimas do nômade com o território deram-lhe, historicamente, a tendência a habitar o terreno árduo. Nas palavras de Toynbee:

Os nômades enfrentaram o desafio da estepe, um elemento da natureza física não menos exigente que as neves do Ártico ou as florestas tropicais. Com efeito, a estepe é muito mais semelhante a outro elemento extremamente inóspito, o mar, do que a qualquer outro domínio terrestre. A superfície da estepe e a superfície oceânica têm isso em comum, apenas são acessíveis ao homem como peregrino ou passageiro. Nenhuma das duas oferece, à exceção das ilhas e dos oásis, um local onde se possa descansar, permanecer e adotar uma existência sedentária. (TOYNBEE, 1972, p. 133. Tradução nossa.).

Tomando-se a expressão de Kerslake, parece pertinente, diante da trajetória das favelas cariocas, observar no favelado a *alteridade fundamental da urbe carioca*. O favelado não é apenas o indivíduo em forma particular de população “meio nômade”, mas aquele que, em seu simples *estar aí*, afronta todos os valores que o discurso dominante da cidade construiu sobre seus próprios elaboradores.



Figura XXVI: Outra foto do incêndio do Pasmado, aparecida no *Correio da Manhã* em 25/01/1964. (p. 3), junto à matéria “Fim do pasmado”.

Kowarick (1979, p. 75-76), buscando uma explicação para a maior concentração de favelas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador relativamente à Grande São Paulo, considera que a maior concentração de terras públicas, sobretudo aquelas administradas pelas Forças Armadas, teria facilitado um circuito de invasões. A topografia carioca, ainda, é utilizada para explicar o pouco interesse do mercado imobiliário por esses terrenos. Já se indicou que a invasão é uma característica acessória, mas não estrutural das favelas, mas não se observou ainda a semelhança, em termos de dificuldades de ocupação, que as encostas dos morros cariocas têm com relação à estepe e ao mar de Toynbee: são terrenos que desafiam as técnicas habituais de construção civil, além de favorecerem a ocupação temporária.

Se essas características do nomadismo dão conta de sua relação com uma forma muito limitada da espacialidade, é necessário, novamente, mobilizar os aportes da obra coletiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari enquanto leitores de Toynbee; é ali que se encontra a característica mais surpreendente da mentalidade “meio nômade” que Agache percebera na favela carioca:

Enquanto o migrante abandona um meio tornado amorfo ou ingrato, o nômade é aquele que não parte, não quer partir, que se agarra a esse espaço liso onde a floresta recua, onde a estepe e o deserto crescem, e inventa o nomadismo como resposta a esse desafio. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, v. 5, p. 52).

É esse o momento no qual o nomadismo surge como algo mais que um deslocamento espacial, ou que uma forma particular de migração ou transumância: o favelado não se desloca em direção a zonas de atração conhecidas anteriormente ao deslocamento, nem desenvolve hábitos ou circuitos sazonais para ele. O nomadismo do favelado, percebido por Agache em uma observação marginal e quase ingênua, consiste em um elemento de inventividade diante de sua *resistência* ao deslocamento, de seu desejo de habitar o tecido urbano como trabalhador estabelecido e sedentário. As condições para que se torne, porém, no tecido social, um *established*, surgem apenas da capacidade com que conseguiria reagir a um vetor de desterritorialização:

Se o nômade pode ser chamado de o Desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz *depois*, como no migrante, nem em *outra coisa*, como no sedentário (com efeito, a relação do sedentário com a terra está mediatizada por outra coisa, regime de propriedade, aparelho de Estado...). Para o nômade, ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização. É a terra que se

desterritorializa ela mesma, de modo que o nômade encontra aí um território. A terra deixa de ser terra, e tende a tornar-se simples solo ou suporte. A terra não se desterritorializa em seu movimento global e relativo, mas em lugares precisos, ali mesmo onde a floresta recua, e onde a estepe e o deserto se propagam. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, v. 5, p. 53).

O terreno habitado pelo favelado-nômade não é árduo apenas do ponto de vista da construção civil, mas enquanto a zona na qual o próprio tecido urbano recua, sugerindo o difícil limite que, no discurso hegemônico da cidade, opôs o asfalto à favela, ou, ainda, as dinâmicas extremamente problemáticas de “favelização” e “gentrificação”. As primeiras tentativas de caracterização desse espaço limítrofe por esse discurso, já se viu, estiveram associadas à percepção de que a favela seria um enclave rural na cidade, e, como tal, estaria destinada a desaparecer como consequência inelutável do progresso. O espaço dos conjuntos habitacionais construídos pela Companhia de Habitação do Estado da Guanabara, igualmente, adquiriu reputação que, se não é a mesma das favelas de onde vieram seus moradores, é ainda diferente — e aquém — do asfalto e da cidade formal. Os loteamentos, solução empenhada sobretudo nos municípios vizinhos ao Rio de Janeiro, é uma solução ainda mais barata, do ponto de vista dos governos que os conceberam, à substituição das favelas: o loteamento transfere oficialmente ao trabalhador o ônus da autoconstrução, e admite implicitamente que o terreno seja ocupado por habitações em estilo de campanha. Dessas três formas de habitação “meio nômade”, insinua-se novamente a característica da *liminaridade* conforme postulada por Victor Turner:

Os atributos da liminaridade ou dos sujeitos (*personae*) liminares são necessariamente ambíguos, já que essa condição e essas pessoas escapam ao conjunto das classificações que normalmente situam estados e posições no espaço cultural. Entes liminares não estão nem aqui nem ali; eles estão entre e em meio às posições atribuídas pelas leis, pelos costumes, pelas convenções e ritos. Como tal, seus atributos ambíguos e indeterminados são expressos por uma ampla variedade de símbolos nas várias sociedades que ritualizam transições culturais e sociais. (TURNER, 1977, p. 95).

O nomadismo e a condição liminar do favelado são produzidos pelo discurso hegemônico da cidade enquanto vetor de desterritorialização; a inventividade do favelado-nômade estaria em reterritorializar-se sobre a própria desterritorialização. Disso resulta, por exemplo, o conjunto das práticas de estigmatização lateral dos moradores dos conjuntos habitacionais, relatadas no primeiro capítulo. Há outras, também, como a invisibilidade estrutural que possui. Desde que o Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA), em 1956, passou

a estimular a formação de associações de moradores, os políticos profissionais do Estado da Guanabara buscaram ver nessas organizações um interlocutor que pudesse ser mirado, a cada eleição, como possibilidade de tomar os votos da população favelada a seu favor⁴⁸.

Os favelados, por sua vez, viam no alistamento eleitoral a possibilidade de obter ganhos práticos no sentido da urbanização de suas favelas. Beneficiados pelo voto secreto e conscientes das possibilidades de usarem suas promessas informais de voto, acolhiam políticos das mais variadas orientações partidárias que se apresentassem aos moradores com promessas de asfaltamento, esgoto sanitário, bicas d'água potável e, sobretudo, legalização dos terrenos, sabendo, como observara Licia Valladares, que “esses políticos, ao utilizar a favela como curral eleitoral, na realidade, defendiam-na, na medida em que a soma dos seus interesses servia de proteção e garantia contra a investida de forças hostis a ela” (VALLADARES, 1978, p. 88). O relatório da SAGMACS, em trecho com provável redação de Carlos Alberto de Medina, observa:

Os eleitores pedem tudo ao candidato: emprego, barraco, água, luz, médico, legalização da casa e até telefone. O candidato é principalmente encarado como um intermediário de serviços e favores, como um agente dos favelados junto à Administração *omissa*. [...] O conceito de voto secreto é utilizado de maneira singular e inesperada, como uma camuflagem das verdadeiras intenções políticas. Se o voto é secreto, raciocina o favelado, não faz mal que eu diga que voto em fulano, quando vou votar em sicrano. (SAGMACS, 1960b, p. 27, grifo nosso).

Esse tipo de estratagem esvazia todos os participantes do jogo político das afinidades ideológicas e partidárias que animam “democracias saudáveis”, além de difundir entre os políticos, os cabos eleitorais e os favelados um ceticismo generalizado, embora mais forte entre os últimos, que depõe por sua sensibilidade adquirida à política local. Carlos Alberto de Medina, em palavras que repetirá como suas em *A favela e o demagogo* (1964, p. 88), indica que:

⁴⁸ Embora a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 vedasse aos analfabetos o alistamento eleitoral (art. 132, I), previa a obrigatoriedade do voto (art. 133). Se esse fator poderia, isoladamente, sugerir uma limitada participação da população favelada do Estado da Guanabara nas eleições, o estudo da SAGMACS encontrara taxas de alfabetização surpreendentes tanto para os preconceitos do discurso hegemônico contra a população favelada quanto para o olhar contemporâneo: pouco mais de 70% dos homens, pouco mais de 50% das mulheres residentes em favelas da Guanabara eram alfabetizados (SAGMACS, 1960a, p.12). Enquanto a definição de uma alfabetização adequada não é, até hoje, pacífica na seara da educação, deve este estudo contentar-se com o fato de que os números de moradores de favelas definidos como alfabetizados são exatamente os números daqueles que, naquela população, eram alistáveis enquanto eleitores, o que desde logo chamou a atenção dos políticos do Estado da Guanabara.

Muitas vezes, todos os interessados, o político, o cabo eleitoral e o eleitor se tornam cúmplices de uma mesma simulação. O eleitor diz que vai votar, mas não vota. O cabo eleitoral finge que acredita, mas não acredita. O candidato, pelo menos antes da eleição, embora já informado pelo cabo eleitoral, continua afirmando que conta com o apoio de todos. A simulação é mais intensa entre o eleitor e o cabo eleitoral, dadas as relações pessoais e vicinais que, muitas vezes, mantêm. (SAGMACS, 1960b, p. 27-28).

Enquanto o cinismo consciente e desconfiança nas instituições do Estado são parte integrante do conjunto de atitudes próprios ao nomadismo, deve-se observar que esse nomadismo não se desenvolveu devido às dinâmicas fitogeográficas que fariam a estepe e o deserto avançarem sobre a paisagem, mas devido às práticas discursivas que inscreveram o favelado enquanto sujeito-limite e alteridade fundamental da cidade. Nesse contexto, pode-se dizer que o favelado, vergado ao peso da predicação heteronômica e da produção social de seu estigma, desenvolveu uma forma distinta de nomadismo, que se acredita lícito denominar *nomadismo de maldição*. Dito de outra forma, o nomadismo é, para o nômade, uma imposição externa. Por boa parte da história, o próprio planeta provocou essa imposição, mas no caso singular das favelas cariocas, o nomadismo foi imposto a seus moradores pela política de remoções do Estado da Guanabara, informada pelo discurso hegemônico secular.

Mesmo após a redemocratização do Brasil (que reluta-se situar em 1985), a condição liminar dos moradores das favelas permanece no discurso hegemônico da sociedade carioca, que insiste em percebê-los como passíveis de intervenções, remoções e desapropriações. As remoções, mesmo vedadas pela Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro⁴⁹, são um objetivo político que, em si mesmo, não mudou. Mudaram apenas as formas de logrã-lo ou legitimá-lo. Para governos que, por exemplo, buscaram cercar parcialmente, com muros de concreto, favelas da Zona Sul do Rio de Janeiro, os moradores ainda são vistos como aqueles que estragam a paisagem, avançam sobre a mata atlântica e ameaçam a cidade formal. Seria permitido afirmar, com Michel Agier, que os muros não buscam proteger a floresta, mas uma noção de identidade: eles depõem pela *negação da fronteira*

⁴⁹ A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro registra três ocorrências da palavra “remoção”. As duas primeiras (art. 30, VI, alínea “e” e art. 371, *caput*) referem-se à remoção de “resíduos sólidos” e de “resíduos patológicos”, respectivamente. A última ocorrência, no inciso VI do art. 429, que dispõe sobre “preceitos e instrumentos” de desenvolvimento urbano, ocorre em sentido negativo, proibindo-se a “remoção dos moradores de áreas faveladas e de baixa renda, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes”. As alíneas seguintes determinam as condições em que as remoções de pessoas podem ser efetuadas, e serão objeto de análise oportunamente.

(AGIER, 2013, p. 24) produzida pelos instrumentos jurídicos que, ao consagrar o direito à moradia, o direito à cidade e a proteção ao domicílio civil das pessoas naturais desterritorializa o próprio tecido urbano da porção meridional da cidade ao torná-lo progressivamente heterogêneo⁵⁰.

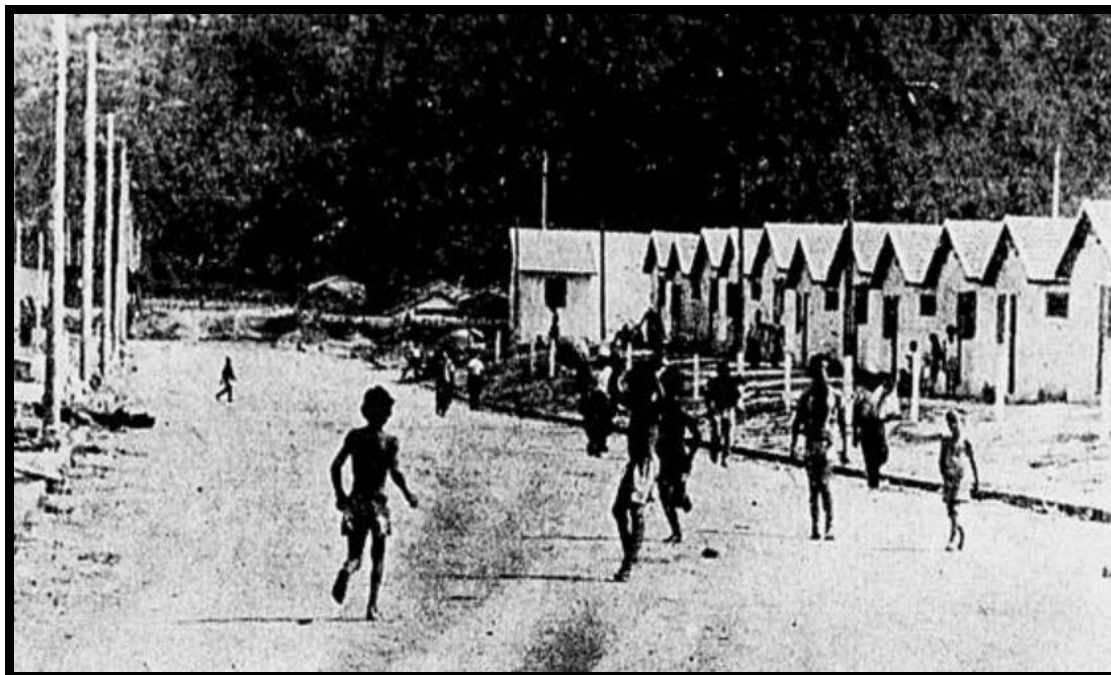


Figura XXVII: “Vila é longe mas favela era pior”. 30/01/1964, p. 5, traz a imagem da pelada em Vila Kennedy que ainda tem, claramente, a aparência de um canteiro de obras.

3.2 DOIS OLHARES SOBRE A REMOÇÃO DO PASMADO

A remoção dos moradores do Morro do Pasmado foi executada ao longo dos meses de dezembro de 1963 e janeiro de 1964, quando, na noite de 28 de janeiro, uma sexta-feira, o Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara cumpria a operação de saneamento que lhe ordenava a Secretaria de Serviços Sociais. Uma operação rápida, cuja logística já vinha sendo preparada desde o início da

⁵⁰ O plano das “eco barreiras”, empenhadas pelo governador Sérgio Cabral em 2009, foram saudados pela imprensa conservadora brasileira de modo quase imediato (SOARES, 2009). Para um panorama da percepção acadêmica sobre o projeto, é pertinente observar os textos de Iñigo Moré (2011) e Janice Perlman (2010), além dos ensaios da coletânea comemorativa dos cinquenta anos do estudo da SAGMACS (MELLO *et al*, 2012).

aproximação dos Estados Unidos da América com os governos de Estados brasileiros governados pela oposição. A chamada *Aliança para o progresso*, aporte de mais de vinte bilhões de dólares (valores de 1961) para governos da América Latina anunciado por John Fitzgerald Kennedy no início de sua presidência, deu origem, no Estado da Guanabara, aos conjuntos habitacionais por longo tempo almeçados, e afinal mandados construir pelo governador Carlos Lacerda. Por meio de toponímia pouco original, mas profundamente irônica, o político udenista cuidou de homenagear seus benfeitores nos Estados Unidos: os três conjuntos habitacionais construídos com os aportes chamaram-se Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus. Os três conjuntos, sobretudo o de Vila Kennedy, receberiam moradores removidos oficialmente do Pasmado⁵¹.

O *Correio da Manhã* silenciou sobre as intenções do Estado da Guanabara de remover a favela do Morro do Pasmado até dezembro de 1963. Ao longo de todo o ano, porém, sobretudo em novembro, seu caderno de classificados anunciava empreendimentos imobiliários na região, destinados principalmente à elite carioca. Em 24 de novembro, um anúncio de um quarto de página no caderno principal, anunciava a construção e as vendas do condomínio Casa Alta de Botafogo, na encosta do morro. Com um retrato da socialite Anitta Gelbert, explicava a natureza do empreendimento. O *Diário Carioca*, *O Dia* e o *Correio da Manhã*, ao longo daquele mês, noticiaram as intenções do governo do Estado da Guanabara de ceder a área desocupada do Pasmado para que a rede Hilton erguesse um hotel de turismo no local⁵².

⁵¹ A ironia do Estado brasileiro quando se dirige às populações pobres é indicada pelos nomes que, em momentos diferentes, foram dados às várias favelas, parques proletários e loteamentos da região metropolitana do Rio de Janeiro. É provável que todo o calendário dos santos da Igreja Católica e Apostólica Romana esteja representado no nome das várias favelas da região, incluindo-se o próprio Espírito Santo, que se faz representar tanto como aspecto da Santíssima Trindade quanto como favela da região de Jacarepaguá. A própria Cidade de Deus salta das páginas de Santo Agostinho para inscrever-se em conjunto habitacional, hoje reconhecido publicamente como favela, no mesmo distrito da Zona Oeste. Escritores estrangeiros, Janice Perlman em particular, raramente conseguem grafar a expressão “Cidade de Deus” sem um ponto de exclamação, justaposto ou não a um de interrogação. Junto com outros nomes, de sentimentos mais profanos (Parque União e Parque Alegria, Vila Esperança, Jardim Violeta etc.), a toponímia das favelas cariocas contrasta de maneira impressionante com o de núcleos de habitação de populações urbanas pobres em países vizinhos. Na República Argentina, por influência do romance de Bernardo Verbitsky, faz-se chamar todas as favelas da região metropolitana de Buenos Aires por expressão bastante mais sincera: *villas miseria*.

⁵² Em depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas, Sandra Cavalcanti observará, ao contrário dos anúncios como o da Casa Alta de Botafogo, que “todas as vezes em que houve especulação com os terrenos de onde foram removidas favelas, isto ocorreu depois do nosso governo”, acrescentando, sobre o Morro do Pasmado, que “é

A remoção da população do Pasmado apresenta-se, nas páginas do *Correio da Manhã* como a política enérgica, mas necessária, que o governo da Guanabara finalmente realizava. Enquanto a redação conservadora, sofisticada e frequentemente ambígua do *Correio* é uma caprichosa singularidade da história da imprensa brasileira, *O Dia* e o *Diário Carioca* opõem-se um ao outro de forma típica, apresentando a remoção do Morro do Pasmado em traços tão distintos que chega a ser impossível validar as representações de ambos.

À direita, *O Dia* apresenta a remoção como um gesto benevolente de Carlos Lacerda e Sandra Cavalcanti, que buscavam finalmente resgatar os favelados das habitações insalubres em que viviam para dar-lhes habitação própria, emprego e saúde dignos. Os favelados, por outro lado, são vistos como uma população outrora rebelde, mas afinal cativada pelo discurso oficial e ansiosa para ser transferida aos conjuntos habitacionais. Aos quatro dias de janeiro, durante o período mais intenso de transferências, o periódico chaguista apresenta a matéria *Os que ainda estão no morro do Pasmado querem agora ir às pressas para Bangu!*, no centro superior da quarta página do caderno principal, que pretende reproduzir palavras da própria secretária de Serviços Sociais:

Falando sobre as atuais condições de vida das pessoas transferidas para Vila Aliança, a professora Sandra Cavalcanti informou que não poderiam ser melhor. [*sic*] Agora — disse a titular da Secretaria de Serviços Sociais — têm lugar saudável para educar seus filhos, enquanto as senhoras desfrutam de maior conforto para realizar seus afazeres. Todos deixaram de ser favelados para serem proprietários de suas casas — prosseguiu. (*O DIA*, 4/1/1964, c.1 p. 4).

Chamar a Secretária Cavalcanti de professora não é apenas respeitoso: implica que suas palavras são um magistério, um discurso cuja autoridade e sabedoria devem ser reconhecidas mesmo por aqueles que não concordem com ele. A espantosa operação faz mais do que apresentar um governo de sábios: dá à União Democrática Brasileira as cores do populismo de um Pedro Ernesto ou de um Getúlio Vargas, apresentando como filantrópica uma atividade que geraria lucros à

verdade que quiseram erguer, lá em cima, um hotel Hilton. Foi uma proposta apresentada através do Roberto Campos e do Jorge Oscar de Melo Flores. Mas foi recusada". (LIPPI; OLIVEIRA, 2002, p. 83). Anthony e Elizabeth Leeds (1978, p. 220) observam que "Correu amplamente o rumor de que essa favela (Pasmado) extraordinariamente visível foi removida para dar lugar a um Hotel Hilton, e, com efeito, o Relatório Geral da COHAB lista, entre seus projetos, "Morro do Pasmado — construção do Hotel" (GB, COHAB, 1963-65:27)".

Companhia Habitacional⁵³. A matéria ainda faz mais, para o caso de não ser suficientemente persuasiva a primeira parte do texto. O subtítulo “Índice de mortalidade” vem reproduzir as representações sociais da favela sedimentadas ao longo de todo o século XX, como o alcoolismo e a falta de higiene:

Segundo dados estatísticos constantes dos arquivos do posto de saúde local, a maioria dos homens residentes no morro do Pasmado morreu aos 45 anos, sendo que o maior número de óbitos foi provocado por cirrose hepática ou doenças do coração. Relativamente às mulheres atendidas no mesmo estabelecimento, a maioria apresentou-se com lesões no coração e problemas de varizes. Quanto às crianças do morro do Pasmado, a estatística acusa índice de mortalidade maior em consequência de doenças provocadas por absoluta falta de higiene. (O DIA, 4/1/1964, c.1 p. 4).

O *Diário Carioca*, simultaneamente, publicaria matérias que vinham denunciar as condições dos conjuntos habitacionais e a revolta da população do Pasmado. Aos três dias de janeiro, o *Diário* traz uma matéria de capa, com fotografia que, provavelmente, registra o altiplano no topo do Morro do Pasmado, com barracos parcialmente preservados. A manchete, *Favelados do Pasmado não gostaram da Vila Kennedy*, apresenta o subtítulo *Condições inexistentes*, explicado pelo seguinte texto:

Algumas famílias afirmam que nos antigos barracos as condições eram bem melhores, pois tinham água, luz e os quartos eram maiores, abrigando com mais conforto, a maioria delas em número considerável. Construídas com material de última categoria, algumas das “novas” casas já estão com aparência de “velhas”, sendo que muitos dos aparelhos sanitários não estão em condições de uso. Várias famílias consideram-se ludibriadas pelo governador Carlos Lacerda, que afirmara que o conjunto residencial estava em condições de receber os moradores. (DIÁRIO CARIOCA, 3/1/1964, caderno principal, capa.).

Em pouco tempo, as famílias removidas farão mais que simplesmente queixar-se da qualidade das habitações. Na semana seguinte, o *Diário* editará *Favelados do Pasmado abandonam Vila Kennedy*, matéria não assinada que, além de apresentar a má qualidade das unidades dos conjuntos habitacionais, indica a solução encontrada pelos removidos:

As 200 famílias que foram transferidas para Bangu estão surpresas com o que lá encontraram, reclamando principalmente contra o material de última

⁵³ A mesma matéria apresenta um dado curioso: duzentas e trinta famílias já haviam sido transferidas para a Vila Aliança, assentadas em casas providas com água, energia elétrica e esgotamento sanitário, cujas escrituras definitivas seriam assinadas nos dias seguintes. Poupano os leitores de um excuro mais longo sobre os chamados direitos reais, registre-se apenas que o mutuário não é um proprietário, mas um possuidor com expectativa de direitos de propriedade condicionada ao pagamento das cotas de financiamento em relação formalizada por promessa de compra e venda, e não “escritura definitiva”.

categoria empregado na construção das casas afirmando que em pouco tempo elas estarão forçosamente imprestáveis. [...] Afirmando que a falta d'água é permanente, a luz insuficiente, muitos dos vasos sanitários sem condições de uso e que a distância dos locais de trabalho é antieconômica, vários dos proprietários das “novas” casas estão revoltados e realmente convencidos de que não há condições de moradia e já começaram a construir barracos em favelas próximas aos locais de trabalho. (DIÁRIO CARIOCA, 7/1/1964, caderno principal, capa.)

Deixando de discorrer sobre os conjuntos, a matéria do *Diário* volta o olhar para o que restava do Morro do Pasmado na semana, e acrescenta um trecho particularmente esclarecedor das estratégias do Estado, de um lado, e dos removidos, de outro:

Ontem, por ordem do governador, os destroços dos barracos da favela do Pasmado foram queimados em enorme fogueira, a fim de ficar a área anteriormente ocupada pelos favelados completamente desobstruída, já que pretendem — o sr. Carlos Lacerda e sua secretária Sandra Cavalcanti — construir naquele local, um centro de turismo. A “operação” fogueira, feita com o material que sobrou dos barracos ardeu demoradamente, cabendo aos bombeiros incendiá-los, na presença de curiosos que para lá se dirigiam, inclusive ex-moradores, que se alojaram pelas proximidades, depois de despejados da favela. (DIÁRIO CARIOCA, 7/1/1964, caderno principal, capa.)



Figura XXVIII: Uma ilustração do *Correio da Manhã* para “Todo o cuidado”, de 31/12/63, (p. 7 do caderno principal). O tema da confusão entre pertences é frequente na produção memorial recente sobre a remoção de favelas cariocas.

A ideia de se eliminar o restante dos barracos por meio de incêndios controlados foi rapidamente adiada para a última semana de janeiro, com a previsão de realizar-se apenas um grande incêndio. É interessante constatar mais uma menção à construção de um hotel de turismo no local, o que depõe pela enorme publicidade desse plano em particular, já que sua realidade não é omitida nem desmentida por quaisquer dos periódicos consultados. O trecho, ainda, apresenta outro destino da população removida: o deslocamento para favelas já estabelecidas na Zona Sul da cidade, explicitamente, e o estabelecimento de novas favelas na Zona Oeste da cidade, implicitamente.

Diante dos contrastes entre as narrativas de *O Dia* e do *Diário Carioca*, a literatura acadêmica deve ser mobilizada; não porque seja capaz de arbitrar e estabelecer, em definitivo, uma narrativa falsa e outra verdadeira, mas porque pode, somada a uma delas, subsidiar uma observação mais informada sobre as favelas de hoje. Faltará, ainda, considerar as transformações das diferentes vozes que saúdam ou rechaçam as remoções mais recentes a que se dedicam o Estado e a Cidade do Rio de Janeiro às vésperas dos notórios eventos para que a cidade foi escolhida.

3.3 A DISSOLUÇÃO DO SOCIAL

Antes de se considerar os efeitos da transferência para os conjuntos, é necessário dar à literatura a palavra sobre a matéria controversa que aparece em *O Dia* e no *Diário Carioca* com cores tão opostas. A qualidade das unidades é descrita por Janice E. Perlman a partir de seus informantes:

Quando as famílias chegavam ao conjunto, era-lhes atribuído um apartamento ou casa (sem consideração à vizinhança de amigos ou parentes), e lhes entregavam chaves, que depois se verificava que eram iguais para todos os apartamentos de um mesmo prédio. As famílias principiavam assim nova vida em novo ambiente, com a impressão da perda do lar e da comunidade ainda fresca em seus espíritos, e com a sensação de terem sido logradas pelo órgão encarregado da remoção; começavam assim a experimentar algumas das consequências da mudança. (PERLMAN, 1977, p. 253).

As mesmas impressões, que corroboram as precárias condições das unidades habitacionais apresentadas pelo *Diário Carioca*, são comentadas por Licia Valladares:

As primeiras semanas de ocupação de um conjunto eram muito movimentadas. Os residentes continuavam a chegar. Nesse momento, começavam também a instalar-se os “inscritos”, vindos por iniciativa própria, e a quem se destinavam as melhores habitações. A essa altura, os escritórios locais da COHAB não bastavam para atender às reclamações e queixas de toda espécie. Ora a água não saía das torneiras, ora o reboco das paredes apresentava defeitos, as chaves de entrada eram todas iguais, ou a luz não estava ligada, etc. E isso não era tudo: queixavam-se do tamanho da habitação (27,58m² de área média para os apartamentos de sala e quarto), ou ainda de sua localização. (VALLADARES, 1968, p.64).

O *Correio da Manhã*, sem reproduzir a fábula de *O Dia*, apresenta, aos trinta dias de janeiro, a matéria *Vila é longe mas favela era pior*, que traz uma fotografia sem indicação de autoria na qual se vê um grupo de meninos jogando futebol. A legenda “‘pelada’ na rua era impossível no Pasmado” é acompanhada por um texto que reconhece a inconveniência e a insuficiência do transporte público, a precariedade do comércio local e a incompletude do conjunto, cuja construção, afirma-se, continua e cujo aspecto é ainda, inegavelmente, o de um canteiro de obras. Em qualquer caso, a “pelada” não era apenas “possível” no Pasmado: a calva do morro possuía um campo de futebol utilizado pelo modesto Estrela, clube comunitário que “revelou”, Jair Ventura Filho, o Jairzinho, “Furacão” da Copa do Mundo de 1970, quando ele ainda era gandula em General Severiano. O ponta-de-lança, referindo-se à remoção do Pasmado, observou: “Quando voltei (do exterior) já não tinha mais favela. Foi um choque para mim. Sei que teve muita choradeira, a maioria não gostou. Depois eu nunca mais vi o pessoal da pelada” (MONTEIRO, 2003)⁵⁴. Os sociólogos Anthony e Elizabeth Leeds, corroborando as palavras do Furacão, observam que:

A favela que existia no Morro do Pasmado foi arrancada independentemente de quaisquer laços sociais, políticos ou econômicos que tinha com a área circundante da cidade, e colocada a muitos quilômetros do centro. Todas as remoções — de favelas, de casas de cômodos, ou o que fosse — por motivos punitivos, por renovação urbana, para utilidade pública, por segurança (real ou alegada) — desarticula redes sociais e outros laços construídos entre as populações proletárias,

⁵⁴ Ver também “O craque que derrotou o tempo”. *Placar*. São Paulo: Abril. n. 600, 13 nov. 1981. p.68. A existência de um modesto clube de futebol no Morro do Pasmado é um forte elemento a sugerir a integração de seus moradores a seus bairros. Nas palavras de Richard Giulianotti, “clubes de futebol de áreas de classe operária forte são muito ligados à ‘estrutura de sentimento local’” (GIULIANOTTI, 2010, p. 55). Após informar-se do destino do Pasmado, Jairzinho ainda teve uma prolífica carreira como atleta. Em 1981, quando encerra seus dias de jogador no Botafogo de Futebol e Regatas, passa a atuar como treinador de várias equipes no Rio de Janeiro e no exterior, até receber homenagem pelo conjunto de sua carreira na sede do time de General Severiano. É interessante observar que, a partir de 2008, Jairzinho lançaria sua candidatura à vereança do Rio de Janeiro pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), e seria, afinal, impugnado pela justiça eleitoral (BRÍGIDO, 2008).

contribuindo para a atomização e o divisionismo do proletariado. (LEEDS; LEEDS, 1978 p.168).

Mesmo os habitantes de uma favela como a do Morro do Pasmado, que tinham como certo o conjunto de Vila Kennedy, fragmentaram-se em mais de um conjunto habitacional ou, ainda, fundaram novas favelas ou retornaram a favelas já existentes⁵⁵. Barry Rush, Lawrence Salmen, Edgar Parisse e Licia Valladares, os três primeiros citados pela última, estimam, para o conjunto habitacional de Vila Kennedy, uma expectativa de evasão das famílias recém-chegadas do Morro do Pasmado que próxima de 50%, junto a taxas de inadimplência que passam dos 70% (VALLADARES, 1978, p. 106-108). A inadimplência dos mutuários, compulsoriamente inscritos também é denunciada por Anthony e Elizabeth Leeds:

Os efeitos dessas remoções e realocações — em todos os casos forçadas, contrárias à vontade dos moradores e em alguns casos acompanhadas de ação policial, tratores, fogo (que se dizia acidental), e outras formas de pressão, incluindo ameaças de não pagamento das indenizações pelas casas (isto é, propriedade privada dos moradores da favela) destruídas — foi a profunda desestruturação, para um grande número de pessoas de sua organização de vida e um desequilíbrio nas estratégias domésticas para lidar com a difícil estrutura econômica que os moradores das favelas tiveram que enfrentar (ver A. Leeds, 1970:243-48). Particularmente agudo foi o declínio da renda, acompanhado de uma desconcertante subida nos custos, especialmente amortizações e transportes. (LEEDS; LEEDS, 1978, p.241).

O efeito mais frequente das dificuldades ocasionadas pela distância entre os conjuntos habitacionais e os locais de trabalho dos removidos, o desemprego, é apresentado por Valladares:

A remoção para conjuntos habitacionais representou, então, a introdução de despesas suplementares muito significativas para o orçamento dos ex-favelados. Suas fontes de renda foram igualmente ameaçadas, pois a proximidade dos bairros mais abastados lhes propiciava um leque de pequenos biscates. Nas favelas, as despesas com transporte eram menores, além de contarem também com a proximidade de serviços públicos gratuitos (hospitais, escolas, etc.) Em suma, a favela representava uma “solução orçamentária” viável, anulada pela remoção de seus habitantes. Esta anulação implicou consequências muito graves. Salmen observou que na Vila Kennedy mais da metade dos homens de 16 a 25 anos estava desempregada, quando essas mesmas pessoas tinham anteriormente empregos temporários. Também encontrou alto índice de mulheres desempregadas. (VALLADARES, 1978, p. 111).

⁵⁵ O *Correio da Manhã*, em matéria de 18 de janeiro de 1964 denominada “Morro do Pasmado já não tem favela”, noticia os conjuntos de Vila Kennedy e Vila Aliança como destinos da população do Pasmado. Além dos conjuntos habitacionais, cita os parques proletários do Leblon e da Gávea como outros destinos oficiais. É interessante observar a sorte posterior dos parques (nota 22, p. 26-27).

Após confirmar o que observam os Leeds e Licia Valladares, Janice Perlman oferecerá um quadro mais dramático desses efeitos, mas que tem a virtude de traçar um perfil distinto para os homens e mulheres após a remoção:

Além do gasto em tempo e dinheiro, o isolamento dos conjuntos leva a um sentimento de distanciamento do centro da vida e das atividades urbanas. A distância do mercado de trabalho traz sérias consequências para as mulheres que trabalhavam como lavadeiras, costureiras, amas ou empregadas de famílias de posses. Os salários de tais empregos raramente compensam as despesas de transporte, e como elas já não podem ficar em casa, é preciso arranjar onde deixar as crianças (o que se torna mais difícil, diante da desintegração das antigas redes de ajuda mútua). Como os conjuntos em geral se localizam em terrenos da periferia, de baixo valor, longe das famílias ricas, muitas mulheres vêm-se forçadas, após a remoção, a simplesmente deixar de trabalhar.” Para os homens, existe uma forte tendência a continuar trabalhando no mesmo lugar, e de aprender a tolerar a longa viagem diária. Salmen relata histórias pouco singulares de homens que acham tão pesados os encargos da viagem, em termos de tempo e dinheiro, que arranjam um lugar para ficar na cidade, só voltando para casa nos fins de semana. Com o tempo, não voltam mais para casa, arrumam outras mulheres na cidade e estabelecem segundas famílias, criando assim a desintegração. (PERLMAN, 1977, p. 254-255).

A chegada ao conjunto habitacional reunia moradores oriundos de várias favelas, já que a remoção era realizada em uma série de diferentes etapas. Ao lado do mercado paralelo das fichas cadastrais, Licia Valladares apresenta a síntese mais clara dos destinos das populações tanto no momento do levantamento socioeconômico da COHAB-GB, antes da remoção (1978, p. 58) quanto após a ocupação do conjunto (1978, p. 70). Sumarizando os dados que encontrou em sua pesquisa, afirma que “as remoções criaram mais problemas do que resolveram, traduzindo-se este fracasso pela volta ou pela vontade de voltar para a favela, como aconteceu com inúmeras famílias” (VALLADARES, 1978, p. 112).

Apesar de previsível, a consequência mais dramática das remoções consistiu na destruição da coesão social que os moradores possuíam em suas favelas. Ao serem, pelos diversos motivos que se buscou indicar, dispersos, passaram a integrar populações instáveis e disfuncionais. Segundo o diagnóstico de Janice Perlman, o Estado promoveu justamente aquilo que pretendia eliminar: os conjuntos habitacionais tornam-se o lugar da desconfiança mútua e do abandono do poder público (PERLMAN, 1978, p.259).

A procissão de dores será reproduzida em vários conjuntos e favelas, novos e antigos, deixando imensuráveis desafios a um país que pôs, afinal, a democracia e a dignidade humana no horizonte. Em um comentário mais atual, e, portanto, capaz de

desafiar a Sexta República brasileira⁵⁶, Loïc Wacquant observa características tão distantes do Rio de Janeiro quanto Chicago e Paris, mas tão próximas e atuais que tendem a naturalizar-se:

[...] a vizinhança não oferece mais uma proteção contra a insegurança e a pressão do mundo exterior; não é mais uma paisagem familiar, unificada por uma cultura compartilhada, que assegurava e reafirmava os moradores em suas formas coletivas de mutualidade. Ela se transformou em um espaço vazio de competição e conflito, um perigoso campo de batalha da competição cotidiana pela sobrevivência, pelos recursos coletivos escassos (como o uso de lugares e amenidades públicos) e, acima de tudo, pelos meios necessários para fugir. Esse enfraquecimento dos laços comunitários territoriais, ou, melhor, sua inversão em *capital social e simbólico negativo*, por sua vez, favorece o recolhimento à esfera do consumo privado, além de estimular práticas de distanciamento e denigriscimento mútuos (“não sou um deles”) que terminam de solapar as solidariedades locais e confirmar percepções depreciatórias da vizinhança. (WACQUANT, 2008, p. 271. Tradução nossa, grifos do autor).

As considerações de Wacquant não são apenas palavras novas a confirmar um diagnóstico já clássico sobre as favelas cariocas. Suas palavras vêm assentar que o próprio Estado é capaz de, sistematicamente, *produzir* a dissolução do social, de esfacelá-lo e levar uma população outrora coesa à lógica perversa da estigmatização lateral. A teoria da *marginalidade avançada*, ainda, apresenta-se como algo que “não é residual, cíclico ou transicional, [...] mas que está *adiante de nós*, marcada no horizonte do devir das sociedades contemporâneas” (WACQUANT, 2008, p. 232. Tradução nossa, grifos do autor). Se os aportes ao estudo da memória da Favela do Pasmado terminam com um prognóstico tão sombrio, será essa a própria hora de enfrentá-lo.

⁵⁶ A periodização da história republicana brasileira pela sequência ordinal de suas cartas constitucionais formais, feita, a título de exemplo, pelo professor Vamireh Chacon (1998), é bem mais técnica que adjectivações como “Nova República” ou “Nova Democracia”, prenes de juízos de valor.

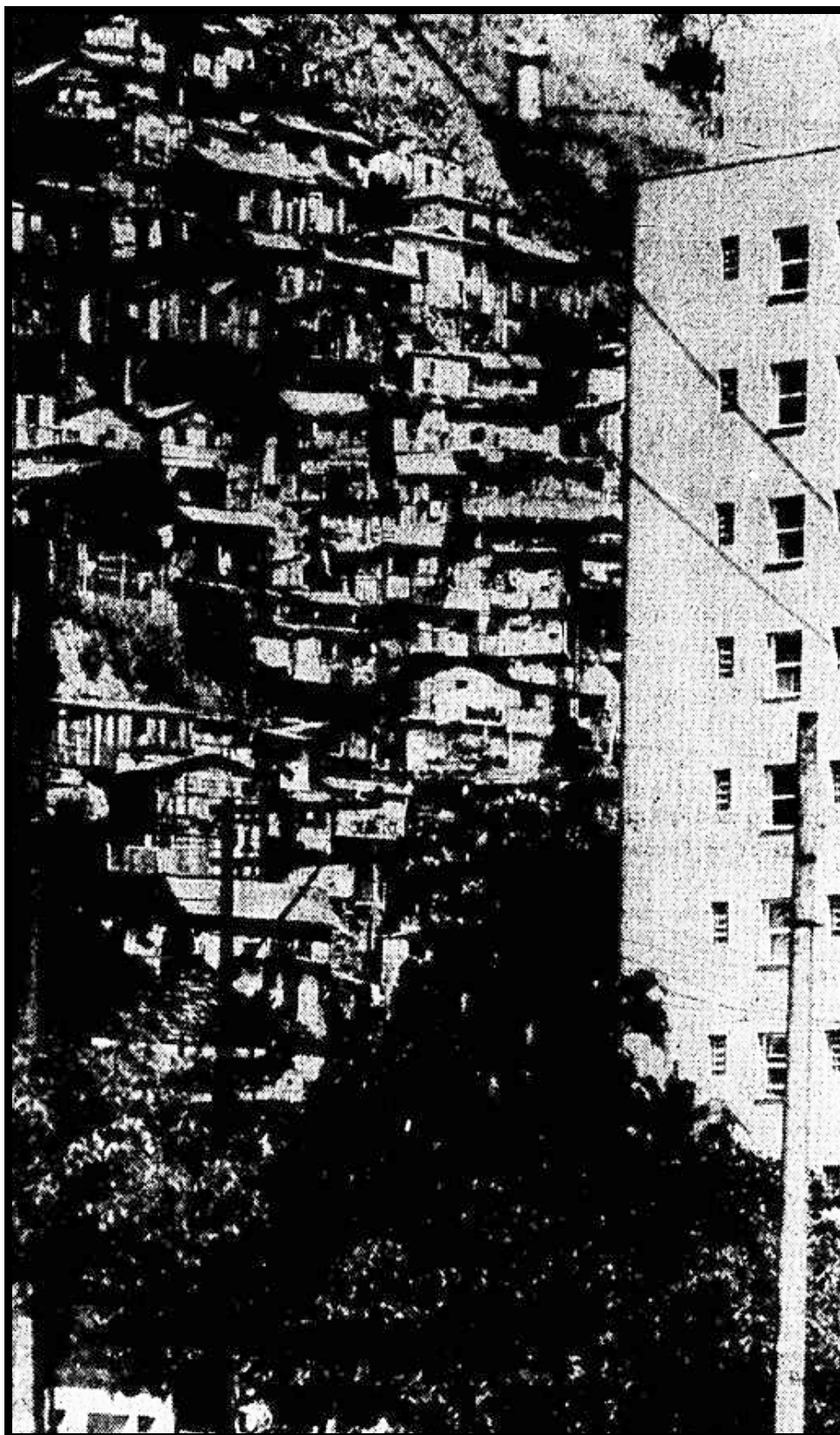


Figura XXIX: No início de 1969, quando da remoção da Favela da Catacumba, o *Correio da Manhã* (21/02/1969, p.6) registra o interessante contraste entre habitat nômade e o habitat das sociedades sedentárias. Entre a estepe, o deserto, as encostas e o mar há mais em comum do que se imagina. A fotografia, isolada do contexto das matérias, traz a legenda “vida curta”.

sai dia 9

EX-FAVELA AGORA É ÁREA TURÍSTICA

A área onde se encontra o Morro do Pasmado, que deverá ficar totalmente desapropriada até o dia 30 próximo, terá seu destino decidido pela Secretaria de Turismo, através de seu diretor, sr. Vitor Bouças. A Secretaria de Serviços Sociais informa que a referida área é considerada turística, acrescentando que 300 famílias já estão alojadas em Banga, restando ainda 300, que habitam a faixa Sul, dando fundos para Copacabana.

CONSTRUÇÃO

A Secretaria de Serviços Sociais informa, também, que a área do Morro do Pasmado dá para a construção de 2.000 casas populares. Caso a ideia seja aprovada, as residências serão construídas estritamente em favelados. Após o que a secretaria de Turismo decidir, vende do terreno ficará a cargo da COHAP (Companhia de Habitação Popular), que deverá negociá-lo e entregar a importância obtida ao Estado.

REUNIÃO

Até o Estado, estará feita a limpeza, o saneamento e o jardimamento do local. A faixa norte já está totalmente

desapropriada, restando, apenas, montanhas de tábuas não aproveitáveis, pois as necessárias foram transportadas pelos próprios favelados que ali residiam.

Concluídos os trabalhos de desapropriação e limpeza do terreno, será marcada reunião entre membros das Secretarias de Turismo e Serviços Sociais, na qual ficará resolvido o destino da área.

REINTEGRAÇÃO

Ouvidas pela reportagem, em Banga, famílias que foram deslocadas do Morro do Pasmado mostraram-se satisfeitas com a medida tomada pela Secretaria de Serviços Sociais, ressaltando o fato de se terem tornado proprietárias.

Estado vai limpar



Limpeza, saneamento e jardimamento do Morro do Pasmado o governo providenciará

A Vila Kennedy surgiu para abrigar os moradores do Morro do Pasmado, com transferência selada por um incêndio no melhor estilo Sodoma-Gomorra. Por coincidência, agora queimou a Praia do Pinto, quando o Governo Negrão de Lima começava a remover os favelados para a Cidade de Deus e o Conjunto de Cordovil.

Figura XXX (à esquerda): Reprodução de matéria do Correio da Manhã, aos quatro dias de janeiro de 1964, na segunda página do caderno principal, apresentando a destinação pretendida para o Pasmado pelo Governo da Guanabara.

Figura XXXI (à direita): A longa reportagem "Favela em preto e branco", publicada pelo *Correio da Manhã* em 26/01/1970, na sétima página do caderno principal, sugeriu, sobre o incêndio da Favela do Pasmado, a impressionante imagem do Gênesis.

4 VARIAÇÕES SOBRE A REMOÇÃO

Os vaticínios de Loïc Wacquant, na cidade do Rio de Janeiro, são reforçados pelo ressurgimento de uma política de remoções de favelas que, tomando as cores de seu tempo, vem realizar objetivos de outrora. Em contexto no qual as leis e cultura política da Sexta República outorgam à pesquisa acadêmica a digna tarefa da utilidade pública, é necessário extrapolar a temporalidade originalmente concebida para este estudo e apresentar as transformações que separam a Favela do Pasmado das favelas pós-modernas, ameaçadas pela mesma sorte. Ao cabo, espera-se, a memória se firmará sobre a história, a Universidade cumprirá seu papel e a cidadania, brandida pela favela desperta, soerguerá para debelar o espantinho da ditadura, explícita ou velada.

4.1 UM ESCLIPSE DAS REMOÇÕES: DE LACERDA AOS MILITARES

A remoção da Favela do Pasmado, efetuada pelo Estado da Guanabara com as cores dramáticas que atualizam a distopia de Ray Bradbury, a “chama colérica” de que falava o professor Carlos Nelson Ferreira dos Santos, não parece pertencer tanto ao seu tempo quanto àquele que se seguiu ao movimento militar de 1964. Durante a quase totalidade do governo de Carlos Lacerda, o Brasil ainda vivia o período democrático que lhe brindava a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946: ressalvadas a proscrição do Partido Comunista Brasileiro e as crises institucionais que pareciam ameaçar cada sucessão presidencial, a Quarta República era uma democracia em vias de aperfeiçoar-se diante dos males seculares que Raymundo Faoro chamaria de “túnica rígida do passado inexaurível, pesado, sufocante” (FAORO, 2001, p. 887). Se, aos cinquenta anos das tristezas efemérides, o movimento de 1964 pode parecer tão previsível — pois uma sociedade que acreditou normal dar aos moradores do Pasmado a sorte que tiveram somente poderia estar às vésperas de uma virada autoritária —, pode ainda parecer espantoso que essa mesma sociedade tenha recebido a deposição do presidente João Goulart como uma surpresa.

DAS 246 FAVELAS DA GB GOVÊRNO ESTADUAL URBANIZOU SÔMENTE 3

O plano para urbanização de favelas incluído na plataforma eleitoral do sr. Negrão de Lima se resumiu até agora nos trabalhos que a CODESCO programou realizar nas favelas de Brás de Pina, Mata Machado e Morro da União — sem contudo efetivá-los —; para as outras 243 favelas existentes na GB nada foi planejado e muito menos realizado.

A favela de Brás de Pina — a única onde está aberta uma frente de trabalho — não oferece as mínimas condições de higiene, pois os trabalhos de canalização que começaram há um ano, deixaram buracos nas ruas e esgotos abertos formando poços de águas poluídas, que põem em risco não só os moradores como também outras ruas do bairro.

PLANO DE NEGRAO

O sr. Negrão de Lima declarou em sua plataforma eleitoral há 3 anos e meio: "Urbanizarei as favelas, que serão transformadas em bairros proletários, dotados de tôdas as condições necessárias a uma vida digna, incluindo evidentemente os serviços públicos essenciais."

Sômente em março do ano passado, decorridos 2 anos de govêrno, foi criada a CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades) formada pela conjugação de capitais da COPEG, CEDAG, CTC, CETEL, COSIGUA, COCEA e com a finalidade de urbanizar as favelas "urbanizáveis".

A determinação para a urbanização das favelas parte do Escritório de Programação Econômica da GB e logo após a CODESCO realiza um levantamento sócio-econômico e habitacional e um estudo urbanístico e topográfico do local. A desapropriação das terras não fica a cargo da companhia, mas segundo o Centro de Informações da GB, está sendo preparado um decreto que lhe dará a possibilidade de desapropriar diretamente.

Pronto o projeto para a urbanização da favela determinada, a CODESCO inicia a venda financiada dos lotes do local e abre o financiamento para a compra pelo proprietário do material de construção. Para essa realização o BNH é quem dá os recursos, em contato com a CODESCO.

URBANIZAÇÕES

A CODESCO está trabalhando nas favelas de Brás de Pina, Mata Machado e Morro da União.

A favela de Brás de Pina já reagiu uma vez contra a remoção, pois os moradores achavam que o local tinha condições de ser urbanizado. O BNH financiou a obra com 925 mil cruzeiros novos.

Moram na favela 900 famílias (4.000 habitantes) em 756 moradias. O índice de analfabetismo é de 27,7%, sendo que dos 6 aos 14 anos (idade escolar das crianças) 85,1%. acima dos 15 anos, 9%.

A CODESCO começou há um ano as obras de canalização de esgotos na favela, mas hoje se encontram no local apenas algumas máquinas trabalhando. Os esgotos estão abertos, formando nos buracos das ruas poças de águas poluídas causadoras de enfermidades e local propício ao desenvolvimento de insetos. Também as ruas próximas da favela estão sendo atingidas pelo mau cheiro e contaminações de doenças. A CODESCO no mês passado transportou parte dos favelados para um aterro no local. A renda familiar da favela de Brás de Pina é de NCr\$ 200,41.

MATA MACHADO

A favela da Mata Machado localizada na Estrada das Furnas (Alto da Boa Vista) também está nos planos da CODESCO. Ali moram 220 famílias provenientes do município de S. Fidélis, Estado do Rio, com uma renda familiar de NCr\$ 238,93.

Os índices de analfabetismo é de 20,8% sendo que na idade escolar (6 a 14 anos) 79,1%; acima dos 15 anos 6,2%.

Figura XXXII: A CODESCO teve de responder a desafios como este, parte de "Fracassa a política habitacional da GB", publicada pelo *Correio da Manhã* aos 23/05/1969 (p. 9, caderno principal) ao longo de toda sua trajetória.

Os moradores das favelas, com sua significativa participação eleitoral, foram instrumentais para a eleição, no ano seguinte, por uma coligação que unia o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do diplomata e ex-prefeito do Distrito Federal, Negrão de Lima, para o governo da Guanabara. A campanha, dominada pelo debate em torno das favelas e da questão fundiária, transcorreu sob os apelos de Lacerda para que o Comando Supremo da Revolução interviesse no Estado e, após a derrota da UDN, sustasse a posse da oposição vencedora⁵⁷.

À frente do Estado da Guanabara, Negrão de Lima buscou, tanto quanto lhe permitisse o contexto nacional, retornar à orientação que dera à prefeitura do Distrito Federal entre 1956 e 1958, tendente à urbanização das favelas. Contra essa orientação, porém, reforçando o ímpeto remocionista inaugurado pela administração de Lacerda, o Governo Federal instituiu, em maio de 1968, a Companhia de Habitação de Interesse Social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM), uma autarquia federal ligada ao Ministério do Interior e que passou a controlar diretamente vários entes do Estado da Guanabara, como a COHAB e a COPEG, Companhia para o Progresso do Estado da Guanabara. Isso significou que o governo de Negrão de Lima somente poderia estabelecer um contraponto à política de remoções a partir de instrumentos que não afrontassem diretamente a federalização do discurso remocionista. Com esse propósito, o jornalista Sílvio Ferraz, conhecido por frequentar, entre outras favelas, a do Pasmado, e oferecer assistência a mutirões de moradores, foi posto na diretoria do Grupo de Trabalho 3881 em 1967, que se transformaria, no ano seguinte, na Companhia de Desenvolvimento de Comunidades, CODESCO, como autarquia estadual (MONTEIRO, 2004). Carlos Nelson Ferreira dos Santos descreveu a autarquia nos seguintes termos:

⁵⁷ Vedada a reeleição no Poder Executivo Estadual, a UDN lançou a candidatura do professor e empresário Carlos Otávio Flexa Ribeiro, facilmente derrotado em eleições que foram garantidas por destacamentos das Forças Armadas. Após a derrota de Flexa Ribeiro, a UDN divulgou acusações de que Negrão de Lima agia em conluio com o Partido Comunista Brasileiro, um expediente que o *Diário Carioca* comparou ao Plano Cohen, que facilitara crise institucional e a posterior instalação da ditadura de Getúlio Vargas entre setembro e novembro de 1937. A imprensa escrita da Guanabara, naqueles meses, apresenta matérias como: “Lacerda vê derrota e quer golpe” (*Correio da Manhã*, 29/09/1965); “Tropas federais vão garantir o pleito de domingo na Guanabara” (*Correio da Manhã*, 30/09/1965); “Esquema militar garante Negrão” (*Correio da Manhã*, 01/12/1965); e “Castelo: posse aos eleitos é uma decisão definitiva” (*Diário Carioca*, 10/11/1965).

A criação da CODESCO foi um golpe de habilidade política. O governo foi instado a fundar a companhia como uma satisfação aos seus antigos compromissos com os favelados, como uma saída honrosa para as imposições da política habitacional federal. Por consequência, a sobrevivência da CODESCO sempre foi difícil. Ela só tinha o apoio do governador e de algumas facções do governo estadual. [...] Acabou sendo tolerada como uma experiência, mas, a cada passo, via-se obrigada a voltar a provar que suas metas tinham valor e eram úteis. Isso ainda era mais absurdo num período em que as remoções estavam no auge e em que havia uma recusa explícita a avaliar os seus resultados, quaisquer que fossem. Aquela quantidade enorme de pesquisas para comprovar a exequibilidade dos planos acabou sendo muito útil nessa fase. (SANTOS, 1981, p. 57).

A operação mais bem-sucedida da CODESCO corresponde aos dois anos iniciais de sua atuação, quando o escritório de arquitetos Quadra, realizou a urbanização da favela de Brás de Pina, integrando-a sem solução de continuidade ao bairro atual e homônimo⁵⁸. Sem condições de permanecer ligado à CODESCO após o governo de Negrão de Lima, o grupo Quadra passaria a ocupar-se da assessoria para assuntos urbanísticos da FAFEG, principalmente durante as desapropriações na Cidade Nova e no Catumbi, previstas para a construção do metropolitano. Sem o Grupo Quadra, a CODESCO foi definitivamente ofuscada pela CHISAM, que se valeria da radicalização do Regime Militar para continuar o circuito das remoções a despeito de todos e quaisquer argumentos em contrário:

O programa desconsiderou então, deliberadamente, informações importantes a respeito das favelas e dos favelados, como a relação intrínseca entre a moradia numa determinada favela e o mercado de trabalho próximo. Não se trata apenas de “não rebater críticas”, mas de ignorar informações que eram de conhecimento dos próprios órgãos oficiais sobre a realidade das favelas. (BRUM, 2012a, p. 370)⁵⁹.

⁵⁸ O jovem Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que fundara o escritório com as colegas Sylvia Wanderley e Sueli Azevedo, narra a trajetória do grupo e do trabalho realizado na favela de Brás de Pina em seu *Movimentos sociais urbanos* (1981). Embora a maior parte da literatura silencie ou apenas tangencie sobre os “jovens e imaginativos arquitetos” (LEEDS; LEEDS, 1978, p. 232), a arquiteta Stella Pugliesi (2002) oferece o mais amplo e compreensivo trabalho que se pôde encontrar a respeito do Grupo Quadra: além de tirá-lo da sombra da CODESCO, relaciona-o ao contexto dos movimentos estudantis na Guanabara e destaca a urbanização de Brás de Pina como o modelo de intervenção democrática e participativa que passou a ser perseguido por governos estaduais após a distensão do regime militar. O trabalho reproduz, com o objetivo de preservar o acervo pessoal de Sylvia Wanderley, um vasto conjunto de elementos iconográficos relativo à formação do Grupo Quadra e à intervenção em Brás de Pina, desde a drenagem do terreno até a conclusão das obras. É necessário destacar, entre os documentos, croquis produzidos pelos próprios moradores para as reformas que desejavam em suas casas, ao lado do registro fotográfico do estado final de cada uma. Embora tenham sido produzidos sem quaisquer técnicas de desenho arquitetônico, possuem o esmero de vivas cores, feitas em giz-de-cera, atualizando, de modo comvente, o magistério de Gaston Bachelard: “a imagem da casa se apresenta como a topografia de nossa alma íntima” (BACHELARD, 1961, p.18. Tradução nossa). Os jovens arquitetos, também, sem a condescendência tão frequente na Sexta República, ousaram arquivar os croquis junto com as suas próprias e estudadas lâminas, não se permitindo colocar acima dos moradores a quem serviam.

⁵⁹ Esse dispositivo radicaliza a operação semântica a que já se dedicava parte da imprensa da Guanabara. Os Leeds, antes de Brum, observaram, sobre a CHISAM, a Fundação Leão XIII e a

Letras Imobiliárias Continental.

Aquela segurança que você procura.

- Rendem 8% de juros anuais mais Correção Monetária
- Garantidas pelo BNH

Continental
S.A. DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO

NORIO - ELITE LTDA.
R. Gonçalves Dias 89, grupo 706 - Tel. 22-3199 e 22-9111
FAIVA GARCIA LTDA.
Edifício Avenida Central, 1a. sobrelaje, 245 - Tel. 62-3040

LIBRA S.A.
Av. Rio Branco, 156 - loja 10 - Tel. 22-8643
Praça Pio X, 99 - 11º andar - Tel. 22-0450 e 22-6042

EM NITERÓI: NITERÓI CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Av. Amador Peixoto, 460 - sobrelaje - Tel. 22-6277

Para maiores informações preencha o cupom e envie-o à Continental S.A. de Crédito Imobiliário - Av. São Luís, 60 34º andar - São Paulo

Nome.....
Profissão.....
Rua.....
Cidade.....

Favelado mostra por linhas tortas a casa certa que deseja ter

Diógenes Costa Filho

Céras de 80 por cento dos projetos de casa elaborados pelos favelados de Brás de Pina refletem alto senso de conforto, economia e funcionalidade, podendo ser utilizados como material de estudo nas Escolas de Arquitetura e órgãos, especializados do Governo, segundo opiniões da rapetista da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades — CODESCO — atualmente empenhada na urbanização daquela favela.

Das 183 famílias residentes no primitivo loteamento, 150 candidaram-se ao financiamento para compra do terreno, estando os próprios favelados procurando resolver a situação das três que se apossaram, por absoluta incapacidade de assumir qualquer compromisso financeiro, embora também interessadas em melhorar suas residências.

OBJETIVIDADE

Sómente dois candidatos à aquisição dos terrenos de 120 metros quadrados, financiados pela CODESCO, deturaram de apresentar a planta da casa que desejam ter, mas anexaram, às propostas, bilhetes informando das suas necessidades quanto ao número e dimensões de cômodos. Apenas dois projetos apresentam área reservada para a exploração de "rendinha" — mas colocadas de modo a não interferir na intimidade residencial — e nenhuma menciona construção de chiqueiro, embora a criação de porcos seja atividade importante para o sustento de

Por que é impossível um arquiteto... Para os técnicos da CODESCO, isso foi o resultado da insistente doutrinação que tiveram sobre práticas de higiene e dos métodos representados pela promiscuidade com animais e excrementos.

Todos os favelados desse primeiro grupo também apresentaram orçamento de material, como especificação de preço e qualidade. Pela primeira vez, talvez, os favelados deixaram de ignorar manilhas para regalo e incluíram, entre os primeiros itens da lista de material de construção, sanitários e vasos sanitários, além de capos de água, pois o Governo se comprometeu a levar sua rede de distribuição. Apenas uma unidade cartões.

O material será comprado pelos próprios moradores em um caso, cadastrados pela CODESCO, que servirá de intermediária entre aqueles e o Banco Nacional de Habitação, fonte do dinheiro emprestado para a construção das novas casas, enquanto a amortização do terreno será encaminhada aos cofres do Estado.

Os homens da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades ficaram surpreendidos com a eficiência entre projeto e orçamento, correspondendo este, quase que rigorosamente, às necessidades de materiais para a construção de cada unidade. No geral, a custo, que indica plena atualização com as cotações do mercado.

COLABORAÇÃO

Essa coerência, descobriuam os arquitetos e economistas da CODESCO, não foi obra do acaso, mas resultado da grande capacidade que têm os favelados de resolver concretamente suas próprias coisas. No setor a ser brevemente urbanizado em Brás de Pina, o número de pedreiros e outros profissionais da construção civil não é dominante, surgindo, em maior destaque, os trabalhadores em marcenaria e carpas, produtores de óbitos, liquidantes de caminhão, auxiliares de oficinas mecânicas e bicafeiros. Por outro lado, a maioria dos que trabalham em construção civil ostenta instrução rudimentar ou nula, sem habilidade para desenhar ou calcular.

Os favelados superaram esse aparente obstáculo convocando os mais capazes da comunidade, que, nos domingos e feriados, instalaram mesas de trabalho em frente a seus barracos, para desenhar e fazer os orçamentos dos vizinhos, sem nada cobrar.

Muitos foram os que pediram a seus chefes de trabalho — em repartições públicas ou empresas privadas e em papel de todos os tipos — que preparassem a planta da casa desejada. Esses projetos, que não são a matéria, se apresentam com traços e indicações, mas sem por isso ganharem objetividade, dos que foram desenhados por arquitetos, empregados domésticos, por homens e mulheres pouco habituados ao manejo de lápis e papel, muitos dos quais analfabetos.

Mas o material que daí resultou entusiasmou os responsáveis pela urbanização da favela, que, diante disso, preferiram guardar a casa-paróico que haviam pretendido indicar aos favelados, nos quais descobriuam enorme visão das suas necessidades habitacionais, embora algumas plantas reclamem certos requisitos, quase sempre de importância menor.

O "BICHO" É A RELIGIÃO

Muitos favelados apresentaram plan-

Figura XXXIII: Curiosamente, o *Correio da Manhã* homenageava a iniciativa da CODESCO de valorizar os croquis dos moradores no processo de urbanização em matéria de 13/10/1969, p. 7, caderno principal.

Embora Brum faça a “Era das Remoções” coincidir com os anos de existência da CHISAM, de 1968 a 1973 — e há boas razões para isso⁶⁰ —, a extinção da autarquia e a crise do Sistema Financeiro de Habitação não explicariam sozinhas o arrefecimento das remoções. Findo o mandato de Negrão de Lima, o governo da Guanabara foi entregue a Antônio Chagas Freitas, do Movimento Democrático Brasileiro, em 1971, após eleição indireta na Assembleia Legislativa, nos termos do terceiro Ato Institucional do Regime Militar. Seu governo, que poderia parecer uma expressiva vitória da oposição foi descrito nos seguintes termos por um celebrado brasilianista:

Secretaria de Serviços Sociais, que “esses órgãos referem-se invariavelmente a ‘barracos’, e nunca a ‘casas’” (LEEDS; LEEDS, 1978, p. 238).

⁶⁰ O período de existência e atuação da CHISAM foi selecionado como baliza temporal do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro desde que Licia Valladares o escolheu para seu doutoramento, em 1974, que se transformaria no *Passa-se uma casa* (1978). Ademais, a atuação da CHISAM foi uma política de Estado, e todas as remoções ocorridas após a extinção dessa autarquia parecem ter sido iniciativas isoladas, de governo e de ímpeto estritamente local.

[...] até o vencedor pelo MDB na Guanabara, Chagas Freitas, não representava qualquer ameaça esquerdista (ou mesmo centrista). Seu poder político fora construído com a propriedade do jornal mais sensacionalista do Rio, *O Dia*, e graças a uma estreita aliança com os banqueiros do jogo do bicho. Como era previsível, seu governo não significou qualquer ameaça para Brasília. (SKIDMORE, 1994, p. 225).

Escaparia aos objetivos de Skidmore elaborar sobre o significado profundo do sensacionalismo de *O Dia* na política carioca. Ana Lúcia Enne, porém, após elencar algumas características comuns do sensacionalismo na literatura acadêmica, indicará, na linguagem desses periódicos, um eco dos efeitos do realismo grotesco conforme estudado por Mikhail Bakhtin, o de “rebaixar, no sentido rabelaisiano, o corpo político, que será exposto à crítica e ao ridículo” (ENNE, 2007b, p. 73). Em um regime que instalava censores nas próprias redações dos jornais, o expediente do grotesco, tolerado quando politicamente dócil, seria uma expressão do cinismo político reforçado pela aparência democrática que as eleições legislativas davam ao regime, ou pela forma particular de estigmatização espacial que se procurou apresentar como *nomadismo de maldição*.

Outra relevante característica da administração de Chagas Freitas, intimamente relacionada ao fato de possuir a seu serviço um veículo do alcance de *O Dia*, foi a cooptação de estratos da população urbana pobre, denominada “política da bica d’água” (TRINDADE, 2000). Da perspectiva de políticos chaguistas como Miro Teixeira e Sandra Salim, enquanto as favelas pudessem constituir-se como *currais eleitorais*, não seria imperioso removê-las. Nos mesmos anos 1970, ademais, a zona de expansão imobiliária começava a deslocar-se da Zona Sul para a Barra da Tijuca, na medida em que começavam a ganhar expressão os condomínios fechados para a classe média (BRUM, 2012a, p. 375-376).

A narrativa da política da bica d’água enquanto expediente da política chaguista poderia facilmente incorrer no paternalismo condescendente que negaria à militância favelada qualquer forma de agência. Se a radicalização do regime militar equivale, para a FAFEG, ao expurgo da diretoria fundadora e ao soçobrar de sua incisiva defesa da urbanização, a retomada das atividades daquela federação, ainda durante as atividades da CHISAM sugere, segundo Lícia Valladares, que

[...] os favelados foram levados a mudar de tática e, mais ainda, de que a aceitação da operação da CHISAM por parte dos moradores foi uma jogada tática. Perceberam que lhes restava uma margem de manobra dentro do próprio processo de remoção. Neste sentido, as práticas de distorção do sistema constituem uma resposta social à ofensiva governamental contra as favelas. (VALLADARES, 178, p.118).

O trecho vem corroborar o tipo de cultura política que se buscou divisar sob a rubrica *nomadismo de maldição*. Com a certeza de que as favelas dos anos 1970 não são politicamente passivas e informes, seria oportuno assistir ao surgimento de estudos ulteriores que pudessem afinal reconhecer-lhes os méritos do cinismo e da sensibilidade política que lhes permitiram se movimentar em meio ao discurso populista, que, como se verá, ocorria tanto aos políticos profissionais quanto àqueles que, faltando os primeiros, lutarão para tornar-se, cada um, juízes e lideranças de fato das favelas.

4.2 ARCONTES DO TRÁFICO E DO ESTADO

Após o governo de Chagas Freitas, o recém-empossado presidente Ernesto Geisel decidiu que o Executivo da Guanabara deveria ser ocupado pelo partido do governo. O Movimento Democrático Brasileiro, com o desgaste político provocado pela radicalização do Regime durante a presidência de Emílio Garrastazu Médici, ganhava substantivas vitórias em eleições legislativas, e a tomada do Executivo pela ARENA, mormente em Estados estratégicos, era vista como conveniente tanto para os militares castelistas quanto para a “linha dura”. A reunificação do Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro, no governo do Almirante Floriano Peixoto Faria Lima, em 1974, equivaleu a um período no qual o chaguismo não perdeu influência, mas, ao contrário, investiu mais incisivamente sobre suas bases eleitorais e conseguiu cargos estratégicos no Legislativo estadual e federal⁶¹. Quando, em 1979, Chagas Freitas retorna ao Executivo do Estado unificado do Rio de Janeiro, a política de aliciamento das favelas já era uma realidade consolidada.

A distensão do regime militar, que permitiu uma renovação nas formas de vida associativa e organização político-partidária em nível nacional, equivaleu, nas favelas cariocas, a uma multiplicação das associações de moradores, que voltavam a constituir-se em interlocutores legítimos entre a população das favelas e os

⁶¹ Se Miro Teixeira e Sandra Salim (a última identificada frequentemente como “protetora dos humildes”) fizeram suas carreiras parlamentares no Rio, Marcelo Medeiros conseguiu eleger-se a deputado federal, o que terminou por isolá-lo na Capital Federal: deixara de escrever regularmente para *O dia*, e mal conseguiria a reeleição no pleito de 1974, tendo obtido apenas a metade dos votos que a proximidade física e discursiva com seu eleitorado lhe granjeara em 1970 (TRINDADE, 2000, p. 63).

políticos profissionais que, obedecendo ao calendário das eleições legislativas, os visitavam:

O processo de democratização ocorrido durante a década de 1980 deu novo impulso ao associativismo nas favelas, o que implicou em uma maior organização em torno de reivindicações estruturais. Paradoxalmente, a definição histórica das favelas centrada na degradação da paisagem facilitou o aumento de reivindicações por obras de infraestrutura. A organização popular conseguiu uma significativa ampliação do acesso regular à água, esgoto, coleta de lixo, asfaltamento e iluminação. Além disso, difundiram-se as construções de escolas, creches e postos de saúde, bandeiras centrais na busca de uma melhor qualidade de vida para os moradores. (SOUZA; BARBOSA, 2005, p. 51).

Por outro lado, entre as festivas ocasiões da campanha, a presença do Estado diminuiu gradualmente, até que o vazio político estivesse plenamente ocupado pelo crime organizado:

O primeiro governo de Brizola demarcou um momento de inflexão na história do Rio de Janeiro. Cada vez mais sensibilizada com a criminalidade violenta, que transbordou os limites da periferia depois da ascensão do tráfico de drogas na década de 80, as classes média e alta, começaram a reivindicar uma segurança pública militarizada. Em uma vigorosa campanha de difamação, os direitos humanos foram taxados de contrários a uma polícia eficiente. A mídia chegou ao ponto de insinuar ligações do governo com o “jogo do bicho” e o denominado “crime organizado”. (MELO, 2009, p. 23).

Enquanto a discussão dos méritos da primeira passagem de Leonel Brizola pelo Executivo estadual foge aos objetivos desta pesquisa, é interessante reconhecer, com Janice Perlman, que a decisão do líder do Partido Democrático Trabalhista:

[...] privou as favelas da proteção estatal. A ausência da polícia nas favelas fez com que elas se tornassem locais atrativos para as atividades ilícitas dos traficantes. [...] Em cinco anos, o tráfico já estava suficientemente bem organizado e armado para tomar o controle de várias favelas e para desafiar a hegemonia do estado naquelas áreas. O nível da violência e as somas de dinheiro extraordinárias que o tráfico envolvia requereram a reversão da ordem anterior para que a polícia não entrasse nas favelas. Segundo me parece, por volta de 1990, a Polícia Militar entrava nas favelas em massa, não para proteger seus moradores, mas para matar traficantes locais e para confiscar armas e drogas. (PERLMAN, 2010, p. 175. Tradução nossa).

Na organização do tráfico de drogas, que correspondeu, ainda, ao período de intensa oposição ao regime militar, sua presença, conquanto criticada pela imprensa conservadora, era também vista com o olhar condescendente que associava o crime organizado ao banditismo social, imortalizado na bandeira de Hélio Oiticica: “seja

marginal, seja herói”⁶². A sensibilidade política do tráfico de drogas, por outro lado, permitiu-lhe explorar amplamente os expedientes populistas que outrora socorriam políticos chaguistas: ajudar-se uma ou outra família na aquisição de alimentos ou medicamentos, ou realizar, por qualquer outro meio, atos de benevolência mais ou menos gratuita que poderiam permitir sua aceitação, se não apoio, pelos moradores das favelas em que se refugiavam. O farisaísmo do tráfico é complementar à crueldade e à exemplaridade que buscam dar à execução de seus desafetos, ou à forma como, progressivamente, passaram a controlar as associações de moradores. Janice Perlman é apenas outra entre as vozes que vêm relatar histórias de líderes comunitários que foram forçados a sair de favelas pelo crime organizado; o que é singular em seu texto é a denúncia de um verdadeiro “voto de cabresto” nas favelas cariocas após os anos 2000:

Moradores de favelas me explicaram que uma das maiores ameaças ao voto independente dentro das favelas são as alianças que os traficantes fazem com políticos. De modo a garantir o pacto, os traficantes exigem que cada eleitor tire uma foto de sua urna antes de confirmar o voto. As pessoas tiram as fotos com seus aparelhos de telefone celular, e àqueles que não os possuem, os traficantes graciosamente emprestam um aparelho com esse propósito. O morador pode ser espancado ou mesmo morto por não votar no candidato especificado pela facção que domina a comunidade. (PERLMAN, 2010, p. 208, tradução nossa).

À presença do tráfico e à presença do Estado, ao longo dos anos 1990 e 2000, soma-se a presença de organizações paramilitares que, remanescentes dos esquadrões da morte, organizam-se com o propósito de expulsar os traficantes e produzir favelas nos quais o consumo e a venda de entorpecentes é punida com morte sumária. Os milicianos, sem um produto de alto valor de mercado para comercializar, exploram uma variedade de serviços, ilegais ou legais, frequentemente mais caros que seus equivalentes na cidade formal (PERLMAN, 2010, p. 183-184). A ação do Estado Penal, do tráfico de entorpecentes e dos esquadrões da morte em sua feição moderna, as milícias, têm um mesmo e pernicioso efeito sobre o espaço comunitário, o de se isolar as famílias umas das outras e manter a atomização da comunidade. Enquanto isso, a virulência do

⁶² Luiz Antônio Garcia Diniz sintetiza nesses termos a relação de Hélio Oiticica com Manoel Moreira “Cara de Cavalo”: “um bandido ‘menor’, cujo delito maior – no entanto mítico – foi o de matar o detetive Le Coq, participante do esquadrão da morte” (DINIZ, 2012, p. 64). Um efeito da radicalização do movimento militar de 1964 foi o estabelecimento do paradigma estético do bandido como anti-herói. A literatura sobre o banditismo social no Brasil, que, decerto, deveria penetrar nas transformações do crime organizado no novo século, ainda é praticamente obrigatório reportar-se à obra seminal de Eric J. Hobsbawm (1981).

discurso da segurança pública, encarnada em um aparato policial historicamente militarizado, fragiliza mortalmente a democracia brasileira. Loïc Wacquant, após advertir os leitores de seu *Punishing the poor* da velocidade com que governos da América Latina tendem a adotar a formação do Estado Penal conforme descrita entre Washington e Paris, leciona:

Resolve-se, assim, o que pareceria uma contradição doutrinária, ou, pelo menos, uma antinomia prática, do neoliberalismo, entre a redução da autoridade pública em termos econômicos e a ampliação do controle da ordem social e moral. Se as mesmas pessoas que pregam o estado mínimo com o objetivo de “libertar” as “forças criativas” do mercado e submeter os despossuídos ao ferrão da competição não hesitam em erigir um estado de segurança máxima para assegurar a “segurança” cotidiana é porque a pobreza do Estado social sob o pano de fundo da desregulamentação dos mercados necessita da grandiloquência do Estado penal. (WACQUANT, 2010, p. 19. Tradução nossa).

O recrudescimento do Estado Penal, no Rio de Janeiro, é tanto mais intenso quanto a cidade passa a representar metonimicamente a violência nas metrópoles brasileiras: o que acontece — ou imagina-se acontecer — no Rio, antecipa um destino provável de todas as outras regiões metropolitanas. Silenciando sobre problemas estruturais do exercício da violência física legítima no país, o discurso hegemônico da cidade propõe tolerar um aparelho policial militarizado como um mal menor que a própria guerra civil:

Na redemocratização política do Brasil, o legado da hegemonia militar nas agências policiais não se dissipou nas práticas de segurança pública, pelo contrário, a ideia de nexos entre os meios de força policial e a ideologia de defesa nacional do Exército continuou vigorosa na prática de controle social estatal e nas expectativas de governos e particularmente de setores médios da sociedade. Com o fim do regime militar, os aparatos de repressão política foram desmontados, mas o modelo militarizado de controle social prosseguiu a hegemonizar as políticas públicas, tanto é assim, que a Constituição de 1988 preservou os vínculos formais entre a polícia e o Exército, ao reafirmar que as polícias militares são forças auxiliares do Exército, em conformidade à longa tradição constitucional brasileira de confluência entre os procedimentos de policiamento ostensivo e a noção de segurança interna típica das atividades militares. (MELO, 2009, p. 48-49).

A persistência da militarização do aparelho policial na Sexta República resulta de um modelo de transição democrática e anistia política que estabelecia que a responsabilidade por abuso de autoridade de agentes públicos — e atos de terrorismo de Estado, *in extremis* — não recairia sobre seus executores diretos, mas sobre o Estado brasileiro enquanto pessoa de Direito Público Interno (D'ARAÚJO, 2012, p. 578). A solução, mesmo que tenha sido capaz de estabelecer governos civis na Presidência da República a partir de 1985, não modificou substancialmente os quadros de um aparelho de segurança pública militarizado, nem mitigou a

influência de quadros formados sob a égide das doutrinas de segurança nacional. Mesmo durante os protestos de junho de 2013, as instituições responsáveis pela segurança pública pareciam funcionar como *polícias políticas*, enfrentando as manifestações simplesmente por seu conteúdo reivindicatório⁶³.

O paradigma do medo e o clamor público pela segurança pessoal ensejam a transformação política que Wacquant chamara de Estado Penal, uma circunstância apresentada em cores ainda mais fortes por Zygmunt Bauman. Discorrendo sobre a necessidade estrutural do “Estado da Segurança Pessoal”, o ensaísta indicará um desenvolvimento de “interesses na multiplicação das fontes que o nutrem” (BAUMAN, 2008, p. 201). À multiplicação das fontes, às novas roupas e armas de oponentes antigos, a militância contemporânea das favelas desenvolve suas próprias reações, cujo estudo permitirá afinal entrever de que lhes valerá a memória da distopia atualizada da Favela do Pasmado.

4.3 DOS VAZIOS FLUMINENSES AO URBANISMO DE EXCEÇÃO

Em sua meditação sobre o que chamara “vazios de Berlim”, Andreas Huyssen mencionava uma campanha publicitária de 1996 que, celebrando o desafio da reconstrução e da reunificação da República Federal da Alemanha, inscrevia “*Berlin wird*” (Berlim se transforma, ou torna, em chave intransitiva e modesta tradução). Essa intransitividade do tornar-se faz com que, “sendo a Berlim de meados da década de 1990 um grande canteiro de obras, um buraco aberto no chão, tenha-se mais razões para se enfatizar o vazio que para celebrar a transformação” (2003, p. 54. Tradução livre.).

⁶³ Tanto a agência de notícias Reuters quanto a Anistia Internacional, a 14 de junho de 2013, já registravam Policiais militares atacando repórteres e manifestantes desarmados. No mês seguinte, a 23 de julho, a resolução violenta de protesto em frente ao palácio do Executivo estadual, durante a visita do Papa, terminou com a prisão e posterior soltura de ativistas e repórteres independentes, inocentados de acusações de porte de explosivos e tentativa de homicídios por imagens transmitidas em tempo real e obtidas por advogados. A confirmação da infiltração de policiais militares não uniformizados no evento foi dada pelo próprio Comando da Polícia Militar ao portal eletrônico da Rede Globo, na mesma noite, com o cuidado de negar, obviamente, que os agentes iniciassem agressões à tropa para legitimar a dispersão violenta dos manifestantes. Monika Dowbor e José Szwako, observando a comoção de 2013, procuram apresenta-la sob o prisma da sociologia da *performance*, desenvolvendo a hipótese de que a violência consistiria em recurso cênico que pode ser mobilizado pelo Estado-Polícia e pelos ativistas (DOWBOR; SZWAKO, 2012, p. 55). É necessário, diante desse raciocínio, remeter à anedota de Manuel De Landa (p. 31) sobre o conservadorismo profundo dessa espécie de análise.

A cidade do Rio de Janeiro, às vésperas dos relevantes eventos internacionais para os quais foi recentemente eleita, torna-se, igualmente, um grande canteiro de obras. Não está em jogo a reunificação da Guanabara ao restante do Estado; esta, consumada desde 1974, já é um revés antigo, que alijou a velha cidade-estado de substantivas fontes de renda pública, aprofundando o depauperamento do Executivo local iniciado com a transferência da Capital Federal, em 1960. Seria adequado pensar os *vazios fluminenses* como o terreno em que combatem distintos projetos do que deve ser a Cidade no novo século⁶⁴: de um lado, a produção legislativa da Sexta República apresenta um contexto normativo e institucional que parece assentar o velho debate entre remoção e urbanização em favor da última; de outro lado, ao influxo de forças de envergadura global, o paradigma do urbanismo empreendedor tenta os diferentes níveis e poderes do Estado brasileiro, *contra legem*, se necessário: urbanismo de exceção.

A produção legislativa da Sexta República é apresentada em tons otimistas por Rolnik e Klink, que caracterizam o período da abertura política:

[...] foram anos de avanços no campo do direito à moradia e direito à cidade, com a incorporação à Constituição do país, em 1988, de um capítulo de política urbana estruturado em torno da noção de função social da cidade e da propriedade, do reconhecimento dos direitos de posse de milhões de moradores das favelas e periferias das cidades do país e da incorporação direta dos cidadãos aos processos decisórios sobre esta política. (ROLNIK; KLINK, 2011, p. 90).

A consagração, pela Carta Magna, do direito à moradia no *caput* de seu artigo 6º, e as provisões sobre desenvolvimento urbano dos artigos 182 e 183 seriam regulamentados, posteriormente, pela lei federal de número 10.257 de 10 de julho de 2001, cognominada Estatuto da Cidade. O novo diploma pretende aprofundar e ampliar o direito à moradia, apresentando a expressão positiva do *direito à cidade*. Esse direito, formulado pela primeira vez por Henri Lefebvre (2001), encontra sua expressão mais recente na formulação de Aparecido Trindade:

Nessa perspectiva, ter direito à cidade significa poder usufruir das vantagens, dos serviços e oportunidades oferecidas pelas boas localidades do sistema urbano. O direito à cidade, portanto, não é equivalente ao direito à moradia; o primeiro é muito mais amplo e complexo, pois considera a localização do indivíduo no sistema urbano em seu conjunto e a possibilidade de acesso às melhores localizações da cidade. Não por acaso, o direito à cidade é muitas vezes associado pela literatura acadêmica (e pelos próprios ativistas sociais) ao direito de morar nas áreas

⁶⁴ Mesmo que *carioca* seja o gentílico adequado ao município do Rio de Janeiro, entende-se que os mesmos processos aplicam-se facilmente aos outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, se não a várias outras regiões metropolitanas brasileiras e além.

centrais, visto que os centros históricos das grandes cidades possuem uma ampla gama de equipamentos coletivos e infraestrutura urbana, em comparação às áreas periféricas. (TRINDADE, 2012).

Deter-se sobre a produção legislativa e sobre o funcionamento de cada dispositivo no ordenamento jurídico brasileiro, na ecologia geral do direito positivo, seria matéria para uma dúzia de outros estudos. Seria igualmente tentador apresentar detalhes do plano diretor do município do Rio de Janeiro, ou sobre documentos da prefeitura relativos aos vários planos de urbanização e intervenção em favelas cariocas desde os anos 1990. Acredita-se que será suficiente, porém, para situar a exegese do social acima da exegese das leis, retornar a uma velha lição de Gilles Deleuze, transcrita de conversa com Antonio Negri:

O que me interessa não é a lei nem as leis (uma é uma noção vazia, e as outras são noções complacentes), nem mesmo o direito ou os direitos, e si, a jurisprudência. É a jurisprudência que é verdadeiramente criadora de direito: ela não deveria ser confiada aos juízes. (DELEUZE, 1992, p. 209).

A análise do direito positivo, ao elencar princípios contraditórios em diplomas da mesma estatura, diz muito pouco a respeito de qual desses princípios, nas decisões judiciais, será preterido e qual será aplicado. Não, é, porém, das coletâneas de jurisprudência em sentido estrito que fala o filósofo, mas da aplicação mais ampla das leis, de como elas informam a condução do Estado e, mais especificamente, da política urbana municipal:

A cidade do Rio de Janeiro passa por intenso processo de transformação socioterritorial, cujo desenvolvimento urbano vem sustentado atualmente no projeto de sediar os Jogos Olímpicos de 2016 e de ser uma das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de 2014. Esse processo, no entanto, apesar de todo o avanço legislativo das últimas décadas ter como horizonte o “urbanismo social” e a conquista dos direitos correlatos ao direito à cidade, vem se desenvolvendo com suas bases primordialmente no chamado “empreendedorismo urbano”. (SANTOS *et al.*, 2013. p. 12).

O modelo do empreendedorismo urbano, deveras, é anterior ao processo normativo mais recente (NAME; BUENO, 2013?), e esteve presente na execução de todas as intervenções urbanas dos governos estadual e municipal desde o arrefecimento da política de remoções. Esses projetos, na constatação de Stella Pugliesi, não foram tão inspirados pela ideia de integrar as favelas à cidade quanto pela ideia de torná-las exteriormente assemelhadas à esta (PUGLIESI, 2002, p. 115). A arquiteta, ainda, denuncia a animada competição, entre seus colegas, pelo direito de participar dessas intervenções, contrastando-a com a intensa participação

que os jovens do grupo Quadra esperavam dos moradores nos tempos da CODESCO:

[...] não existe a participação efetiva das populações envolvidas, nem mesmo na estruturação dos projetos. Em vários casos, os projetos são autoritários, concebidos dentro de escritórios de arquitetura, sem conhecimento adequado da realidade local ou dos anseios da população. (PUGLIESI, 2002, p.117).

O imperativo de se urbanizar as favelas e integrar seus moradores ao tecido urbano, ainda elencado entre os princípios programáticos da recente produção legislativa, preserva em seu bojo o pressuposto da desintegração⁶⁵. Políticas públicas e programas de ambiciosa reputação empreendidos pelos governos do Estado e do Município após os anos 1990, que perfilam o Favela-Bairro, o Morar Carioca, o Bairro Maravilha, as Unidades de Polícia Pacificadora etc. surgem em um contexto no qual as remoções

[...] não desaparecem completamente: é como se a alternativa hibernasse, reduzida a iniciativas tópicas dentro de programas mais amplos, que a apresentam de forma “democratizada”, com sua defesa cada vez mais envolvida em justificativas técnicas e medidas para reduzir seu impacto negativo sobre os moradores envolvidos. (SILVA, 2002, p. 231).

A execução dessas intervenções, ainda, possui a consequência frequente de promover aquilo que a militância contemporânea das favelas começou a chamar de “remoção branca”, categoria interessante, que conjuga tanto remoções parciais quanto processos deliberados de gentrificação⁶⁶.

Se a “remoção via mercado” é uma das ameaças que pesam sobre as favelas cariocas hoje, não são menos importantes, no âmbito de suas “formas democratizadas”, as reintegrações de posse, deferidas em favor de proprietários de

⁶⁵ O influente livro de Zuenir Ventura, *Cidade partida* (1994), reforçava o pressuposto, com a defesa de um apartheid social em curso nas favelas do Rio de Janeiro. Para uma crítica da obra de Ventura e de categorias correlatas, “cidade dual” ou “metrópole dual”, que exorbitaria ao escopo deste estudo, reporte-se às análises de Janice Perlman (2010, p.30) e Licia Valladares (2005, p. 143), que vêm afirmar que as favelas sempre estiveram integradas à cidade, conquanto de modo perverso e assimétrico.

⁶⁶ Samantha Gaspar (2010) oferece um panorama do conceito de gentrificação desde Ruth Glass, a socióloga que o concebeu originalmente nos anos 1960. Neil Smith (2002; 2007) apresenta o processo da gentrificação como uma tendência internacional, própria do capitalismo avançado e de regiões que passaram por processos significativos de desindustrialização, e desenvolve sua teoria do *rent gap*, compreendido como uma carestia dos alugueis residenciais urbanos. Apreciados muito além do equilíbrio, os alugueis estabelecem um déficit habitacional pela própria distorção do mercado. Rafael Soares Gonçalves e Loïc Wacquant apresentam significativos contrapontos às teorias neomarxistas da gentrificação. O primeiro observa que os processos de regularização fundiária, que são oferecidos e processados com a intercessão do Estado, podem “reforçar a exclusão da população beneficiada”, a menos que haja previsões para “desestimular uma excessiva valorização fundiária” (GONÇALVES, 2009, p. 245); Wacquant, respondendo mais diretamente a Smith, defende que “a trajetória das áreas gentrificadas do século XXI é economicamente subdeterminada e politicamente *sobredeterminada*” (WACQUANT, 2010, p. 56. Grifos do autor).

cujo desleixo e ânimo especulativo resultam alardeadas invasões⁶⁷, ou a sequência de remoções totais ou parciais, justificadas no contexto da preservação do meio ambiente ou da proteção dos moradores de áreas de risco geológico. Nas palavras de Rose Compans (2007, p. 84), o discurso ambiental “tem sido instrumentalizado por determinados agentes sociais para pressionar o poder público a retomar a política de remoções de favelas”. A autora continua, relacionando o novo discurso ambiental a formas familiares da predicação heteronômica sobre os favelados:

[...] o favelado, que já foi acusado de ser “avesso à higiene” e sugerido como um delinquente em potencial, agora é anunciado subliminarmente como um predador. Trata-se, portanto, da renovação do estigma da inadequação para o convívio social urbano, e como analisou Perlman sobre o mito da marginalidade, a tese do pobre como um agressor nato do meio ambiente é desprovida de comprovação empírica. (COMPANS, 2007, p. 98).

Ainda que houvesse comprovação empírica da relação entre as favelas contemporâneas e o comprometimento das áreas de preservação permanente por ocasião da expansão horizontal, Name e Bueno observam que:

[...] não é por ignorância, ação individual ou mera falta de oportunidade que os mais pobres vivem em risco, sejam ocupantes de áreas de alta ocorrência de deslizamentos e inundações ou de áreas contaminadas onde se processam milhares de toneladas de matérias primas, resíduos e esgotos industriais e domésticos, por exemplo. Essa vulnerabilidade está ligada à espacialização processual da produção econômica, que transfere os maiores custos ambientais para as populações com poucas possibilidades de mobilidade e menor capacidade de organização e resistência política. (NAME; BUENO, 2013?, p. 736.)

Poderiam ser multiplicados os exemplos que retomam a atualidade dos estigmas sobre os moradores das favelas do Rio de Janeiro entre as ocorrências que abundam no noticiário recente. Rômulo Costa Mattos, após apresentar um panorama dessas mais recentes operações de remoção, observa, na forma como estão sendo realizadas, o mesmo ritual de humilhações característico dos anos 1960:

Podemos citar a ocorrência de arbitrariedades como: em primeiro lugar, a chegada repentina de equipes de demolição, sem qualquer aviso prévio para que as pessoas providenciassem outra moradia ou a remoção adequada dos seus pertences; em segundo, o emprego de táticas violentas e intimidantes, como o acionamento da polícia militar para lançar bombas de gás de pimenta contra moradores resistentes e a ameaça, por parte dos agentes da Prefeitura, de retirar destes últimos qualquer possibilidade de compensação; em terceiro, a retirada de pessoas sem o recebimento de

⁶⁷ Se a jurisprudência voltasse o olhar para a aplicação da Lei Federal 10.257/2001, o Estatuto das Cidades, o desleixo e a subutilização dos imóveis seriam penalizados com alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e desapropriação punitiva, além da Prescrição Aquisitiva (usucapião) Especial Urbana.

habitação alternativa, indenização justa em dinheiro ou compra assistida, havendo também relatos de pessoas que, um ano e meio depois de terem desocupado o imóvel condenado, ainda não haviam recebido compensação; por fim, a realização de remoções sem razão justificável: além de a definição de áreas de risco em diversas favelas ser contestada por especialistas (como no morro da Providência), a permanência da Vila Autódromo (Zona Oeste) está ameaçada, embora o projeto do Parque Olímpico não exija a sua destruição. (MATTOS, 2013, p. 3-4).

A militância contemporânea das favelas mobiliza as memórias subterrâneas das remoções em uma luta para resistir ao urbanismo de exceção. Isso não importa apenas à defesa do direito à cidade e à moradia, o que já seria de suficiente dignidade. Há, nesse combate específico e local, implicações mais gerais, sobre a cultura democrática em sentido amplo. Assim como a distopia atualizada do incêndio da Favela do Pasmado prenunciou discreta — mas decisivamente — o fim do regime constitucional da Quarta República, a indiferença da sociedade brasileira ao urbanismo de exceção poderia fazer retroceder a Sexta República a extremos de autoritarismo, velados ou explícitos, que exporiam essa precária democracia ao escárnio do futuro.



FA VELADO VAI PERDER A MORADIA SE NÃO PAGAR EM DIA

O medo tomou conta da Vila Kennedy. Dezenove famílias vão ser despejadas e 3.617 estão nas mesmas condições. São mais de 5 mil pessoas que não se olham e nem se cumprimentam. Até o fim do ano os que não pagarem as prestações poderão ser despejados. A COHAB precisa prestar contas aos acionistas e ao BNH.

Um bando de desconhecidos

Nas Vilas Kennedy e Aliança, principalmente, há um desinteresse dos habitantes para com a comunidade. Poucos participam dos conselhos de moradores, as crianças desconhecem os nomes das ruas. Até as amizades entre famílias de mesma rua são raras. O sr. Augusto Vilas-Boas atribui o fenômeno ao fato de as pessoas terem vindo de várias favelas. "Um espírito comunitário deverá surgir entre os habitantes nascidos nos próprios conjuntos — fato é, as crianças de hoje. Virá, portanto, a longo prazo."

Mas os dois centros residenciais criados pela COHAB têm mais problemas. Um deles é a conservação dos jardins. Segundo o presidente, deverá estar a cargo do Departamento de Parques da SURSAN, "mas não está". O outro é a limpeza das ruas e a coleta do lixo, coisas que o DLU não faz com frequência.

Nas Vilas Kennedy e Aliança também falta uma rede de abastecimento que atenda às necessidades dos moradores. O sr. Augusto Vilas-Boas, há algum tempo, conversou com os donos das grandes cadeias de supermercados da Guanabara, propondo-lhes a instalação de filiais nos conjuntos. A resposta foi negativa. Não viam boas perspectivas de venda a famílias de

pouca renda financeira, e também manifestaram o receio de roubos frequentes.

O resultado é que aquelas áreas habitacionais dispõem de um comércio de gêneros alimentícios reduzido, e de preços superiores aos dos estabelecimentos que funcionam em outros locais do Estado.

Depois da entrega, a cobrança

No início, a COHAB construiu um tipo de unidade padrão: Sala, banheiro e cozinha, numa área de 8 x 15 metros. Isso antes da criação do BNH. As zonas escolhidas eram as mais distantes para baratear o terreno. Em cinco anos foram construídas 12.397 unidades, com um investimento de NCr\$ 109.749.867,89, vitórias do Estado e da Aliança para o Progresso.

Atualmente, a Companhia Habitacional emprega NCr\$ 376 milhões na execução de dois programas básicos, visando atender a mais de 250 mil favelados que terão que ser removidos das áreas urbanas da Guanabara (38 por cento do total existente). Sete mil unidades serão inauguradas em breve: Rua da Boa Água Branca, Avenida Santa Cruz, Rua Guarapiranga e Rua Bento Cardozo. Até o mês de dezembro aguarda-se o término de mais 17 mil casas ou apartamentos.

No ano passado ocorreram 15 despejos, dez dos quais na Vila Kennedy, considerado o conjunto mais problemático. Houve a erradicação de diversas favelas. Morro da Guarda, Marquês de São Vicente, Praia do Pinto, Parque do Pinheiro, Parque do Calu, Parque da Alegria, Ilha das Dragas, Pedra do Viliano, Morro da Providência, Morro da Esplanada, Mista Machado, Nova Holanda e Parque Santa Luzia.

Medidas judiciais foram adotadas para melhorar o rendimento das arrecadações. Durante 1969 a COHAB conseguiu cobrar mais de dez mil prestações atrasadas, atingindo um nível recorde. Das guias emitidas — 149.471 — foram resgatadas 121.428, perfazendo um total de NCr\$ 4.398.290,60, ou seja, 81,23 por cento. A distribuição da cobrança foi a seguinte:

Vila Aliança: NCr\$ 434.487,82; Vila Kennedy: NCr\$ 1.012.147,14; Vila Esperança: NCr\$ 135.598,00; Cidade de Deus: NCr\$ 1.250.494,23; Cidade Alta: NCr\$ 836.657,78; conjuntos — Dona Castorina: NCr\$ 125.914,94; Santo Amaro NCr\$ 177.612,20; Alvaro Ramos: NCr\$ 175.601,71; M. São Vicente: NCr\$ 350.976,57; Vila Isabel: NCr\$ 97.326,91.

No mesmo ano foram assinadas 4.929 novas escrituras de promessa de compra e venda e 1.250 de cessação de direitos.

Os que estão em atraso

Para o início de 1970 os cálculos das prestações atrasadas atingem a um índice de 23 por cento do total de moradores, aproximadamente. Estima-se que 50 por cento deles estejam com débitos superiores a três meses (em muitos casos, estendendo-se até trinta meses ou, então, nenhum pagamento feito até agora). Quando a situação é considerada grave, a COHAB costuma mandar um "aviso urgente" para o morador, solicitando o seu comparecimento à Divisão Jurídica para saldar o débito sob pena de despejo. O diretor da Divisão, sr. Luiz Enzillo, esclarece que "os termos pesados da comunicação são justamente para assustar".

Mas várias famílias não conseguem mesmo pagar. Por isso, além dos despejos já decididos para os próximos dias, há mais cinco casos em andamento nas varas de justiça.

A situação geral das famílias em débito com a COHAB é a seguinte, por vila ou conjuntos: Vila Kennedy: 1.114 moradores; Aliança, 579; Cidade de Deus, 1.070; Cidade Alta, 533; Vila Esperança, 161; conjunto Santo Amaro, 41; Alvaro Ramos, 86; Marquês de São Vicente, 43; Dona Castorina, 3; Vila Isabel, 2.

Figura XXXIV: O *Correio da Manhã*, em 20/03/1970, na quinta página do caderno principal, começa a consentir nos efeitos perversos do processo de remoção sobre a saúde dos conjuntos e dos novos deslocamentos populacionais forçados que a inadimplência provocaria.

ÚLTIMAS FAMÍLIAS DO PROVIDÊNCIA JÁ NA CIDADE DE DEUS

Saem hoje as últimas 16 famílias, das 74, do Morro da Providência que tiveram seus barracos interditados pelo governo do Estado, para o conjunto residencial de Cidade de Deus, em Jacarepaguá. Ontem, a Secretaria de Serviços Sociais promoveu a remoção de oito famílias.

O Serviço de Relações Públicas da Secretaria de Serviços Sociais informou que o secretário Vitor Pinheiro estudará com o governador Negrão de Lima a remoção de toda a favela do Morro da Providência, ainda este mês.

A remoção dos favelados do morro da Providência foi iniciada na quinta-feira passada, tendo sido removidas até hoje, cerca de 74 famílias, das 297 que tiveram seus barracos semi-destruídos para explosão da pedreira do morro. Esses barracos, na sua maioria estão situados numa região do morro considerada prioritária de remoção pelo Instituto de Geotécnica. Disse a Secretaria de Serviços Sociais:

Para evitar a construção de favelas no Centro da Cidade, o governo estadual determinou aos chefes de repartições a fiscalização

de proliferação de favelas, comunicando à Secretaria de Serviços Sociais todo e qualquer movimento de construção de barracos clandestinos.

O governo do Estado, através do Escritório de Programação Urbana, será o encarregado dos estudos que determinarão quais as favelas que poderão ser recuperadas, dando a responsabilidade desta execução à CODESCO - Companhia de Desenvolvimento de Comunidades - que proporcionará ainda a integração das favelas nos aspectos urbanísticos, habitacionais e sócio-econômicos.

Figura XXVV: O *Correio da Manhã* noticia a respeito da intenção do Governo da Guanabara de remover a favela do Morro da Providência na edição de 11/08/1969 (p. 7, caderno principal). A CODESCO aparece como uma possibilidade de urbanização, caso fosse assim reconhecida a já mítica favela.

A CONQUISTA DO OESTE

E depois de 400 anos, o carioca descobriu que ainda existem, no Rio de Janeiro, muitas regiões a conquistar. O desafio foi aceito: integrar o Oeste para descentralizar o progresso e preparar o Rio do futuro.

A urbanização da Baixada de Jacarepaguá lança as bases da cidade humana. O projeto Lúcio Costa concilia a beleza da paisagem com o avanço da Ciência e da Tecnologia.

O anel rodoviário e as obras de infra-estrutura estendem o desenvolvimento às planícies de Campo Grande e Santa Cruz, tornando possível a instalação de novas indústrias e a expansão das que já existem.

Graças à atuação do Sistema Copeg e do Banco do Estado da Guanabara na vida econômico-financeira do Estado, o desenvolvimento econômico carioca alcançou uma nova realidade.

Hoje, a Copeg é o maior agente do Banco Nacional da Habitação e a segunda financeira do País, enquanto o BEG ocupa o 8.º lugar entre os bancos brasileiros, situando-se suas ações entre as mais valorizadas na Bolsa de Valores:

O Sistema Copeg foi dinamizado com a criação do Banco de Investimentos COPEG e de um órgão de desenvolvimento da comunidade (CODESCO).

Os recursos do banco de investimentos se destinam, principalmente, à instalação de indústrias químicas e eletrônicas e ao fornecimento de alimentação a 6 milhões de habitantes que formam o Grande Rio.

A Copeg beneficiou cerca de 500 indústrias, numa aplicação de Cr\$ 110.000.000,00. E investiu, de 1967 a 1969, Cr\$ 251.000.000,00 em financiamento imobiliário.

O Banco do Estado da Guanabara mostrou que não é um simples financiador de obras públicas, mas um instrumento da política de desenvolvimento do Estado. Os empréstimos do BEG no setor privado subiram de Cr\$ 63.885.000,00, em 1966, para Cr\$ 444.985.000,00, em 1969.

A Guanabara já está adaptada à nova realidade tributária do País. A máquina de arrecadação foi dinamizada e modernizada. A burocracia acabou.

Em 1965, a receita do Estado era de Cr\$ 384,9 milhões. No ano passado chegou a Cr\$ 1.791 milhões.

As despesas da Guanabara aumentaram, porque o trabalho aumentou. A relação receita/despesa foi reduzida de 46% para 25%.

O Governador sai com esta certeza: o carioca continuará renovando o Rio. Com o seu impôsto. O seu apoio. E a sua vontade.



GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA

Figura XXXVI: Anúncio do Governo do Estado da Guanabara marca a nova área de expansão da cidade no início da década de 1970, ocupando praticamente toda a terceira página da edição de 05/12/1970.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A MEMÓRIA DIÁFANA

A Favela do Pasmado, certamente, não foi a primeira a estabelecer-se na cidade do Rio de Janeiro, e tampouco a primeira a ser removida. Foi, porém, com o reconhecimento da literatura ao longo dos últimos cinquenta anos, um precedente paradigmático do maior deslocamento populacional forçado de que se tem notícia na história da cidade. O extremo e o inesperado, a situação-limite pura, o oximoro dos bombeiros incendiários que cercaram o Pasmado, debocham todos da surpresa com que o país assistiu ao crepúsculo da Quarta República. Enquanto isso, a memória do Pasmado pode, ainda, ter um papel *produtivo*: em tempos nos quais as atenções se voltam ao trabalho — infestado de percalços — da Comissão Nacional da Verdade, o sentido de qualquer investimento memorial é desafiado e chamado a transformar o porvir. Tzvetan Todorov, irrompendo de desgosto com o que se fazia da memória da *Shoah* na Europa dos anos 1990, escrevia palavras que quase lhe custaram a vida e a carreira:

[...] ainda hoje, a memória da Segunda Guerra Mundial está viva na Europa, mantida por inúmeras comemorações, publicações e emissões radiofônicas e televisivas; mas a repetição ritual do “é preciso não esquecer” não tem qualquer incidência visível sobre os processos de purificação étnica, das torturas e das execuções em massa que se produzem, ainda, no interior dessa mesma Europa. Aqueles que [...] conhecem o horror do passado têm o dever de levantar a voz contra um outro horror, bastante atual, que ocorre a algumas centenas de quilômetros, outrossim, dezenas de metros, do lar.” (TODOROV, p. 61, tradução nossa).

Essas últimas considerações, portanto, vêm destacar as vozes que se levantam. A militância política das favelas, que sofreu duros reveses ao longo do Regime Militar, acomodou-se da melhor forma possível à política de remoções como realidade consumada nos anos 1970. Ao contrário da tese dominante, que procurou caracterizar seu movimento como uma trajetória descendente, buscou-se argumentar que, com uma cultura política informada pela pregação heteronômica e sistemática, a militância favelada inventou o cinismo e o nomadismo de maldição como estratégias para obter vantagens pontuais, embora concretas, no sentido da urbanização de várias favelas, com o pragmatismo político que lhe ensinavam os tempos: afastar-se, a qualquer preço, dos debates ideológicos mais amplos que animavam o país. Um eco importante da tese que se buscou contestar é encontrado nas palavras do professor José Nilton Sousa:

O que percebemos hoje, (1999), na prática, é um movimento favelado esfacelado, a existência de duas federações, a FAFERJ e a atual FAF-RIO. O movimento favelado se desfez e a cidade perdeu com isso grandes parceiros que poderiam estar, nesse momento de grande aflição, discutindo a cidade e contribuindo com seu saber formado a partir das reflexões formadas dentro nas [sic] favelas. (SOUSA, 2003, p. 65).

A afirmação parece condescendente, pois a FAFERJ, sucessora da FAFEG, possui uma história de organização política e militância que penetra, a despeito de reconhecidas dificuldades, os anos 1990⁶⁸. O que há, na virada do século, é um movimento no qual as grandes federações deixam de ser o nexo da atividade política da sociedade civil, distribuída em um conjunto cada vez mais variado de associações de âmbito local, uma tendência que se observa igualmente no caso particular da militância favelada: paralelamente à FAFERJ, organizações como a Rede de Memória da Maré, a Central Única das Favelas (CUFA), a escola de cinema Nós do Morro, o coletivo Favelarte e o Grupo Cultural AfroReggae, para mencionar apenas algumas, vão na direção contrária dos processos de cerceamento e cooptação que o crime organizado desenvolve nas organizações de moradores que consegue capturar.

Essas organizações têm em comum renovados investimentos sobre a memória. Luiz Antônio Pilar e Anderson Quack, diretores da CUFA, vêm, desde fins de 2013, apresentando um circuito de exposições, a título de pré-estreias, de seu documentário *Remoção* (2013), em várias favelas cariocas⁶⁹. Em 2009, com a

⁶⁸ Para o conhecimento da articulação política das favelas no começo dos anos 1990, reporte-se novamente à dissertação de Mestrado de Eladir Santos (2009), apresentada a este Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Embora a autora perceba uma tendência à desmobilização e observe “o processo de territorialização das favelas da cidade pelo tráfico de drogas” (SANTOS, 2009, p. 178), seu trabalho apresenta uma ampla coleção de depoimentos que testificam pela vitalidade daquela Federação. Dando mostras de como a FAFERJ é capaz, ainda, de atualizar-se diante das formas mais recentes do discurso remocionista, o professor Aurélio Fernandes, então presidente daquela organização, em entrevista a André Trigueiro em programa de televisão por cabo da Rede Globo (2010), esforça-se (pois é interrompido com frequência) em atacar a remoção de comunidades sob o argumento falacioso das “áreas de risco geoclimatológico”.

⁶⁹ A redação da parte final desta pesquisa impediu a frequência a qualquer uma dessas exposições, fazendo o autor juntar-se ao número dos que aguardam a oportunidade. No entanto, foi possível coletar a gravação (pela Associação de Servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Fundo Rio, ASFUNRIO) de um debate ocorrido aos 27 dias de abril de 2014, após uma exibição no Odéon, no centro da cidade, entre Lurdinha Lopes, uma das coordenadoras do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Cosme, um jovem de vinte e oito anos, militante e morador do Morro da Providência e Maria Lúcia Pontes, do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. É imperioso recolher algumas passagens do debate. A militante do MNL, fazendo questão de mencionar a importância da Academia para o atual debate em torno da ressurgência do discurso remocionista, situa sua própria perspectiva acerca do urbanismo de exceção. Cosme, após cantar sua própria versão do samba *Opinião*, de Zé Kéti, denunciará a forma como vem sendo conduzida a intervenção do governo municipal no Morro da

colaboração de Carlos Diegues, os moradores de várias favelas cariocas realizaram uma reedição do filme *Cinco vezes favela* (1962), peça fundamental do Cinema Novo; sem nenhuma conexão necessária com os cinco episódios originais, o *Cinco vezes favela, agora por nós mesmos* (2009) foi inteiramente reescrito pelos próprios moradores, e obteve uma significativa passagem pelo circuito comercial⁷⁰. Com o concurso do discurso acadêmico, o documentário *Realengo, aquele desabafo* (ARAGÃO *et al.*, 2011), recolhe testemunhos de famílias que foram realocadas em conjuntos habitacionais naquele bairro, às margens da Avenida Brasil.

Uma característica dessas produções, ainda, é seu caráter transnacional: a CUFA, por exemplo, está organizada em todos os Estados federados brasileiros e, segundo informam em sua página eletrônica, dez países. O festival de cinema independente *Globale*, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 2013, apresentou os documentários *Distopia 021* (RIBEIRO, 2012) e *Casas marcadas* (BARRADAS *et al.*, 2012)⁷¹, no contexto de mostras não competitivas que conjugavam as produções nacionais a reflexões semelhantes de outras partes do mundo. *Casas marcadas*, um documentário-denúncia que já recebera a menção honrosa no XII Festival Internacional de Cinema de Arquivo, na sede do Arquivo Nacional, também na cidade do Rio, apresenta a luta dos moradores do Morro da Providência contra o urbanismo de exceção. Essa favela, orgulhosa em narrar-se como a primeira do Brasil (é, ao menos, a mais antiga ainda em existência), recebeu recentemente o grafiteiro lusitano Alexandre Farto, que sob seu pseudônimo, Vhils, realizou retratos de famílias removidas nas fachadas de suas próprias casas, marcadas para demolição por funcionários da Secretaria Municipal de Habitação. A curiosa técnica de Vhils e alguns de seus retratos foram, igualmente, representados em documentário independente (MOREIRA, 2012)⁷².

Providência, observará frequentemente a “remoção branca” e lembrará, em poemas de sua autoria, de dois pares decisivos: o índio e o “homem branco”, de um lado; e o favelado e o prefeito, de outro. Se o jovem parece confirmar, com os pares singelos, o favelado como alteridade fundamental da cidade, faltaria apenas repetir versos que se ousa parafrasear: “Deus dando a paisagem, o resto é só ter coragem!”. A Defensora Pontes, em observação cujo brio merece ser reproduzido e lembrado, dirá: “vândalo é o Estado!”.

⁷⁰ O documentário teve envolvimento ativo da escola Nós do Morro, da CUFA e do Redes da Maré, e teve sessão de pré-estreia no mesmo Cine Odéon, à qual o autor pôde estar presente, após frequentar as locações no Vidigal, em fins de 2009.

⁷¹ O documentário *Casas marcadas* apresenta trechos de filmes de propaganda da CHISAM, atestando a atualidade do discurso das remoções.

⁷² Situada entre o grafite, o estêncil e a escultura, a técnica de Vhils consiste em esculpir formas em paredes e fachadas de prédios a serem demolidos com as próprias ferramentas de demolição: talhadeiras, martelos, britadeiras, cinzeis etc.

A pluralidade e a intensidade com que surgem esses investimentos memoriais atualiza o furor de memória (*memory boom*) indicado por Andreas Huyssen (2003, p. 18), e levanta ao menos três interessantes problemas acerca do significado do relativo hiato que existiu entre as remoções do Regime Militar e a multiplicação de discursos que se apropriam delas. Primeiramente, a multiplicação dos discursos sobre a memória das remoções parece afastar a hipótese do silêncio como um *recomeço*, aventada por Marc Augé:

[...] uma reinauguração radical, com o *re-* desde já implicando que uma mesma vida contém vários começos. [...] Sua ambição é reencontrar o futuro pelo esquecimento do passado, criar as condições de um novo nascimento que, por definição, abre-se a todos os devires possíveis sem privilegiar a nenhum. (AUGÉ, 2001, p. 78. Tradução nossa).

Preservando o mesmo objetivo de se reencontrar um futuro, a militância política das favelas beneficia-se de um contexto institucional e político que permite — e exige — que as remoções, enquanto plexo de memórias traumáticas, enquanto nuvem escura no horizonte do devir, sejam enfrentadas, discutidas e reelaboradas. Contra a distopia atualizada e o urbanismo de exceção, a militância política das favelas pode, pela defesa de seus lares e das instituições democráticas, entrever um sentido de *utopia* para o novo século. Nas palavras de Huyssen:

As utopias voltadas ao progresso linear, que dominaram os séculos XIX e XX (comunismo, fascismo, modernização) perderam a legitimidade, e de vez, espera-se. Mas ainda precisamos pensar realmente o futuro, e não há pensamento de futuro sem um sentido do ainda-não, das possibilidades não realizadas, das alternativas às estruturas sociais e econômicas que dominam nosso mundo hoje. Talvez seja o caso de pensarmos a utopia com um “u” minúsculo [...]. (HUYSSSEN, 2013, *In*: GANITO; AGOSTINHO, 2013. Tradução nossa).

O relevante papel político que cabe à militância das favelas e ao concurso de atores políticos que vêm participar da produção memorial das remoções e da defesa do direito à cidade no Brasil permite caracterizá-los como empreendedores morais (BECKER, apud JELIN, 2002, p. 48.). Sua atividade dedica-se à produção de memórias do labor, da solidariedade dos mutirões, da luta contra as remoções, e da religiosidade — católica, protestante ou afro-brasileira, em tanto divergentes, mas resolutamente convergentes no penhor de representações que desafiam as sedimentadas associações entre o favelado e o vício⁷³.

⁷³ Edlaine de Campos Gomes, estudiosa das formas de religiosidade contemporâneas, apresenta um painel narrativo que lhe permite explorar as circunstâncias de convergência e divergência entre fiéis de diferentes religiões (GOMES, 2009). Seria frutífero acrescentar às suas cenas a convergência religiosa em comunidades, quando, religiões que protagonizam episódios de violência se veem

Um segundo problema da recente produção memorial nesse tema exigirá até mesmo que uma categoria tão consolidada quanto *lugares de memória* seja posta em revisão. Ao lado de iniciativas propriamente museológicas que vêm patrimonializar o espaço e memória das favelas, há outros elementos mais sutis, como a produção legislativa inspirada pela Central Única das Favelas que vem consignar o dia quatro de novembro às favelas de toda parte⁷⁴. Às cores originais do termo, em que Nora via o melancólico afastamento entre passado e presente, Antônio Carlos Pinto Vieira reconhece-lhes qualidades novas, mais coerentes com os *efeitos* que a renovação memorial das favelas insinua:

Ao contrário da visão um tanto pessimista e conclusiva de Nora, poderíamos enumerar uma série de práticas de memória, perfeitamente ativas no contexto da sociedade, que surgem como lugares de memória. O lugar de memória pode ser um instrumento de ancoragem de uma memória ativa, que interage e se utiliza deste lugar como instrumento de mediação. (VIEIRA, 2007. P. 157.).

A atividade e a atualidade dos lugares de memória, que talvez necessitassem de um termo novo para exprimi-los, um barbarismo ainda por ser criado, vêm pacificar que, para certos lugares de memória, a atividade memorial é plenamente produtiva. Poderia mesmo ser dito, sobre esse lembrar, o que dizia Deleuze sobre o inconsciente: muito mais uma *usina* que um *teatro* (DELEUZE, 2003, p. 17). É certo que a transferência geracional da experiência vivida, a narrativa que Michel Pollak denominava memórias vividas “por tabela” (POLLAK, 1992, p. 201) implicam uma atualização do vivido de uma geração à outra, mas são ao menos dois os elementos que lhe dão o caráter produtivo de usina: o ruído, fato inerente a qualquer forma de comunicação, e o horizonte de expectativas dos legatários. No magistério de Reinhart Koselleck⁷⁵ sobre a expectativa:

forçadas a convergir na oposição ao urbanismo de exceção. A recente remoção de ocupantes de prédio abandonado por uma empresa de telecomunicações e seu posterior acolhimento na Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro seria outro terreno a ser explorado.

⁷⁴ A Lei nº 4.383, de 28 de junho de 2006, do município do Rio de Janeiro, foi aprovada na última prefeitura de César Maia (2005-2009). O diploma resulta de campanha da CUFA que elegeu a data a partir de um ofício encaminhado à Prefeitura do Distrito Federal em 1900 tratando, pela primeira vez, do problema do “Morro da Favella”. Essa organização vem buscando consolidar a celebração da data além da cidade do Rio de Janeiro.

⁷⁵ *Horizonte de expectativa* não é uma categoria surgida no âmbito da História dos Conceitos (*Begriffsgeschichte*), mas no da teoria literária, no contexto da Escola de Konstanz. A chamada “estética da recepção”, representada, por exemplo, por Hans R. Jauss, parece não ser referenciada por Koselleck. É possível que se trate de desenvolvimentos paralelos e independentes, tal como o conceito de *habitus* entre Pierre Bourdieu (2003) e Norbert Elias (1997).

[...] também ela é ligada ao mesmo tempo à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Esses dois processos, que constituem a memória como produção do *novo*, podem tornar a memória das remoções tal como preservada naqueles que a experimentaram diretamente tão vaga e difusa para as novas gerações que a própria *relevância* de a militância favelada conhecer o percurso da Favela do Pasmado é posta em questão. Em seu romance fundador sobre as “favelas” portenhas, Bernardo Verbitsky apresentava palavras esclarecedoras:

A recordação terrível da Vila Lixeira, deliberadamente incendiada para expulsar com o fogo sua indefesa vizinhança, era um temor sempre arraigado no coração dos habitantes da Vila Miséria. A notícia daquela grande operação, marcada pela crueldade, não publicada por nenhum jornal, correu, inobstante, como um busca-pé maligno. E em todos os bairros de lata, que formam crostas na pele da Grande Buenos Aires, souberam, desde então, que, a qualquer momento, poderiam ser postos a correr de seus barracos como ratos. (VERBITSKY, 1966, p. 9. Tradução nossa).

A memória da Favela do Pasmado, em toda a literatura e todos os investimentos memoriais que se pôde cotejar na realização deste estudo, em todas as conversas informais e exploratórias que se pôde entreter com militantes, moradores, professores e pesquisadores, pareceu sempre ofuscada pela memória do incêndio da Praia do Pinto. A mítica favela dos pracinhas, conurbada com o antigo Parque Proletário do Leblon, permanece, no contexto das remoções, um caso dramático e ricamente documentado; no contexto do terrorismo de Estado — de modo algum uma prerrogativa argentina⁷⁶ — outro apócrifo criminoso, enterrado no belo bairro da Freguesia da Lagoa. Eclipsando a ideia presunçosa e

⁷⁶ Seria decerto frutífero um incremento nos estudos comparativos dos processos de redemocratização no Brasil e na Argentina. Enquanto esse esforço é esperado de programas de Ciência Política e Sociologia, o contato exploratório do autor com as *villas miserias* de Buenos Aires, permite algumas constatações preliminares. Ao contrário das favelas brasileiras, que, a despeito de relevantes componentes migratórias, praticamente não recebem populações estrangeiras, as *villas miserias* são territórios nos quais bolivianos, paraguaios e chilenos correspondem frequentemente a mais da metade dos habitantes, e convém à elite portenha a prevalência de um número de conflitos intestinos que dificultam às *villas* voltar-se contra o discurso hegemônico do conurbano de Buenos Aires. Acrescenta-se a isso o fato de que muros e barreiras físicas entre as *villas* e a cidade formal são práticas consolidadas, e não um polêmico projeto, como os muros que o governador Sérgio Cabral ergueu a pretexto de preservar a Mata Atlântica. Em um momento no qual o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora começa a seduzir políticos portenhas, a militância das *villas* poderá aproveitar-se do conhecimento dos resultados que são produzidos no Rio de Janeiro pela militarização das favelas.

peremptoriamente rejeitada, de se lecionar à militância das favelas sobre aquilo que “realmente são”, uma hipótese tanto mais interessante se oferece nas palavras de Verbitsky. Para os militantes das favelas, bastará a convicção — e oxalá jamais tenham dúvida! — de que poderão, a qualquer momento, serem postos a correr de suas casas, consignados à chama da exclusão e do desabrigo que desdenhará destruir a democracia brasileira na infância. A essa memória vaga, translúcida, ousa-se chamar *memória diáfana*, a confluência da reminiscência “tal como relampeja num momento de perigo”, escrevia Walter Benjamin (1994, p. 224), e que atesta finalmente o primado da memória sobre a história.

Enquanto a nova e rude categoria amadurece, na escuta atenta daquilo que o presente lhe traz, espera-se seja lícito formular à militância favelada apenas um modesto voto, para que fujam ao destino de ruína do Pasmado, que podem ou não desejar conhecer: o tempo exige mais que a fé, uma intensa vigília, a única forma de proteger a casa como *lar*, que, já ensinava Bachelard, permitirá a todos sonharmos em paz.



Figura XXXVII: Duas meninas registradas pela lente, no Morro da Providência (MOREIRA, 2012) e trecho da legenda sobre as palavras de um morador: “a história não está nas favelas, mas no ser humano”.



Figura XXXVIII: Duas meninas retratadas por Vhils, registradas pelo cinzel (MOREIRA, 2012): o palimpsesto da democracia?

6 REFERÊNCIAS

AGACHE, Donat Alfred (Org.). *Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação e embelezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

ARANTES, Antônio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*. v. 7 (2). Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. p. 7-33.

_____. *L'invention de la ville: banlieues, townships, invasions et favelas*. Paris: Archives Contemporaines, 1999.

_____. *La condition cosmopolite: l'anthropologie à l'épreuve du piège identitaire*. Paris: La Découverte, 2013.

AMOROSO, Mauro. (2006) *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela na fotografia do Correio da Manhã*. Dissertação de Mestrado em História Social. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense.

AUGÉ, Marc. *Les formes de l'oubli*. Paris: Payot & Rivages, 2001.

_____. *Por una antropología de la movilidad*. Barcelona: Gedisa, 2007.

_____. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 2012.

BACHELARD, Gaston. *La poétique de l'espace*. 3. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *Medo líquido*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In: Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. 7. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

BITTENCOURT, Danielle Lopes. “O morro é do povo”: memória de experiências de mobilização em favelas cariocas. Niterói, 2012, 170p. Dissertação (Mestrado). Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. New York: Simon & Schuster, 2011.

BRUM, Mário Sérgio. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre a cidade (1969-1973). *Cadernos metrópole*. v. 11, n. 22. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, 2012. p. 357-380.

_____. Memórias da remoção: o incêndio da Praia do Pinto e a ‘culpa’ do governo. *In: XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA*, 2012, Rio de Janeiro. *Anais*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Disponível em: <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1339790201_ARQUIVO_MemoriasdaRemocaoABHO2012.pdf>. Acesso e descarga em: 12 fev. 2014.

_____. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. *O social em questão*. v. 16, n. 29. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2013. p. 179-208.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. 3. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CHAGAS, Mário de Souza; ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social; VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. Maré: casa e museu, lugar de memória. *Musas — revista brasileira de museus e museologia*. n. 3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007. p. 130-160.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

COSTA, Cecília. *Diário carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

D’ARAÚJO, Maria Celina. O estável poder de veto das Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. *Varia historia*. v. 28, n. 48. Belo Horizonte: Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. p. 573-597.

DE LANDA, Manuel. *A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity*. New York: Continuum, 2006.

_____. *Deleuze: history and science*. New York: Atropos, 2010.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. Schizophrénie et société. In: *Deux régimes de fous: textes et entretiens: 1975-1995*. Paris: Minuit, 2003. p. 17-28.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Capitalismo e esquizofrenia: mil platôs*. Tradução de Peter Pál Pelbart, Suely Rolnik, Janice Caiafa et al. São Paulo: Editora 34, 1995-1997. 5 v.

_____. *Capitalismo e esquizofrenia: o anti-Édipo*. Tradução de Luiz B. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1996.

DINIZ, Luiz Antônio Garcia. Seja Marginal, seja herói: a figura do herói e do anti-herói na obra de Hélio Oiticica. *Soletas*. n. 23. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. p. 53-66. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletas/article/download/3804/2637>>. Acesso e descarga em: 02 mar. 2014.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público... performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos estudos*. n. 97. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso e descarga em 12 fev. 2014.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ENNE, Ana Lucia. Memória e identidade social. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2001. Campo Grande (MS). *Anais*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP2ENNE.PDF>>. Acesso e descarga em: 01 fev. 2012.

_____. Identidades como dramas sociais: descortinando cenários da relação entre mídia, memória e representações acerca da Baixada Fluminense. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007a. p. 93-114.

_____. O sensacionalismo como processo cultural. *Eco Pós*. v. 10, n. 2. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. p. 70-84. Disponível em: <<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php?journal=revista&page=article&op=download&path%5B%5D=2&path%5B%5D=62>>. Acesso e descarga em: 01 fev. 2014.

_____. Juventude como espírito do tempo, faixa etária e estilo de vida: processos constitutivos de uma categoria-chave da modernidade. *Comunicação, mídia e consumo*. v. 7, n. 20. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2010. p. 13-35.

_____. Em “busca de dias melhores”: cultura e política como práticas institucionais na Baixada Fluminense. *Rumores: revista online de comunicação, linguagem e mídias*. v. 6, n. 12. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2012. p. 170-193. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/55299/58926>>. Acesso e descarga em: 01 fev. 2014.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FREHSE, Fraya. Erwing Goffman, sociólogo do espaço. *Revista brasileira de ciências sociais*. v. 23 n. 68. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2008. p. 155-200.

FREIRE, A.; OLIVEIRA, L. L. (Org.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao centro de pesquisa e documentação em história contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

_____. *Novas memórias do urbanismo carioca: depoimentos ao centro de pesquisa e documentação em história contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008.

GANITO, Tânia; AGOSTINHO, Daniela. On memory and the yet-to-come: interview with Andreas Huyssen. *Diffractions*. n. 1 Lisbon: Research Center for Communication and Culture at the School of Human Sciences, 2013. p. 1-7. Disponível em: <http://www.diffractions.net/documentos/Entrevista_AndreasHuyssen.pdf>. Acesso e descarga em: 16 mar. 2014.

GASPAR, Samantha dos Santos. Gentrification: processos locais, especificidades locais. *Pontourbe*. v. 6. São Paulo: Núcleo de Antropologia Urbana, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.pontourbe.net/edicao6-artigos/107-gentrification-processo-global-especificidades-locais#_ftn1>. Acesso em: 24 fev. 2014.

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

GOFFMAN, Erwing. *Manicômios, prisões e conventos. Tradução de ----* São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. London: Penguin, 1986.

GONÇALVES, Rafael Soares. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. *Urbana: revista eletrônica do centro interdisciplinar de estudos da cidade*. Ano 1, n. 1. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo2.pdf>>. Acesso e descarga em 30 maio 2011.

_____. Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. *Estudos avançados*, n. 23 (66). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2009. p. 237-250.

GOMES, Edlaine de Campos. Entre o inter e o exclusivo: reflexões sobre o contexto religioso contemporâneo. *Comunicações do ISER*. v. 63. Rio de Janeiro: ISER, 2009. p. 134-143. Disponível em: <http://www.iser.org.br/website/arqantigo/files//ISER_63.pdf>. Acesso e descarga em: 22 fev. 2014.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. *O que é memória social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GUEDES, Simoni, Lahud. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais, *Cadernos do Centro de Recursos Humanos*, 29. p. 189-208. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 189-208.

GRYNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce Chaves. Memórias de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Direito e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007. p. 65-92.

HAESBAERT, Rogério. 2. ed. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HARTOG, F. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HERÓDOTOS. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. *Bandits*. New York: Pantheon, 1981.

HUYSSSEN, Andreas. *Present pasts: urban palimpsests and the politics of memory*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

KERSLAKE, Christian. Becoming against history: Deleuze, Toynbee and vitalist historiography. *Parrhesia: a journal of critical philosophy*. n. 4. London: Open Humanities Project, 2008. Disponível em: <http://www.parrhesiajournal.org/parrhesia04/parrhesia04_kerslake.pdf>. Acesso e descarga em: dez. de 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAGE, Nilson *et al.* Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. *Estudos em jornalismo e mídia*. v. 1, n. 1. Florianópolis: Programa de pós-graduação em jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. p. 132-144.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

LEITÃO, Gerônimo. Transformações na estrutura socioespacial das favelas cariocas: a Rocinha como um exemplo. *Cadernos metrópole*. v. 18, n. 2. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. p. 135-155.

_____. *Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da rocinha, ao longo de cinquenta anos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

MATTOS, Rômulo Costa. Megaeventos, remoções de favelas e reforma do porto do Rio de Janeiro do tempo presente. XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. Natal (RN). *Anais*. Associação Nacional de História (ANPUH). Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371350759_ARQUIVO_MATTOS_ANPUH_2013.pdf>. Acesso e descarga em: 01 mar. 2014.

MEDINA, Carlos Alberto de. *A favela e o demagogo*. São Paulo: Martins, 1964.

MIGUEL, Francisco Paolo Vieira. Arquitetura popular brasileira: um enfoque etnográfico. *Revista habitus*. v. 9, n. 2. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

MORÉ, Iñigo. *The borders of inequality: where wealth and poverty collide*. Tradução de Lyn Dominguez. Tucson (Estados Unidos da América): University of Arizona Press, 2011.

NAME, Leonardo; BUENO, Laura Machado de Mello. Contradição nas cidades brasileiras: “ambientalização” do discurso do planejamento com permanência dos riscos. In: LOURENÇO, Luciano Fernandes; MATEUS, Manuel Alberto (Org.). *Riscos naturais, antrópicos e mistos: homenagem ao professor Doutor Fernando Rebelo*. Coimbra: Departamento de Geografia, Universidade de Coimbra, [21-]. p. 727-739. Disponível em: <http://www.academia.edu/5165073/Contradicao_nas_cidades_brasileiras_ambientalizacao_do_discurso_do_planejamento_com_permanencia_dos_riscos>. Acesso e descarga em: 14 fev 2014.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Revista do programa de estudos pós-graduados em história*. dez. 1993. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 17-62.

OLIVEIRA, Márcio Piñón de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

OLIVEIRA, Ney dos Santos (1981). *Parque proletário da Gávea: uma experiência de habitação popular*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PARK, Robert Ezra; BURGESS, Ernest W. *The city: suggestions for investigation of human behavior in the urban environment*. Chicago: The University of Chicago Press, 1967.

PERLMAN, Janice Elaine. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Tradução de Waldivia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Favela: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro*. New York: Oxford University Press, 2010.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1989.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Procuradoria-Geral do Município do Rio de Janeiro. *Lei orgânica do município*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-geral do Município, 2010.

PUGLIESI, Stella Christina de Toledo Santos (2002). *Urbanização de favelas: de alternativa a política consolidada*. São Carlos, 2002, 135p. Dissertação (Mestrado) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, s/d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Último acesso em: 28 mar. 2014.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988*. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, s/d. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Último acesso em: 28 mar. 2014.

REZENDE, Vera. *Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RIOS, José Artur. Aspectos humanos da favela carioca —50 anos: uma avaliação; VALLADARES, Licia do Prado. A descoberta do trabalho de campo em 'Aspectos humanos da favela carioca'; KNAUSS, Paulo; BRUM, Mario Sérgio. Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica; AMOROSO, Mauro. Duas faces da mesma fotografia: atraso versus progresso na cobertura fotojornalística de favelas do *Correio da manhã*. In: MELLO, Marco Antônio da Silva *et al.* (Org.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 35-50; 65-100; 121-140; 191-212.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias. *Novos estudos*. N. 89. São Paulo: CEBRAP, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2014.

SAID, Edward W. *Orientalism*. New York: Vintage, 2004. (Edição comemorativa do vigésimo quinto ano da publicação original, 1979, acrescido de posfácio do autor).

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva *et al.* Política urbana no Rio de Janeiro: entre a cidade do plano e a cidade real. *Cadernos do desenvolvimento fluminense*. n. 2. Rio de Janeiro: Fundação CEPERJ, 2013. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/download/9085/6962>>. Acesso e descarga em: 01 fev. 2014.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. *E por falar em FAFERJ... Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (1963-1993) — memória e história oral*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, 2009, 231p. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A morte e a morte de Chagas Freitas: a (des)construção de uma imagem pública: trajetória individual e reelaboração memorialística*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

SIMMEL, Georg. *Inquiries into the construction of social forms*. Tradução de Anthony J. Blasi *et al.* Leiden (Países Baixos): Koninklijke Brill, 2009. 2 v.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. A continuidade do “problema da favela”; PANDOLFI, Dulce e GRZYNSZPAN, Mario. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 220-237; 238-255.

SILVA, Maria L. P. da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Tradução de Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SLOB, Bart (2002). *Do barraco para o apartamento: a “humanização” e a “urbanização” de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Leiden, 2002, 164p. Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Estudos Latino-americanos, Universidade de Leiden, Holanda.

SMITH, Neil. New globalism, new urbanism: gentrification as a global urban strategy. *Antipode*. v. 34, n. 3. Oxford: Wiley; Blackwell, 2002. p. 427-450.

_____. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. Tradução de Daniel de Mello Sanfelici. *GeoUSP: espaço e tempo*. n. 21. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. p. 15-31. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp21/Artigo_Neil.pdf>. Acesso e descarga em: 20 fev. 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOCIEDADE DE ANÁLISES GRÁFICAS E MECANOGRÁFICAS APLICADAS AOS CONTEXTOS SOCIAIS — SAGMACS (1960). Aspectos humanos da favela carioca. *O Estado de São Paulo*: parte geral. Suplemento especial. 13 de abril (40 p.).

_____. Aspectos humanos da favela carioca. *O Estado de São Paulo*: parte específica. Suplemento especial. 15 de abr. 1960. (48 p.).

SOUZA, Jaílson de; BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. New York: Vintage, 1966.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 2004.

TOYNBEE, Arnold J. *A study of history*. London: Oxford University Press, 1972. (edição ilustrada em volume único).

TRINDADE, Adriana de Albuquerque. *O estilo político da bica d'água: o chaguismo na Guanabara, 1969-1974*. Rio de Janeiro: Centro de pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. *Lua nova*. n. 87. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 2012. p. 139-165. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n87/07.pdf>>. Acesso e descarga: em 14 fev. 2014.

TURNER, Victor. Betwixt and Between: the liminal period in rites de Passage. In: *The forest of symbols: aspects of Ndembu ritual*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1967. p. 93-111.

_____. *The ritual process: structure and anti-structure*. Ithaca (Nova Iorque): Cornell University Press, 1977.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

_____. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

_____. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

_____. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista brasileira de ciências sociais*. v. 13 n. 44. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2007. p. 5-34.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VERBITSKY, Bernardo. *Villa miseria también es America*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1966.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história. Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

WACQUANT, Loïc. *Urban outcasts: a comparative sociology of advanced marginality*. Cambridge (Reino Unido): Polity, 2008.

_____. *Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity*. Durham (EUA): Duke University Press, 2009.

_____. Ressituando a gentrificação: a classe popular, a ciência e o Estado na pesquisa urbana recente. Tradução de Renato Aguiar. *Caderno CRH*. v. 23, n. 58. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010. p. 51-58. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a04.pdf>>. Acesso e descarga em: 20 fev. 2014.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. Introdução; BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro; OLIVEIRA, Jane Souto; MARCIER, Maria Hortense. 'A palavra é: favela'; ALVITO, Marcos. Um bicho-de-sete-cabeças. ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 7-24; 25-60; 61-114; 181-208; 209-232; 233-276.

6.1 REFERENCIAS ANCILARES

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. 2. ed. New York: Verso, 1991.

BATAILLON, Gilles; MERKLEN, Denis. *L'expérience des situations-limites*. Paris : Karthala, 2009.

BIROLI, Flávia. Jornalismo, democracia e golpe: a crise de 1955 nas páginas do Correio da Manhã e de O Estado de São Paulo. *Revista de sociologia e política*. n. 22. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004. p. 87-99.

BOGUE, Ronald. *Deleuze and Guattari*. New York: Routledge, 1989.

BUCHANAN, Ian. (Org.). *A deleuzian century?* Durham: Duke University Press, 1999.

CASTRO, Ruy. *Chega de saudade: a história e as histórias da bossa nova*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAGAS, Mário de Souza; ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social; VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. Maré: casa e museu, lugar de memória. *Musas — revista brasileira de museus e museologia*. n. 3, 2007. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007. p. 130-160.

COELHO, Andrea; SILVA, Anette. *Diário Carioca: o máximo de jornal no mínimo de espaço*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003.

COLEBROOK, Claire. *Understanding Deleuze*. Crows Nest (Austrália): Allen & Unwin, 2002.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 9, n. 1. Maio de 2007. Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2007. p. 83-99. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/172/156>>. Acesso e descarga em: 28 fev. 2014.

D'ASSUMPÇÃO, Mônica de Matos Teixeira. *Carlos Lacerda: demolidor de presidentes e construtor de um novo Estado*. Niterói, 2007, 182 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense.

DELGADO, Márcio Paiva. *O golpismo democrático: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. Juiz de Fora, 2006, 162p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora.

DODEBEI, Vera L. D. *O sentido e o significado do documento para a memória social*. Rio de Janeiro (1997), 185 p. Tese (Doutorado) — Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DUPONT, Véronique; SAGLIO-YATZIMIRSKY, Marie-Caroline. Programas de erradicação, reassentamento e urbanização das favelas: Delhi e Mumbai. *Estudos avançados*, n. 23 (66). São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2009. p. 283-302.

FERNANDES, Círcia Sanmartin *et al.* (Org.). *Comunicações e territorialidades: Rio de Janeiro em cena*. Guarapema (SP): Anadarco, 2012.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. *Revista brasileira de ciências sociais*. v. 22, n. 65. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2007. p. 61-72.

GERALDI, Juliano. E assim nasceu a *Favella*: cidadania de segunda classe no início da República Brasileira. *Revista eletrônica dos doutoramentos do Centro de Estudos Sociais*. n. 7, 2012. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2012. p. 78-103. Disponível em: <<http://cabodosttrabalhos.ces.uc.pt/n7/documentos/04-JulianoGeraldi.pdf>>. Acesso e descarga em: 12 fev. 2014.

GONÇALVES, Rafael Soares *et al.* A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil. *Cuadernos de antropología social*. n. 31. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010. p. 97-120.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaine Rezende. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

HALLWARD, Peter. The Limits of Individuation or How to distinguish Deleuze and Foucault. *Angelaki*. v. 5, n. 2. p. 93-109. Londres: Routledge, 2000.

JUNIOR, José. *Da favela para o mundo: a história do grupo cultural AfroReggae*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

LECERCLE, Jean-Jacques. Deleuze, Guattari and Marxism. *Historical Marxism*. v. 13:3. p. 35-55. Leiden (Netherlands): Koninklijke Brill, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LINS, Daniel; PELBART, Peter Pál. (Org.). *Nietzsche e Deleuze: bárbaros, civilizados*. São Paulo: Annablume, 2004.

MAGALHÃES, Alex Ferreira. *O direito das favelas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

MARQUES, Monique Sanches. *Subjetividades e singularidades urbanas: na construção de um “devir” outro arquiteto urbanista*. Salvador, 2010. 304p. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

MCLUHAN, Herbert Marshall. *Understanding media: the extensions of man*. Berkeley (United States): Gingko, 2003. Critical Edition.

MCLUHAN, Herbert Marshall; FIORE, Quentin. *The medium is the message*. Berkeley (Estados Unidos): Gingko, 2005.

MELO, Thiago de Souza. *Policiamento comunitário no Rio de Janeiro: uma estratégia de ampliação do controle social no contexto do neoliberalismo*. Niterói, 2009, 155p. Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito.

MOTTA, Marly Silva da. Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara. *História Oral*. São Paulo, nº 3, p.91-108, jun. 2000.

NAIFF, Luciene Alves; NAIFF, Denis Giovani Monteiro. A favela e seus moradores: culpados ou vítimas? Representações sociais em tempos de violência. *Estudos e pesquisas em psicologia*. Ano 5, n. 2. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 107-119.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *et al.* (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: D&PA, 2006.

PATTON, Paul. *Deleuze: a critical reader*. London: Blackwell, 1996.

RAMALHO, Cristiane. *Notícias da favela*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

ROCHA, André Santos. “Nós não temos nada a ver com a Baixada!” – problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*. ano 3, n. 4. Belford Roxo: UNIABEU, 2013.

RODRIGUES, Guilherme do Nascimento. Reformas urbanas e reurbanizações no Morro da Providência: os diferentes discursos ao longo da história. XIII SIMPÓSIO

NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. 2013, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Disponível em: <http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/GT07_Guilherme.pdf>. Acesso e descarga em: 18 fev. 2014.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SANTOS, Roberto Elísio dos. *2 vezes 5 vezes favela: aproximações e distanciamentos do cinema brasileiro*. *Intercom: revista brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação*. v. 34, n. 2. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011. p. 75-91. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v34n2/a05v34n2.pdf>>. Acesso e descarga em: 20 fev. 2014.

SCOTT, Joan W. The evidence of experience. *Critical inquiry*. v. 17, n. 1. Chicago: Universidade of Chicago Press, 1991. p. 773-797.

SILVA, Dione Venturelli. *As políticas habitacionais em favelas do Estado do Rio de Janeiro e a "expulsão branca" de moradores de baixa renda*. Rio de Janeiro (2007), 51p. Monografia de conclusão de curso (Graduação). — Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Jailson de Souza e *et al.* (Org.). *O que é a favela, afinal*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Luciana Vazan. Tramas urbanas de uma cidade ocupada. *Estudos e pesquisas em psicologia*. Ano 7, n. 2. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. p. 50-62.

SOUSA, José Nilton de. A exclusão pela urbanização da favela: governo e conflito na cidade do Rio de Janeiro. *GEOgraphia*. Ano V, n. 10. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003. p. 45-77.

VALLA, Victor Vincent. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. *Cadernos de saúde pública*. v.1, n. 3. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1985. p. 282-296.

VILLANI, Arnaud. *La guêpe et l'orchidée: essai sur Gilles Deleuze*. Paris: Belin, 1999.

ŽIŽEK, Slavoj. *Organs without bodies: on Deleuze and consequences*. New York: Routledge, 2004.

ZOURABICHVILI, François. *Le vocabulaire de Deleuze*. Paris: Ellipses, 2003.

6.2 REFERÊNCIAS JORNALÍSTICAS, ARQUIVÍSTICAS E MULTIMEIOS

A FOGUEIRA de Botafogo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1964. Segundo Caderno, p. 1.

ANDRADE, Carlos Drummond de. A fabulosa renda. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, 29 mar. 1955. p. 6.

_____. Capítulo do Gênesis. *Correio da manhã*. Rio de Janeiro, 24 maio 1959.

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Acervo Marcos Tamoyo. CP/MT/Cx.1 Mt. 7, p. 4. s/d (1980?).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Fundo de Polícias Políticas do Estado da Guanabara. Pastas 19 (folhas 295-332); 32 (dossiês 2 e 3); 37 (dossiê 1, folha 17); 45 (dossiê 3, folhas 95-110); 167 (folhas 41-43); 231 (folha 178); 248 (folhas 562 e 608) e 248^a (folha 156).

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Acervo Iconográfico do Correio da Manhã. Pastas 91, 237, 239, 256, 993, 1661, 1672 e 3611.

BOMBEIROS saneiam Pasmado com fogo. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 25/26 jan. 1964. p. 4

Brazil: police must avoid excessive use of force. *Amnesty international*. 14 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.amnesty.org/en/news/brazil-police-must-avoid-excessive-use-force-2013-06-14>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

BRÍGIDO, Carolina. Justiça eleitoral rejeita 25 candidaturas no Rio. *O Globo*. Rio de Janeiro, 31 jul. 2008, p. 5.

Carta aberta veta Negrão. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 29 nov.1965. Capa e caderno principal, p. 2; 4. (Edição 11661).

CASAS Marcadas. Direção, produção e roteiro: Adriana Barradas *et al.* Brasil, 2012. Documentário independente. Vídeo digital (10min). Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=xao_4b8DJ_k>. Acesso e descarga em: 20 fev. 2014.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS. *Página eletrônica oficial*. Disponível em: <<http://cufa.org.br/a-cufa/>>. Último acesso em 20 maio 2014.

CENTENAS de pessoas sob o sol e a chuva. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 06 dez.1952. Capa.

CASTELO: posse aos eleitos é uma decisão definitiva. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 10 nov. 1965. Capa. (Edição 11645).

CHOQUE faz reintegração em área invadida em São José dos Campos. *G1*. 23 jan. 2012. s/l. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/choque-faz-reintegracao-em-area-invadida-em-sao-jose-dos-campos.htm>>. Acesso em : 01 set. 2012.

CINCO vezes favela. Direção, produção e roteiro: Miguel Borges *et al.* Brasil: Tabajara Filmes, Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes; Instituto Nacional do Livro. Vídeo digitalizado (90min). Disponível em : <<http://www.youtube.com/watch?v=JTcisAwgMM8>>. Acesso e descarga em: 20 fev. 2014.

CINCO vezes favela, agora por nós mesmos. Direção e roteiro: Manaíra Carneiro *et al.* Produção : Carlos Diegues. Brasil : Sony Pictures, 2009. 1. Disco de vídeo digital (DVD) (101min).

DIRETOR da Faferj critica a política de remoções na Rede Globo. s/l. s/d. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=hPxEdEXCeWQ>>. Acesso em: 01set.2012. (Vídeo contendo entrevista do então diretor da FAFERJ, professor Aurélio Fernandes, a André Trigueiro, do canal Globo News de televisão por assinatura, em abril de 2010?).

DISTOPIA 021, um projeto de cidade global. Direção: Victor Ribeiro. Roteiro e Produção: Victor Ribeiro *et al.* Brasil; Colômbia: Rio40Caos; Antena Mutante, 2012. Documentário independente. Vídeo digital (28min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=87VXFGWgV0w>>. Acesso e descarga em: 20 fev. 2014.

ESGOTO do Pasmado. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 14 novembro 1958, p. 6.

ESQUEMA militar garante Negrão. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 01 dez. 1965. (Edição 22288).

FAHRENHEIT 451. Direção: François Truffaut. Produção: Lewis M. Allen. Intérpretes: Oskar Werner, Julie Christie, Cyril Cusack e outros. Roteiro: François Truffaut e Helen Scott. França; Reino Unido: Anglo-Enterprise Vineyard Film; Universal, 1966. 1 Disco óptico compacto de vídeo digital, DVD (112min). Letterbox 4:3, color. Distribuído por: Image Entertainment, 1998. Baseado no romance *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury.

FAVELADOS do Pasmado abandonam Vila Kennedy. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 7 jan. 1964. p. 1.

FAVELADOS do Pasmado não gostaram da Villa Kennedy. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1964, p. 1.

FAVELARTE. *Página eletrônica oficial*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.favelarte.org.br/>>. Último acesso em: 20 maio 2014.

FIGUEIREDO, Talita. Cabral diz que muros trarão benefícios às favelas do Rio. *O Estado de São Paulo*, 20 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cabral-diz-que-muros-trarao-beneficios-as-favelas-do-rio,373905,0.htm>>. Acesso em: 16 fev.2014.

FORA! *Correio da Manhã*. 1 abr. 1964. Rio de Janeiro, caderno principal, capa. (editorial).

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Programa Nacional de Microfilmagem de Periódicos.

_____. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>. Acesso e descarga continuados a partir de mar./2012.

GOVERNO vai construir no Pasmado hotel de turismo. *O Dia*, 24 jan. 1964. Rio de Janeiro. p. 6.

GRUPO CULTURAL AFROREGGAE. *Página eletrônica oficial*. Disponível em: <<http://www.afroreggae.org/>>. Último acesso em: 20 maio 2014.

HERANÇA de CL: rombo além de 100 bilhões. CPI domina Pasmado. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 10 dez.1965. Capa. (Edição 11670).

LACERDA vê derrota e quer golpe. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 29 set. 1965. Capa. (Edição 22235).

MAGROU, Jean. *Poésie des ruines*. Paris, 1910. Escultura em mármore.

MONTEIRO, Marcelo. Furacão no Pasmado. Favela tem memória. s/l: 2003. Disponível em: <<http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=16&sid=4&infolid=1>>. Acesso em: 03 nov. 2013.

_____. O elo perdido. s/l: 2004. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&from_info_index=6&infolid=109>. Acesso em: 03 nov.2013.

MORRO do Pasmado: caem os barracos; favelados sem teto. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 05 dez. 1952. Capa.

MORRO do Pasmado já não tem mais favela. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1964. Primeiro Caderno, p. 3.

O CRAQUE que derrotou o tempo. Placar. São Paulo: Abril. n. 600, 13 nov. 1981. p.68.

O MATO invade o canal... *Correio da manhã*. Rio de Janeiro. 27/12/1953, p. 4, c. 4.

OS QUE AINDA estão no Morro do Pasmado querem agora ir às pressas para Bangu! *O dia*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1964, p.4.

PASMADO: mudança acaba amanhã. *O dia*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1964. (numeração da página ilegível e impossível de inferir a partir do restante do microfilme).

PASMADO SERÁ TURISMO. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 8 JAN. 1964, p. 1.

PM É ACUSADA de infiltrar policial sem farda em protesto no Rio. *G1*. 23/06/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/pm-e-acusada-de-infiltrar-policial-sem-farda-em-protesto-no-rio.html>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

POR UM JEITO novo de morar. *O Globo*. 4 maio 2011. Coluna Gente Boa.

PRESSA. *Correio da Manhã*. Rio de janeiro, 10 jan. 1959.

PROVIDÊNCIA. Direção, roteiro e produção: João Pedro Moreira. Brasil, 2012. Documentário independente. Disponível em: <<http://joaopedromoreirawork.blogspot.com.br/p/docs.html>>. Acesso e descarga em 20 fev.2014.

REALENGO, aquele desabafo!. Direção e roteiro: Brasil: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Documentário. Vídeo digital (15min). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ZoBJzrACZ3c&feature=youtu.be>>. Acesso e descarga em: 20 fev. 2014.

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ. *Página eletrônica oficial*. Disponível em: <<http://redesdamare.org.br/memoria/>>. Último acesso em: 20 maio 2014.

REINER, Sylvio. Durante a filmagem de “Favela”: “pau comeu” no Morro do Pasmado. *Diário carioca*. 04 set.1960, p. 5.

REMOÇÃO. Direção. E produção: Luiz Antônio Pilar e Anderson Quack. Brasil: Central Única das Favelas, 2013. Sem lançamento. (85min).

SOARES, Ronaldo. A favela no limite. *Veja*. Edição 2109, de 22 de abril de 2009. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/220409/p_066.shtml>. Acesso em: 10 FEV.2014.

“SUBÚRBIO” de Botafogo foi esquecido. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 25 dez.1960. Suplemento especial. Capa.

TROPAS federais vão garantir o pleito de domingo na Guanabara. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 set. 1965. Capa. (Edição 22236).

VILA é longe, mas favela era pior. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 jan.1964.

WINTER, Brian. Protests hits Brazil’s biggest cities, adding to unrest. *Reuters*. 14/06/2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/06/14/us-brazil-protests-idUSBRE95D0J420130614>>. Acesso em: 04 fev. 2014.

ZÉ KÉTI; NARA LEÃO; JOÃO DO VALE. *Show opinião*. São Paulo: Philips, 1965. 1 disco sonoro *long play* (46 min).

ANEXO

Este anexo consiste em uma reprodução do encarte preparado pela FAFEG para os delegados do I Congresso dos Favelados da Guanabara, de um relatório parcial, aprovado em reunião extraordinária dos delegados da Zona Sul e do documento propositivo *As favelas e a realidade brasileira*, aprovado na sua última sessão ordinária, de 31 de dezembro de 1964. Foram coligidos aqui para fins de preservação. Os arquivos encontram-se no Fundo de Polícias Políticas do Estado da Guanabara do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Seus funcionários, cientes do estado precário de boa parte do acervo, dispuseram-se graciosamente a digitalizá-lo e confiá-lo a este autor sob a forma de um disco óptico (CD-ROM).

Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara

SÉDE: RUA DOS ANDRADAS, 96 - 16.º ANDAR - TEL. 43-7643



★ SALVE OUTUBRO DE 1964 ★
MÊS do CONGRESSO dos FAVELADOS

REALIZAÇÃO DA

F
A
FAFEG
E
G

OFERTA DA ORGANIZAÇÃO

R
U
F



Esta
é
nossa
Filosofia
O que
somos

O que
seremos
O que
plantar-
mos
colhere-
mos

REALIZAÇÃO EM:

3 - 10 - 17 - 24 - E - 31/10/1964

SALVE O CONGRESSO DOS FAVELADOS DA
GUANABARA

...A

ESTA É A	O TEMÁRIO
NOSSA	MARGINALIDADE
FILOSOFIA...	SUBSISTÊNCIA
O QUE SOMOS	SAÚDE
O QUE SEMOS	HABITAÇÃO
O QUE PLANTAMOS	O TRABALHO
COLHEREMOS	O CIDADÃO
	FAVELADO
	A REALIDADE
	BRASILEIRA
	VISTA PELOS
	FAVELADOS.

F A F E G

G

D A D I G N I D A D E

H U M A N A

À A L T U R A

X

100

2

* COM O PENSAMENTO EM DEUS *

CONFIANÇA NOS RESPONSÁVEIS PELO DESTINO DA NAÇÃO BRASILEIRA...

CERTEZA DOS PROPÓSITOS ALTRUÍSTICOS E DA HONESTIDADE ABSOLUTA DOS LÍDERES FAVELADOS QUE IRMANADOS DEFENDEM SOLUÇÕES CRISTãs PARA OS PROBLEMAS QUE OS AFLIGEM...

*

COM AMOR E PUREZA NO CORAÇÃO, IDEALIZAMOS E REALIZAMOS O CONGRESSO DOS FAVELADOS DA GUANABARA, FAZENDO TREMULAR, / PARA A GLÓRIA E A CONSOLIDAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO, A / BANDEIRA DOS FAVELADOS QUE É OSTENTADA COM GALHARDIA PELA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO ESTADO DA GUANABARA.

(F.A.F.E.G.)

ESTA É A DIRETORIA REALIZADORA DO CONGRESSO

Etevaldo Justino de Oliveira	-	Presidente
Tupan Bento	-	Vice Presidente
Hélio Luiz Martins	-	Vice Presidente
Maurílio José Rosa	-	1º Secretário
Aquilino Alves Pereira	-	2º Secretário
Sebastião Alfredo dos Santos	-	3º Secretário
Silvio Alcantara Barbosa	-	Tesoureiro
José Pereira	-	Diretor Social
Germano Cordeiro	-	Coordenador
Joel Pinto da Fonseca	-	Coordenador
Luiz Florencio da Silva	-	Coordenador

... À ALTURA DA DIGNIDADE HUMANA.

PROGRAMA DO CONGRESSO DOS FAVELADOS DA GUANABARA

- Dia 3/10/64 - Às 17 horas - Sessão solene de instalação com a presença de inúmeras / autoridades.
Local: Auditório do Serviço Social São / Sebastião - Rua Barão de Itapagipe, 331 - fundos.
a) - Homologação da Alta Direção de Honra e das Homenagens especiais.
b) - Discursos das Autoridades, e no encerramento apresentação de novidades das favelas.
- 10/10/64 - Às 10 horas - Reuniões das Comissões no Serviço Social S. Sebastião e na C. B. T. C. e em outros locais se necessário, para discutir sobre: Marginalidade - Subsistência - Saúde e Habitação.
- Dia 17/10/64 - Às 10 horas - Plenário para apreciar e / discutir sobre: Relatórios das comissões que funcionaram no dia 10. Local: Auditório do Serviço Social S. Sebastião.
- Dia 24/10/64 - Às 10 horas - Reuniões das comissões nos mesmos locais do dia 10 para discutir sobre: Educação - Trabalho - O Cidadão Favelado e A Realidade Brasileira Vista pelos Favelados.
- Dia 31/10/64 - Às 10 horas - Plenário para apreciar e discutir sobre: Relatórios das comissões que funcionaram no dia 24. No Auditório do Serviço Social S. Sebastião.
Às 20 horas - Encerramento solene com a / presença das mais altas autoridades.
a) Coroação da Rainha do Congresso dos Favelados e colocação das faixas na Rainha e nas Princesas.
b) Leitura da Resolução Final das conclusões do Congresso dos Favelados.
d) Apresentação de novidades das favelas.
*

6.

A F.A.F.E.G. A G R A D E C E

A Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara / através de sua Diretoria agradece a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a realização AUTÊNTICA do CONGRESSO DOS FAVELADOS DA GUANABARA, e rende aqui as homenagens às moças de todas as favelas que participaram do Concurso da Rainha do Congresso dos Favelados, um dos / fatores preponderantes para esta inescusável realização.

Etivaldo Justino de Oliveira
Presidente.

... À ALTURA DA DIGNIDADE HUMANA.

* ALTA DIREÇÃO DE HONRA *

Marechal Humberto de Alencar Castello Branco -
Presidente da República.

Carlos Lacerda - Governador do Estado da Guanabara.

* * * * *

Padre Pedro Velloso, S.J. - Vice Presidente do Instituto
Superior de Formação Operária.

Iacício de Figueiredo Pereira - Presidente da Confederação
Brasileira de Trabalhadores Cristãos.

Padre Pancrácio Pinho Dutra, S.J. - Diretor Presidente da
Escola de Líderes Operários.

Otávio Farias - Diretor do Dep. Sindical da Confederação
Brasileira de Trabalhadores Cristãos.

Domingos de Gusmão - Tesoureiro do Movimento de Orientação
Sindicalista da Guanabara.

*Justificamos estas homenagens por ter a FAFEG dado
todos os seus passos iniciais sob a orientação sadia destes
organismos, dentro dos princípios da Doutrina Social Cristã,
o que garantiu a sua consolidação como entidade mater dos
favelados da Guanabara.

* * * * *

Poder Judiciário - Ministros de Estado - Senadores da Repú-
blica - Deputados Federais - e demais autoridades federais.
Secretários do Governo da Guanabara - Deputados Estaduais -
e demais autoridades Estaduais. Autoridades Eclesiásticas -
Imprensa Falada, Escrita e Televisada.

6

HOMENAGENSESPECIAIS

Dr. Joel Marques Braga - Presidente da Fundação LEÃO XIII

Jaime Rotstein - Presidente do Lions Club de Ipanema

Alfred Jurzykowski - Diretor Presidente da Mercedes-Benz do Brasil S.A.

Dr. Ângelo Viana - Lions Club de Santa Teresa

Hermermann Zimermann - Diretor da Organização Ruf

Euler de Souza Novaes - Chefe do Dpt. Pessoal da Casa Gebara

Carlos Alberto Motta Vinha Fernandes - Presidente do Cons. de Futebol Amador da IIIª Rg. Adm.

Salvador Batista - Criador do Programa de Rádio "A VOZ DO MORRO"

DIRETORES de Postes Cavan S.A.

David Azobel - Do Banco da Providência

Dr. Stross - Engº da Cruzada São Sebastião

TODOS OS ADMINISTRADORES REGIONAIS DO ESTADO DA GUANABARA

Srta. Maria do Socorro Lacerda - Rainha do Morro de S. Carlos

Srta. Maria Justina - Rainha do Morro do Mato de Sta. Teresa

Srta. Adriana Antunes Rosa - Rainha do Morro da Providência

Srta. Norma da Conceição Coimbra - Rainha do Morro de Catumbi

Srta. Odezita Francisca do Nascimento - Rainha do Morro da Liberdade

Srta. Maria da Conceição Barbosa - Rainha do Parque de Vila Jardim

Srta. Ceny Jorge de Medeiros - Rainha do Morro de D. Francisca

Srta. Maria das Graças Reges - Rainha do Morro da Corôa

Srta. Maria Conceição da Silva - Rainha de Parada de Lucas.

7

SINÔNIMO DE FAVELADO É:

HOMEM HUMILDE TRABALHADOR

HOMEM HUMILDE REALIZADOR

HOMEM HUMILDE HONESTO

HOMEM HUMILDE FILHO DE DEUS

A rigor, favelado é também ser humano, que por não ter condições inerentes à dignidade da pessoa humana, é forçado a habitar as favelas.

Porém o dia em que a sua integração social/ for fato consumado, ele próprio transformará o seu ambiente, e então os sinônimos acima reflexarão / qualificativos condizentes com a nossa FILOSOFIA.

NOSSA FILOSOFIA

O que somos...

O que seremos

O que plantarmos, colheremos...

NOSSA É DIVISA

... A ALTURA DA DIGNIDADE HUMANA

9%

A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO ESTADO DA
 GUANABARA (F.A.F.E.G.) NO ENSEJO DA REALIZAÇÃO
 DO CONGRESSO DOS FAVELADOS DA GUANABARA, RENDE
 AQUI AS MERECIDAS HOMENAGENS A

" RAINHA DO 4º CENTENÁRIO "

VERA LÚCIA COUTO DOS SANTOS (VERINHA) QUE CONSE-
 GUIU MERCÊ DE MÉRITOS INCONTESTÁVEIS, VENCER TODOS /
 OS OBSTÁCULOS E FAZER TREMULAR NO MASTRO DA VI-
 TÓRIA A BANDEIRA GLORIOSA DO BRASIL, MANTENDO
 O PRESTÍGIO DAS BELDADES BRASILEIRAS.

PARABENS VERINHA, ELEITA PELA FEDERAÇÃO DAS ASSOCIA-
 ÇÕES DE FAVELAS DO ESTADO DA GUANABARA...

R A I N H A

DO 4º CENTENÁRIO

F A F E G

Iº CONGRESSO DOS FAVELADOS DO
ESTADO DA GUANABARA

Promoção da F.A.F.E.G.

RELATÓRIO

Tema: SUBSISTÊNCIA

Elaborado pela comissão de Delegados da Zona Sul, reunidos extraordinariamente em 16/10/964.

Considerando um projeto já elaborado e apresentado na reunião extraordinária de 10 de Outubro de 1964 e parcialmente discutido na ocasião, na reunião extraordinária de sexta-feira, 16 de Outubro de 1964 entre Delegados da Zona Sul, foram apresentadas as seguintes conclusões para discussão em plenário de 17 de Outubro de 1964:

1º) - A ajuda direta às favelas num plano de financiamento, deverá ser fiscalizada em todos os seus detalhes por uma comissão composta de favelados que possuam experiências de obras realizadas em suas respectivas favelas.

2º) - Para compor esse organismo fiscalizador, tais favelados terão / obrigatoriamente que pertencer a um órgão cuja influência e autoridade faça valer suas determinações.

3º) - O financiamento deverá constar dentre outras, das seguintes finalidades proprietárias:

- a) - urbanização total da favela não urbanizada.
- b) - complemento de urbanização da favela já urbanizada parcialmente.

ÚNICO - A urbanização completa inclui obrigatoriamente casas de alvenaria, e todas as obras serão feitas em mutirão exclusivamente, cabendo à Associação de Moradores credenciar no órgão que lhe representa três responsáveis da favela pela administração das obras, de preferência elementos profissionais na construção Civil.

c) - Esses elementos enviarão relatórios semanais das obras em realização a junta fiscalizadora do órgão representativo das favelas.

CAPITULO II - DAS FINALIDADES ADMINISTRATIVAS DAS

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Também no plano de financiamento as administrações das Associações filiadas dever-se-à criar um grupo fiscalizador para os seguintes casos:

- a) - Construção e ampliação da Sêde da Associação dos Moradores.
- b) - Criação de uma agência de empregos, Escola Técnica Profissional e pequenas Industrias.
- c) - Criação de um Departamento de Divulgação dos Moradores (compra de um mimeógrafo para confecção de panfletos, jornalinhos e serviço de auto-falantes).
- d) - Compra de veículos para uso da(s) Associação(ões) como, triciclo, caminhões, ônibus, kombi e outros modelos similares, excluindo o automóvel.

ÚNICO - após a obtenção do financiamento para esses benefícios, a / Associação será punida na forma da Lei se deles fizer uso para finalidades impróprias ao interesse coletivo, política, campanhas difamatórias, etc.

(cont.)

4º) - Para quaisquer naturezas dos financiamentos acima especificados, estarão incluídas as contribuições dos moradores que para caso deverão ser estabelecidas, independentemente de contribuições outras, relativas a conservação de benfeitorias, limpeza, material de expediente, etc

5º) - Todo pedido de financiamento deverá ser encaminhado pelo Presidente da Associação dos Moradores juntamente com um representante do organismo representativo, a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO ESTADO DA GUANABARA.

Estado da Guanabara, 16 de outubro de 1964.

Delegações das favelas de Macedo Sobrinho, Catacumba, Cantagalo, Santa Terezinha, Babilônia, São João, Alto Solar, Pavão, Pavãozinho e Sta. Martha.

Ajudas de todas as Associações da Guanabara.

SUBVENÇÕES: Estaduais, Federais ou Internacionais

Iº CONGRESSO DOS FAVELADOS DA GUANABARA

A REALIDADE BRASILEIRA VISTA PELOS FAVELADOS

Tese apresentada, discutida e aprovada em reunião extraordinária de tôdas as comissões do Congresso

.....

A realidade brasileira pode ser encarada sôbre aspectos variados. Assim temos a realidade brasileira do ponto de vista político, econômico, cultural e ainda em termos sociais. É o conjunto desses fatores que forma a super-estrutura nacional. Mas procedendo-se a uma análise da realidade brasileira, concluímos ser ela bastante risonha para uns e sombria para outros, inclusive para nós favelados. Deste modo, não pode um favelado ver com otimismo a realidade brasileira uma vez que ela não lhe dá condições para uma vida mais humana e feliz, assim como um beneficiado pela situação vigente já a encara com bastante euforia.

Desta maneira aí está o Brasil de hoje.

País rico, de grandes recursos naturais, com seu imenso litoral cujas águas banham uma terra fértil onde "em se plantam do tudo dá", da linguagem de Pero Vaz de Caminha. As jazidas minerais, como o ferro, o manganês, o cobre, o níquel, etc., oferecem condições para uma autêntica industrialização que é o grande passo para a emancipação econômica nacional.

O Brasil com os seus 8 milhões e 590 mil Km² é o 5º país do mundo em extensão territorial. Imensos e caudalosos rios o cortam em tôdas as direções. São os grandes caminhos naturais como os denominavam os nossos intrépidos bandeirantes. Grandes e importantes cidades como a nossa querida São Sebastião do Rio de Janeiro, São Paulo, com o seu fabuloso parque industrial, são pontos marcantes que projetam o nosso Brasil pelo exterior.

Temos assim, em síntese, um retrato singelo da realidade física brasileira, vista e reconhecida por qualquer um, desde os mais pobres e os mais incultos, aos mais ricos e aos mais cultos.

Entretanto, do ponto de vista social, fazendo agora uma análise superficial do Brasil demográfico, ou seja os habitantes do Brasil, a sua sociedade, verificamos então que a realidade brasileira toma um panorama diferente. Somos um país rico, é bem verdade, porém o seu povo ainda está muito longe de usufruir esta riqueza. É que esta riqueza que poderia ser de todos, está nas mãos de uma minoria, mais preocupada em enriquecer-se do que em enriquecer o Povo, bem como pelo capital particular mais preocupado em se aproveitar das riquezas existentes do que em criar novas fontes de riquezas para o povo.

Conforme já dissemos, para os bem nascidos, para aqueles que tiveram a felicidade de vir ao mundo em bérços de ouro, aos ricos milionários, e para todos a quem de uma maneira ou outra a sorte sorri, a realidade brasileira tem uma perspectiva melhor possível. Os integrantes das camadas sociais mais elevadas gozam das melhores condições de vida. A nossa alta sociedade é bem rica, sadia e aparentemente feliz, e para ela, a realidade nacional é bastante propícia bem como para todos aqueles a quem o "statu quo" atual beneficia.

108

A REALIDADE BRASILEIRA VISTA PELOS FAVELADOS

Preferem assim ignorar o Brasil de analfabetos e famintos. Embora dizendo-se cristã desconhecem o ensinamento de São Francisco de Paula que declarou ser o dinheiro feito do sangue e suor dos que muito trabalham. Querem desconhecer que no Nordeste do Brasil a média da vida humana oscila entre os 35 e 40 anos e que a mortalidade infantil é das mais altas do mundo.

Pouco se lhes dá que nos campos do interior e nas favelas das grandes cidades, há milhões de brasileiros desempregados, famintos e sem o mínimo de assistência, que seria o necessário para uma vida humana mais condigna com a nossa condição de feitos à imagem e semelhança de Deus Nosso Senhor. A vida é tão curta, e ao homem da alta burguezia falta tempo para pensar nessas coisas / desagradáveis, salvo honrosas exceções.

Temos agora, a realidade brasileira, para a classe média, que se constitui na maioria de assalariados. Para eles, a atual situação nacional não lhes é nada favorável, uma vez que o nosso grande problema, que é a inflação, lhes corroi os salários e é grande a luta para manter um nível salarial de acordo com o índice de desvalorização da moeda.

E agora, vamos situar a nossa condição de favelado dentro da atual realidade brasileira. O favelado é integrante daquela camada social mais subalterna que constitui a grande maioria do proletariado brasileiro. É entre as grandes massas trabalhadoras que se encontra o favelado, ao lado os trabalhadores do campo.

Como vemos nós os favelados a realidade brasileira? É vista do mesmo modo que todos aqueles que são vítimas das grandes injustiças sociais. O Favelado contempla o Brasil, de imensas terras mal divididas, vê o Brasil de imensas riquezas inexploradas assiste estarecido o rendimento da pouca riqueza explorada ser canalizado para poucas pessoas e até para o exterior. Revolta-se ao ver o saque que empresas e indivíduos ~~incompulsos~~ fazem das nossas reservas naturais, sem nada poder fazer para evitar.

Para nós favelados o ideal seria a inexistência de favelas. Mas elas existem. Ninguém é favelado porque quer, porque gosta e sim porque a necessidade obriga. Dir-se-ia que as favelas são as chagas sociais do país. Sim porque, o favelado (como o homem do campo, dêsse campo cuja miséria é o principal fator das favelas) reflete atualmente no Brasil as grandes contradições de nossa sociedade. Porque sou favelado num país tão grande e rico? Não será um paradoxo um latifundiário possuir extensões de terras tão vastas que dão 15 a 20 vezes o Estado da Guanabara confrontando-se com o favelado que mal tem um barraco apertado em cima do morro?

Concluimos assim que a realidade brasileira para o favelado e para a maioria do nosso povo, está muito aquém de ser a verdade ideal para todos. A realidade ideal para o favelado seria que ele tivesse meios para acabar a própria favela.

A REALIDADE BRASILEIRA VISTA PELOS FAVELADOS

Para nós favelados o ideal seria usufruir melhor das grandes riquezas do Brasil, para, assim, ter uma vida mais tranquila sem as grandes preocupações que hoje o afligem, com ameaças de desemprego, com as dificuldades de manter os filhos na escola, a falta de confiança e o receio do dia de amanhã em relação com a segurança da família.

Enfim, nos limites deste modesto trabalho concluímos que a realidade brasileira é penosa para todos nós, favelados.

Mas tudo isso, e mais ainda, não nos tira a nossa esperança no futuro. Temos certeza que unidos e procurando soluções adequadas atingiremos os nossos objetivos que são o de um Brasil melhor e sem favelas.

E mesmo nas condições em que vivemos, não deixamos de ter os nossos momentos de felicidade e de alegria, mesmo porque as melhores coisas do mundo ainda são grátis.

E escudados na nossa união, tendo como alento nas horas difíceis o conforto sentimental de nossas famílias, temos, de partir para uma luta, mas luta ordenada com objetivo certo, e sempre ciosos de nossa condição de filhos de Deus,

Rio de Janeiro, GB, 26 de outubro de 1964.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FAVELAS DO ESTADO DA GUANABARA

* F. A. F. E. G. *

SÉDE: Rua dos Andradas, 96 - 16º andar

Guanabara, 23 de Setembro de 1964

À DOPS
DIVISÃO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

Estando programado pela FAFEG para o próximo mês de outubro, com a sua instalação prevista para o dia 3 e o seu encerramento para o dia 31 o CONGRESSO DOS FAVELADOS DA GUANABARA, onde serão debatidos dentro dos sadios princípios da Doutrina Social Cristã, todos os problemas dos favelados, quando serão procuradas soluções humanas e cristãs que nos garante os princípios Democráticos, ao mesmo tempo que participamos esta programação a Vv.Ss. queremos convidá-los para se fazerem representar em todos os momentos do Congresso. Queremos informar que o temário que será discutido no transcórre do Congresso será o seguinte: Saúde - Educação - Habitação O Trabalho - Subsistência - Marginalidade - O Cidadão Favelado - e A Realidade Brasileira Vista pelos Favelados.

Quanto aos locais a instalação será no auditório do Serviço Social São Sebastião, no Morro da Liberdade, situado na Rua Barão de Itapagipe, 331 fundos, onde também funcionarão comissões. Outro local será o auditório da C.B.T.C. (Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos) situado na Rua dos Andradas 96 - 16º andar onde funcionarão comissões e a secretaria geral do Congresso.

Informamos ainda a Vv.Ss. que o regulamento elaborado para o CONGRESSO DOS FAVELADOS DA GUANABARA, proíbe terminantemente ser levado a discussão assuntos estranhos ao temário, como problemas pessoais, ou de caráter político partidário, limitando as discussões aos assuntos em pauta dentro do alto espírito Cristão e Democrata.

Atenciosamente

Severaldo Justino de Oliveira
Presidente

108
À SOP, para fornecer relatório completo desse congresso.
2.10.64.
D. A. P. Rodrigues

EJ.-

ET 30 15 06 '64

09/394739

S.O.
PROTOCOLO

Nº 2805

Em 10/10/64